

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA A NOVA CLASSE TRABALHADORA

A experiência da área do conhecimento
da Fundação Perseu Abramo (2013-2019)

Marcio Pochmann e William Nozaki
(organizadores)

Alê Almeida • Antonio Lopes Cordeiro • Andrea Azevedo
• Cadu Oliveira • Dulce Cazzuni • Eduardo Tadeu Pereira
• Francisco Fonseca • Greiner Costa • Isabel dos Anjos •
Julia Tibiriça • Laura Martins • Luis Vitagliano • Marcelo
Benedito • Marcelo Manzano • Priscila Moreira



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Este livro é resultado de um intenso trabalho coletivo que envolveu concepções e práticas inovadoras na área da formação política e partidária. Ele apresenta aos leitores e leitoras parte da experiência acumulada pela equipe da Área do Conhecimento da Fundação Perseu Abramo (FPA), entre os anos 2003 e 2019.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil passou por profundas transformações em suas estruturas produtiva e social que legaram impactos sobre o mercado de trabalho, a cultura política e o conjunto do tecido social, impondo novos e maiores desafios para aqueles que se dedicam à formação política.

De modo simplificado, o trabalhador fabril organizado sindicalmente, característico dos anos 1980, se converteu, paulatinamente, no trabalhador com identidades múltiplas e organizações diversas, predominante nos anos 1990, culminando na figura de um trabalhador de serviços com identidade fraturada e organização fragmentada, nesse início de século XXI. Nesse percurso, a formação político-partidária respondeu às demandas da sociedade civil organizada e enfrentou os desafios da institucionalização partidária.

Seguindo o intercâmbio incessante entre ação e reflexão, a área de formação política da FPA tem dialogado com a pluralidade de experiências e a diversidade de práticas que compõem a teia viva de elaborações petistas, abrindo o diálogo mais amplo possível com o conjunto da militância partidária.

Foi com esse espírito criativo e inovador que, entre 2003 e 2019, os cursos de formação política passaram por um intenso processo de ampliação, descentralização e capilarização, em modalidades presencial e à distância, produzindo e difundindo conteúdos, contando com parcerias e certificações.

Um verdadeiro itinerário político-formativo se estabeleceu a partir da FPA nesse período com Cursos de Difusão do Conhecimento, Capacitação Continuada em Políticas Públicas, Especialização em Gestão de Políticas Públicas, além de bolsas para o curso de Maestria Estado, governo e políticas públicas, entre outros.

O presente livro registra uma parcela dessa rica trajetória e dá testemunho de como a formação política é um importante componente da luta ideológica e da disputa de hegemonia, orientada para a construção de uma nova sociedade.

Os organizadores

**FORMAÇÃO
POLÍTICA PARA
A NOVA CLASSE
TRABALHADORA**

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA A NOVA CLASSE TRABALHADORA

A experiência da área do conhecimento
da Fundação Perseu Abramo (2013-2019)

Marcio Pochmann e William Nozaki
(organizadores)

Alê Almeida • Antonio Lopes Cordeiro • Andrea Azevedo
• Cadu Oliveira • Dulce Cazzuni • Eduardo Tadeu Pereira
• Francisco Fonseca • Greiner Costa • Isabel dos Anjos •
Julia Tibiriça • Laura Martins • Luis Vitagliano • Marcelo
Benedito • Marcelo Manzano • Priscila Moreira



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Claudia Andreotti

Editoração eletrônica e capa

Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723

Formação política para a nova classe trabalhadora : a experiência da área do conhecimento da Fundação Perseu Abramo (2013-2019) / Marcio Pochmann e William Nozaki (organizadores) ; Alê Almeida ... [et al.]. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2020.

206 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5626-003-7

1. Formação política - Trabalhadores - Brasil. 2. Democracia - Brasil. 3. Política social - Brasil. 4. Fundação Perseu Abramo - Formação política. I. Pochmann, Marcio. II. Nozaki, William.

CDU 32(81)-057.16

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299

www.facebook.com/fundacao.perseuabramo

[Twitter.com/fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)

Sumário

Apresentação	7
Sujeito social e formação política no capitalismo urbano e industrial	9
Estrutura de representação corporativa e formação política democrática na transição para a sociedade urbana e industrial entre 1945 e 1964	14
Novo sujeito social e a formação durante a ditadura entre 1964 e 1984	23
Formação para ação política na institucionalização democrática desde 1985	36
Sujeito social e formação política na transição para a sociedade de serviços	55
Esgotamento da formação política tradicional diante da desindustrialização e da desestruturação do mundo do trabalho e representação corporativa	63
Entropia coordenada: estratégias de ação e comunicação das direitas	70
Emergência da formação política nas igrejas na transição para a sociedade de serviços	88

Experiência de formação política pela Fundação Perseu Abramo (2013-2019).....	101
Projeto: Rede Nacional de Pesquisadores Associados.....	101
Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública	111
Produção e difusão do conhecimento para a nova classe trabalhadora de serviços	128
Especialização em gestão de políticas públicas.....	176
Maestría: cinco anos de programa de Bolsas da Fundação Perseu Abramo.....	193
Referências bibliográficas.....	205

Apresentação

Este livro é resultado de um intenso trabalho coletivo, que envolveu concepções, pessoas e práticas de grande valor para o Partido dos Trabalhadores (PT). Ele apresenta aos leitores e leitoras a experiência acumulada pela equipe da Fundação Perseu Abramo (FPA) entre os anos 2003 e 2019.

Os dois primeiros capítulos consideraram as transformações nas trajetórias dos atores sociais e da formação política. Os atores sociais, de modo simplificado, estão representados pelo trabalhador fabril, organizado sindicalmente (1980), que se torna um trabalhador com identidades múltiplas e organizações diversas (1990), culminando em um trabalhador de serviços com identidade fraturada e organização fragmentada (2000).

A respeito da formação política, em linhas gerais, observamos que inicialmente ocorre em uma sociedade civil organizada (1980), torna-se uma esquerda política institucionalizada (1990) e culmina em estruturas partidárias, muitas vezes burocratizadas (2000). Trata-se, dessa forma, de enfatizar um certo descompasso entre um ator social que se torna mais fluido e uma formação política que se vê mais engessada. Esse desalinhamento será enfrentado pela área do conhecimento da Fundação Perseu Abramo (FPA), tema abordado no capítulo 3.

Portanto, o terceiro capítulo trata da sistematização, da síntese e da análise do que foi a construção da experiência da área do conhecimento na FPA. Para

tanto, cada seção incorpora dados quantitativos sobre o número de inscritos, cursantes, concluintes, perfil dos alunos, alcance por unidades da federação (UF) e municípios; além de dados qualitativos com os nomes dos cursos ofertados, das disciplinas oferecidas, dos professores que integram o corpo docente, dos parceiros com quem as atividades foram realizadas, além de outras informações consideradas necessárias.

Este capítulo ainda destaca os desafios, avanços e inovações da área do conhecimento, considerando alguns eixos centrais: a ampliação, a descentralização, a capilarização, a inovação EaD, a customização, a certificação, a gestão, o diferencial e a pluralidade de conteúdos trabalhados e de plataformas utilizadas.

Sujeito social e formação política no capitalismo urbano e industrial

Entre o individual e o social não há fronteira clara,
mas campos que se juntam.
E é por isso que depois de se ter separado,
deve-se novamente juntar o que se separou.

(Sigmund Freud, 1932)

Na condição do ser social, o indivíduo condiciona-se e torna-se condicionado pelo contexto histórico e social ao qual convive, bem como pela materialidade da organização econômica de produção que o absorve parcial ou plenamente. Tanto assim que a consciência dos indivíduos resultaria da condição do ser social, não do contrário, conforme já havia alertado Karl Marx desde o século XIX.

A produção de conhecimento e riqueza se constituiria em torno da dimensão social dos indivíduos, associada a tramas diversas de relações subjetivas da socialização de convivência coletiva. Dessa forma, o processo de socialização dos indivíduos transcorreria assentado às dimensões institucionais, culturais e de estruturas sociais, constituindo o sujeito social embebido na diversidade de contatos e significados, contextos e grupos sociais.

Mas isso não significaria que no âmbito da ação dos indivíduos haveria tão somente externalidade e coerção, mas também forças similares às que governam o mundo material¹. Nessa perspectiva ascenderia o sujeito reflexivo de sua experiência vivida, tendendo a crítica e revolta ao existente, o que o

¹ Para mais detalhes, ver: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*, São Paulo: Editora Unesp, 1999; WEBER, M. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Amorrortu: Buenos Aires, 1982.

diferenciaria do indivíduo, portador de desejos, necessidades e do imaginário construído externamente².

Assim, o sujeito social totalizaria o coletivo de indivíduos imersos na ação prática, agindo por necessidade enquanto produtos do mundo social, não mais indivíduos isolados. Da convivência em sociedade, a expressão de relações de dominação e de reconhecimento coletivos a respeito de interesses e projetos comuns de acomodação e rebeldia para a superação.

Noutras palavras, a expressão sujeito social se constituiria de práticas políticas e sociais resultantes do conjunto de ações produzidas por agregações de indivíduos que em determinados momentos históricos passam a ser reconhecidos pela identidade coletiva de atividades e decisões realizadas. Não se aprisionaria necessariamente a instituições ou organizações preestabelecidas, podendo constituir seus próprios meios de manifestação e ação.

Diante da trajetória de mudanças nas sociedades, portanto, o sujeito social não tenderia a estar imune. Pelo contrário, como na ascensão do capitalismo em plena sociedade agrária do passado que impactou a herança do patriarcado, constringendo a prevalência do regime simbólico de idealização da vida, e impondo o valor pelo mercado.

A partir de então, o sujeito social passou a sofrer mutações seguidas, permeando o próprio desenvolvimento da identidade coletiva e, por consequência, individual. Ou seja, a atuação do sujeito resultaria de um processo sob o qual prevaleceria a interação com diversos sistemas sociais, enquanto representante de espaço social de subjetividade na produção do sentido de vida³.

Diante da sociedade de classes e frações em pleno desenvolvimento capitalista, o conceito de classe trabalhadora e suas mudanças morfológicas se tornaram

² A polarização entre o contexto sociocultural do indivíduo e a condição do sujeito social, como agente coletivo-social de mudança, pode ser encontrada em: CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris: Seuil, 1977. DAVIDSON, D. *Essays on Actions and Events*. Gloucestershire: Clarendon Press, 1980; TOURAINE, A. *El sujeto: Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy*. Buenos Aires: Paidós, 2006; BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

³ A perspectiva antropológica e psicanalista a esse respeito pode ser encontrada em: DUFOUR, D. *L'art de réduire les têtes*. Paris: Denoël, 2003; LE GUEN, C. *La psychanalyse est une anthropologie*. In: FREUD, S. *Le sujet social*. Paris: PUF, 200; ISRAEL, P. et al *Le mal-être (Angoisse et violence)*. 2ª ed. Paris: PUF, 1998.

centrais para a determinação do sujeito social. Também o protagonismo entre a postura crítica e rebelde no interior do processo de resistência e formação de poder e os contramovimentos de conformação do consentimento capitalista.

Em síntese, a formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e suas sociabilidades, vivências e culturas classistas em termos de processualidade temporal⁴.

A perspectiva original de classe trabalhadora abrangeu o proletariado e demais segmentos dependentes da venda de sua força de trabalho, conforme inscrito no Manifesto do Partido Comunista de K. Marx e F. Engels, em 1848. Com todo o processo histórico de imposição de diversas formas organizacionais patronais fordistas e pós-fordistas internalizadas nas sociedades urbanas e industriais, o conceito ampliou-se para atender as mudanças na morfologia da classe trabalhadora e suas formas de organização, mobilização e ação.

Por se apresentar enquanto promotora do estranhamento à *exploração no local de produção*, conflito e mudança social se contrapõe aos esforços do capital e governos para desfazer suas forças de organização, resistência e luta no ambiente demarcado pela luta de classes. Pelo conjunto articulado de práticas coletivas que perpassa os domínios econômico, político e ideológico-cultural, a classe trabalhadora assumiria a condição de sujeito social permeada por suas organizações de representação de interesses, como sindicatos, partidos e associações capazes de converter indivíduos com idênticas posições no espaço social numa classe.

Assim, a luta de classes responderia a vontades coletivas traduzidas pela realidade de práticas e representações políticas, compreendendo os movimentos de sua estruturação e organização. Ou seja, a perspectiva de a classe trabalhadora assumir, em dado contexto histórico, temporal e de espaço, a condição de sujeito social, apresentando-se no cenário político e econômico com ação coletiva.

Mas foi com a emergência e difusão do capitalismo industrial em diferentes territórios do planeta que o avanço da estrutura econômica assentada na

⁴ Para mais detalhes, ver: BURAWOY, M. *Manufacturing Consent*, Chicago: University of Chicago Press, 1982; HOBBSAWM, E. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000; HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005; KATZNELSON; ZOLBERG, A. *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: PUR, 1986; THOMPSON, E. *The formation of the English working class*, London, Penguin, 1991.

produção de manufaturas potencializou a proliferação de uma classe trabalhadora. Sua trajetória política ao longo do tempo se apresentou, contudo, diferenciada, seja pelo seu peso relativo no conjunto do mundo do trabalho, seja pelo passado agrarista (feudal, escravista e outros) que deu origem a transição para a nova sociedade urbana e industrial.

Nesse sentido, o sujeito social expresso pela classe trabalhadora no capitalismo industrial encontra-se associado às propriedades estruturantes como a relação com as classes dominadas, a forma de articulação do regime político e sua configuração nas instâncias ideológico-cultural, política e econômica. Em resumo, o próprio processo de formação da identidade coletiva implícito à morfologia da classe trabalhadora⁵.

Para um país de passado agrarista-escravista e de inserção periférica e tardia no capitalismo industrial, o Brasil conformou a sua classe trabalhadora em sujeito social demarcada por importantes especificidades em relação aos países de industrialização originária e retardatária. De maneira geral, por exemplo, a transição do campo para a cidade iniciada a partir da década de 1920 não representou regressão social, conforme registros a respeito da formação da classe trabalhadora nos países de capitalismo industrial avançado.

Apesar do passado agrarista, a força econômica política dos proprietários rurais resistiu a qualquer possibilidade de revolução burguesa clássica, tendo composto uma parte ativa integrante do processo capitalista de modernização conservadora desde a década de 1930. Ao não aceitar qualquer iniciativa de realização das chamadas reformas do capitalismo contemporâneo, como a fundiária, tributária e social, terminou por condicionar a própria formação e desenvolvimento da classe trabalhadora na sociedade urbana e industrial.

Tanto que o movimento de constituição do sujeito social a partir da formação da classe trabalhadora associada ao assalariamento se tornou possível com a regulação estatal, sobretudo com a instalação da estrutura de representação corporativa. Em consequência, houve o surgimento da problemática da marginalidade social enquanto recusa de parte da força de trabalho expressa pelo avanço das forças produtivas capitalistas.

⁵ Sobre isso, ver: GLUCKSMANN, A. *Nem todos somos proletários*. In: *Ensaio de opinião*, V.4: 85-104, Rio de Janeiro: Editorial Inúbia, 1977; MESZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Diante disso, parte dissonante do assalariamento urbano e formal, correspondente à massa marginal de trabalhadores ocupados informalmente e não assalariada exerceu certa funcionalidade ao próprio desenvolvimento selvagem da sociedade urbana e industrial. Ainda que profundamente desigual, o funcionamento do mundo do trabalho não expressou dualidade entre incluídos e excluídos da classe trabalhadora⁶.

Embora até o início da década de 1960 o Brasil concentrasse a maior parcela de sua força de trabalho no meio rural, a classe trabalhadora urbana encontrava-se em forte expansão. Através da força da industrialização e urbanização, as grandes cidades, especialmente as capitais nos estados do Sudeste, recepcionavam migrantes do interior do país em busca das oportunidades de trabalho.

Com o Plano de Metas do governo JK (1956-1961), quando começou a se consolidar a industrialização pesada associada ao predomínio de grandes plantas de manufaturas, a classe trabalhadora se transforma enquanto sujeito social. Até os anos 1960, o predomínio de micro e pequenas empresas no país prejudicava a organização da classe trabalhadora a partir do local de trabalho, o que evidenciou o conjunto de lutas e rebeldias ao plano geral das reivindicações contra a elevação do custo de vida urbano.

Nesse sentido, o perfil de manifestações e ações experimentadas desde o começo do século XX, quando algumas capitais de estados chegavam a registrar de tempos em tempos a explosão de movimentos contra a carestia. Somente a partir da década de 1960 outros personagens entram em cena, com questões emergentes no interior do local de trabalho e demandantes de novo perfil de organização sindical e partidário.

Mas tudo isso terminou sendo contido pelo golpe de Estado que entre 1964 e 1985 sufocou o regime democrático e asfixiou o sujeito social advindo da importante transformação da classe trabalhadora. Mesmo sem alterar a estrutura corporativa de representação de interesses, assistiu-se a expansão significativa de uma nova e complexa classe trabalhadora silenciosa em meio à consolidação da sociedade urbana e industrial.

⁶ A tese encontra-se explicitada em: PAOLI, M. *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo: Pioneira, 1974; OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

Nesta configuração temporal do conjunto da classe trabalhadora enquanto sujeito social no país, as instituições de representação de interesses como sindicatos, partidos e associações buscaram operar seus mecanismos de formação, mobilização e lutas contestatórias e de rebeldia. Nas páginas que se seguem, o tema da formação política diante das mudanças de morfologia da classe trabalhadora encontra-se considerado em relação à predominância da estrutura corporativa e da busca de legitimação do sujeito social no interior da sociedade urbana e industrial.

Estrutura de representação corporativa e formação política democrática na transição para a sociedade urbana e industrial entre 1945 e 1964

O ingresso no modo de produção capitalista no Brasil remonta ao conjunto de decisões do período imperial (1822-1889), como a definição do direito de propriedade privada instituído em 1850, com a Lei das Terras, e as várias medidas gradualistas de transição do trabalho escravo para o mercado livre de trabalho a partir dos anos 1830, com a regulação de contratos de trabalho aos estrangeiros. Por conta disso, a formação do mercado de trabalho contemplou especificidades fundamentais que o tornaram mais complexo e diferenciado regionalmente.

A começar pela constituição do mundo do trabalho assentado em três componentes sociais distintos. De um lado, a massa de negros africanos trazida pelo tráfico de escravos, cujo conservadorismo imposto pela elite escravocrata na passagem para o trabalho livre resultou do projeto de branqueamento do final do século XIX, capaz de postergar a inclusão dos ex-escravos no mercado nacional de trabalho⁷.

⁷ Para aprofundar o tema, ver: KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1994; CARVALHO, J. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras 2ª edição, 1987; KONRARD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975; FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1; COSTA, E. *Da senzala à colônia*. Difusão Europeia do livro, São Paulo, 1966; ALONSO, A. *O abolicionismo como movimento social*. Novos estudos CE-BRAP, 100. 2014.

De outro, a força social representada pela imigração branca que constituiu inicialmente parte importante do mercado de trabalho, especialmente nas atividades mais dinâmicas da época no país (cafeicultura na região sudeste). E, ainda, conta também a presença de segmentos livres remanescentes de mestiços pobres e negros libertos e fugidos, quase como acessória à escravidão, pois com ingresso restrito às ocupações, quase sempre em atividades residuais e de contido rendimento no interior do mercado de trabalho.

Dessa configuração do mundo do trabalho decorrente da transição para o capitalismo durante a sociedade agrária, destaca-se a preocupação patronal com a disciplina para o exercício do trabalho livre, pressupondo a expropriação como mecanismo de transformação dos indivíduos em proletários. Nesse sentido, a legislação do trabalho desde o século XIX mostrou ser fundamental o estabelecimento dos mecanismos fundantes da disciplina patronal ao exercício do laboral do emprego regular da mão de obra.

A despeito da emergência do Estado liberal na República Velha (1889-1930), mínima em termos de ação possível no interior do mercado de trabalho em formação, destaca-se legislação voltada à repressão e imposição de penalidade para as situações consideradas de vadiagem e vagabundagem. Uma diversidade de leis associadas à locação de serviço orientou a imposição da disciplina laboral (coação ao trabalho em qualquer ocupação de caráter regular) para garantir a transformação dos indivíduos (ex-escravo, imigrante estrangeiro e trabalhador livre nacional) em proletários disponíveis à demanda do capital.

Como parte do processo de domesticação, em 1907 foi aprovada a lei “Adolfo Gordo”, proposta pelo senador paulista Adolfo Gordo, que permitia a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades políticas e sindicais. Só em 1907 foram expulsos 132 estrangeiros e de 1908 a 1920 mais 556, buscando eliminar lideranças da classe trabalhadora, principalmente anarquistas.

Exemplo disso também pode ser notado já em 1830 com a implantação do Código Criminal sobre a repressão da vadiagem e mendicância, assim como em 1837, com a lei da contratação de trabalho estrangeiro e, em 1850, com as regras de prestação de serviços estabelecidas pelo Código Comercial. Também faz referência aos interesses patronais na fixação da disciplina laboral, a legislação de 1879 que tratou da imigração subsidiada como base do sistema de colonato.

Com a instalação da República (1889), o arsenal das legislações anteriores sobre a locação de serviços agrícolas foi revogado em virtude da dominância da lógica liberal e o entendimento de que contrariava a liberdade individual, comprometendo a atração dos fluxos migratórios de mão de obra branca. Em função disso que a quase ausência da legislação laboral se justificaria pelo risco da regulação pública das relações de trabalho impedir o controle privado e o exercício da disciplina laboral.

Assim, a omissão do Estado liberal permitiu que durante a República Velha, o funcionamento selvagem do mercado de trabalho estivesse amplamente favorável aos interesses do patronato no Brasil. Com o predomínio da sociedade agrária, as condições de usos e remuneração da força de trabalho, imediatamente após a abolição da escravidão, seguiram próximas do regime de quase servidão.

De acordo com as informações oficiais disponíveis, a evolução do mundo do trabalho se apresentou fortemente dependente das ocupações na agropecuária, dispersas no território nacional. Ainda que entre 1872 e 1940, a sociedade agrária tenha registrado sinais de declínio, a agropecuária se manteve como responsável por absorver cerca de dois terços do total das ocupações abertas no país, enquanto os postos de trabalhos urbanos apresentaram ritmo de crescimento superior nos setores secundário e terciário, o que permitiu passar de 22,5% para 31,2% da População Economicamente Ativa (PEA).

Tabela 1: Brasil – Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1872 e 1940

Itens	1872 (em mil)	1940 (em mil)	Variação relativa anual (em %)
População Total	10.112	41.165	2,1
PEA	6.198 (100%)	15.751 (100%)	1,4
PEA ocupada	5.908 (95,3%)	14.759 (93,7%)	1,4
• Primário	4.506 (72,7%)	9.844 (62,5%)	1,1
• Secundário	282 (4,5%)	1.880 (11,9%)	2,8
• Terciário	1.120 (18,1%)	3.035 (19,3%)	1,5
PEA desocupada	290 (4,7%)	992 (6,3%)	1,8

Fonte: IBGE (elaboração própria)

Nesse contexto de capitalismo tardio, quando o número de operários no país aproximava-se de 150 mil, realizou-se, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro no ano de 1906⁸. Naquela oportunidade, constituía-se a Confederação Operária Brasileira (COB) contemplada por ampla maioria de anarquistas e de forte presença de trabalhadores imigrantes.

Desde o início, a organização dos trabalhadores esteve associada à preocupação com a formação/educação dos militantes e da classe trabalhadora. Já na década de 1910 são fundadas Escolas Modernas (Escolas Libertárias)⁹, de inspiração anarquista, cujas preocupações com a educação tinham relação direta com o projeto da construção de uma sociedade sem Estado e autogestionária, em que a formação e a educação cumpririam um papel central. Portanto a formação/educação está, para os anarquistas, profundamente vinculada ao projeto político revolucionário. Só a educação poderia produzir as bases para a “sociedade futura”. Adelino de Pinho, professor de escolas anarquistas no começo do século resume: “a educação e a instrução – eis as armas mais potentes – para a completa transformação da sociedade”. A educação anarquista visava assim “a formação do homem do futuro, solidário, livre, interessado nos problemas sociais, interessado na propagação dos ideais anarquistas”.¹⁰

Destaca-se ainda, para o anarquismo, o papel pedagógico da imprensa operária. Havia no país um grande número de publicações libertárias que, além de informações, reproduziam, em geral, artigos e textos de teóricos do movimento operário, tanto de anarquistas, como Kropotkin e Ferrer, como de Marx e outros teóricos da tradição marxista. O combate sem tréguas que faziam e sua desconfiança em relação ao Estado e à Igreja levava os anarquistas a construir suas próprias escolas libertárias. Com o fechamento destas pelo poder repressivo, a ação educacional dos anarquistas passa a ser feita através

⁸ Para mais detalhes, ver: CARONE, E. *A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1969.

⁹ As escolas modernas são citadas por diferentes fontes e há, certamente, dificuldades em se obter dados precisos sobre elas, Guiraldelli cita a escola Germinal, em São Paulo, o Grêmio Eliseu Réclus, em Porto Alegre, a 1º de maio no Rio de Janeiro e a Escola Social da Liga Operária de Campinas, entre outras. Ver mais em: GHIRALDELLI, 1987; HARDMAN, F. *Nem pátria, nem patrão*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983; FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1977.

¹⁰ Citada por JOMINI, R. *Uma educação para a solidariedade*. Campinas: Pontes, 1990.

dos Centros de Estudos Sociais. As Escolas Libertárias e os Centros de Estudos Sociais tinham sua ação educativa fundamentada no acúmulo teórico produzido por intelectuais ligados ao movimento anarquista internacional, como o espanhol Francisco Ferrer, cujo fuzilamento, em 1909, provocou manifestações em frente ao consulado espanhol no Rio de Janeiro e protestos em diversas outras cidades.

As décadas de 1910 e 1920 registram crescimento de indústrias, bem como das cidades acompanhadas do aparecimento de trabalhadores urbanos. Após a grande greve geral de 1917 e quase cinco anos após a Revolução Russa nasceu, em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) que terminou por se envolver na disputa direta com anarquistas, católicos e democratas pela direção das organizações sociais existentes. Nos anos 1920 ocorreram também a Semana de Arte Moderna (1922), o nascimento do tenentismo (1924), da Coluna Prestes (1924-1927) e do Bloco Operário e Camponês (1928).

Nesse contexto de rebeldia que ascendeu a Revolução de 1930 em meio à grande depressão capitalista de 1929, capaz de inviabilizar a principal fonte de sustentação do modelo econômico assentado nas exportações de produtos primários. A transição para a sociedade urbana e industrial sofreu importante impulso com a Revolução de 1930. Foi o suficiente para abortar o curso do Estado liberal instalado na República Velha e estabelecer as bases do desenvolvimento nacional assentado na consolidação e expansão do mercado interno do país.

Para tanto, a constituição do Estado moderno com capacidade para guiar o projeto de urbanização e industrialização passou, inclusive, pela implantação do sistema público das relações de trabalho fundado na organização corporativa da sociedade enquanto elemento estruturante do próprio mercado nacional de trabalho. Até então, os ciclos econômicos experimentados pela antiga e longeva sociedade agrária haviam definido no território nacional uma espécie de arquipélago de enclaves produtivos, responsáveis pela existência de esparsos mercados regionais de trabalho. Apesar de sua concentração nas regiões centro-sul e litorâneas em algumas capitais do Nordeste, o desenvolvimento urbano e industrial compreendeu cerca de cinco décadas de estruturação do mercado de trabalho assentado na centralidade do emprego assalariado, especialmente com carteira assinada.

Tabela 2: Brasil – Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1940 e 1980

Itens	1940 (em mil)	1980 (em mil)	Variação relativa anual (em %)
População Total	41.165	119.002	2,7
PEA	15.751 (100%)	43.236 (100%)	2,6
PEA ocupada	14.759 (93,7%)	42.026 (97,2%)	2,6
• Primário	9.844 (62,5%)	12.997 (30,1%)	0,7
• Secundário	1.880 (11,9%)	12.042 (27,8%)	4,7
• Terciário	3.035 (19,3%)	16.987 (39,3%)	4,4
PEA desocupada	992 (6,3%)	1.210 (2,8%)	0,5

Fonte: IBGE (elaboração própria)

O movimento de regulação do mercado nacional de trabalho desencadeado a partir da década de 1930, com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, durante o Estado Novo (1937-1945), mostrou ser fundamental para a disseminação do regime do salariado, especialmente através emprego formal (com carteira de trabalho assinada). Por força disso, o mundo do trabalho se transformou profundamente no Brasil em apenas cinco décadas.

Pelo via da urbanização e industrialização, o emprego nas cidades foi o que mais cresceu, respondendo por quase 70% do total das ocupações abertas entre os anos 1940 e 1980. O ritmo de expansão de todos os postos de trabalho equivaleu ao crescimento da própria PEA, o que permitiu tornar o funcionamento do mercado de trabalho próximo do pleno emprego da mão de obra, com baixo desemprego aberto.

Mas isso não significou ausência da precarização e outros males do subdesenvolvimento, como o baixo rendimento, a informalidade e a ampla presença das ocupações não assalariadas, cuja taxa de precarização (soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada) reduziu-se significativamente no período de tempo considerado (de 85% para 45% da PEA). A expansão da taxa de assalariamento (emprego assalariado em relação ao total dos ocupados), que passou de 45% para 65% entre 1940 e 1980, foi significativa (75% das ocupações

abertas no período foram assalariadas), ainda que um terço dos ocupados permanecessem distantes da submissão ao regime do salariado em 1980.

Tabela 3: Brasil – Evolução da população por tipo de ocupação e taxa de precarização em 1940 e 1980

Itens	1940 (em mil)	1980 (em mil)	Variação relativa anual (em %)
PEA ocupada	14.759 (100%)	42.026 (100%)	2,6
Empregador	362 (2,4%)	1.340 (3,2%)	3,3
Assalariado	6.615 (44,8%)	27.152 (64,6%)	3,6
• Formal	1.906 (12,9%)	21.272 (50,6%)	6,2
• Informal	4.709 (31,9%)	5.880 (14,0%)	0,6
Conta própria	4.694 (31,8%)	9.555 (22,7%)	1,8
Sem remuneração	3.088 (20,9%)	3.978 (9,5%)	0,6
Precarização*	12.491 (84,6%)	19.413 (46,2%)	1,1

Fonte: IBGE (elaboração própria) * Soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada.

A formalização do emprego assalariado foi outro aspecto importante do movimento de estruturação do mercado de trabalho. Em 1980, por exemplo, o emprego assalariado formal representou quase 51% do total dos ocupados, ao passo que em 1940 não atingia, nem mesmo, 13% do total das ocupações no país.

Mesmo que tenha sido reduzido significativamente, constata-se que ainda em 1980, mais de 35% dos assalariados não tinham contrato formal de trabalho. Em 1940, quase 72% dos empregados assalariados eram informais.

Diante disso, percebe-se como a implantação da legislação social e trabalhista, com forte amparo no padrão corporativo de relações de trabalho, contribuiu para estruturação do mercado de trabalho durante a constituição da sociedade urbana e industrial. Nesse sentido, a definição do conceito de categoria profissional foi essencial para estabelecer a organização e o financiamento dos sindicatos, os acordos e negociações coletivas de trabalho e a atuação da justiça do trabalho.

Nas décadas de 1930 e 1950, por exemplo, a legislação social e trabalhista centrada na atuação importante do Estado (Ministério do Trabalho e Justiça Trabalhista) focou fundamentalmente o mundo do trabalho urbano

diante da reiterada resistência do patronato rural a qualquer forma de regulação pública do trabalho. Somente a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, na década de 1960, quando a população agrária deixou de ser dominante na população nacional, que, lenta e gradualmente, as ocupações do meio rural foram sendo incorporadas ao sistema público nacional de relações de trabalho.

Nesta fase, o PCB se tornou uma referência importante para os trabalhadores organizados. Já em 1930 lançou o operário marmorista e intendente (vereador) no Rio de Janeiro, Minervino de Oliveira, para a Presidência da República; em 1945 apresenta a candidatura presidencial de Yedo Fiúza (que obteve cerca de 10% dos votos) e elege uma importante bancada que inclui o ex-capitão e líder guerrilheiro Luís Carlos Prestes como senador. Mesmo com a ilegalidade imposta ao PCB, em 1947, o partido cresceu na clandestinidade e diretamente com seus membros participando dos sindicatos oficiais e conquistando um grau elevado de influência não só no movimento operário, como também na política nacional.

Era tal o grau de influência do PCB que gerou a famosa frase atribuída a Prestes de que a “classe operária estaria no poder, restando-lhe apenas conquistar o governo”. Mas em relação ao campo da educação ou formação não houve grandes formulações para além da constituição da “Escola de Formação de Quadros do Partido” durante a década de 1950.¹¹

O trabalho da Escola estava em acordo com a própria estrutura de organização, pensada a partir da necessidade de assimilação de uma verdade que não tem qualquer relação com o conhecimento empírico das pessoas, ao contrário, tal conhecimento era visto como nefasto pelo próprio PCB. Neste sentido, as orientações centralizadas pelo comitê central apontavam a capacidade de leitura da realidade através do marxismo-leninismo.

A formação do Partido Comunista do Brasil durante a década de 1950 seria a assimilação, pelos alunos, do conhecimento da linha política e das diretrizes do partido, delineadas a partir da compreensão da realidade através da teoria científica do marxismo-leninismo. E, dessa forma, a difusão da linha

¹¹ A Escola de Quadros do PCB foi analisada na tese de RÜCKERT, S. *Persuasão e Ordem: a escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50*. Campinas: FE/ Unicamp: 1987.

política do partido, cumprindo as resoluções diretamente repassadas aos professores e cursos sobre a realidade brasileira.

Diante disso, a proposta educacional do PCB tinha por base um projeto tradicional de educação, em que caberia ao professor ensinar, transmitir ao aluno o conhecimento pronto, fruto da aplicação da teoria, acessível aos estudiosos do presente, a partir do acúmulo realizado por estudiosos no passado. A escola é, assim, local de transmissão de conhecimento dos que sabem aos que não sabem.

Ao ampliar a referência formativa no período democrático de 1945 e 1964, encontra-se o conjunto de quatro distintas correntes de atuação organizativa no interior da estrutura corporativa de representação de interesses¹². A primeira corrente formativa estava associada à visão ideológica classista, destacando-se, por exemplo, para além dos comunistas representados pelo PCB, os socialistas (PSB) e anarquistas, cuja ênfase era a busca da renovação da organização e mobilização da classe trabalhadora.

A segunda corrente formativa vinculava-se às ações confessionais/religiosas, sobretudo católicas, identificadas à visão ideológica democrata. Percebe-se, desde a década de 1930, a atuação militante e formativa de setores importantes da Igreja Católica, a partir da “Ação Católica”, que se concretiza em movimentos como os círculos operários, a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica Operária (ACO) no meio urbano. No caso dos trabalhadores rurais, a estrutura da Igreja Católica, como dioceses e grupos de assessorias específicos, atuava para atender a formação e organização, como nas Frentes Agrárias, além da Juventude Agrária Católica (JAC).

Para além da estrutura corporativa oficial, ressaltam-se as tentativas de constituição de novas instituições de representação e formação relacionada à corrente ideológica democrática. Ganham importância, por exemplo, o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), a Confederação dos Trabalhadores Cristãos

¹² Mais detalhes em: TROYANO, A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978; TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: LECH; PARANHOS, A. *O roubo da fala*. São Paulo: Boitempo, 1999; DELGADO, L. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986; SALVADOR, S. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994; DELGADO, L. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

e a Frente Nacional do Trabalho, bem como os cursos ofertados pela Universidade para os Trabalhadores da América Latina (UTAL).

A terceira corrente formativa provinha dos trabalhistas (PTB) que atuavam a partir do aparelho de Estado, como o Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, institutos de Previdência e Pensão e até mesmo no sistema S (SESI, SENAI). A visão ideológica preponderante era a do nacionalismo associada à difusão da formação sobre legislação social e trabalhista, estrutura sindical, formação de sindicalistas.

Por fim, a quarta corrente formativa decorreu da presença de instituições associadas aos Estados Unidos, cuja visão ideológica vinculava-se ao sindicalismo livre. Para tanto, o processo de formação dos dirigentes de trabalhadores através do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), da Confederação Internacional das Organizações dos Sindicatos Livres (CIOILS) e da American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO).

Para além da formação política ideológica voltada à classe trabalhadora, em geral associada ao vértice da estrutura corporativa, as experiências das organizações eram relativamente escassas. Se considerar o conjunto dos dirigentes sindicais paulistas no início da década de 1960, percebe-se que apenas um quarto deles havia frequentado algum tipo de curso formativo, posto que menos de 10% do total dos sindicatos de trabalhadores ofereciam serviços de formação de qualquer natureza¹³.

Novo sujeito social e a formação durante a ditadura entre 1964 e 1984

A consolidação do ciclo de industrialização e urbanização nacional na década de 1960 foi fundamental para a emergência de novos sujeitos sociais, distinto do prevalecente da transição do velho agrarismo. Com a predominância da população urbana, sobretudo aquela cada vez mais concentrada nos principais

¹³ Conforme relato em: MANFREDI, S. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.

centros metropolitanos em efervescência a partir de então, constituiu-se a base da massa humana submetida à intensa exploração capitalista se insurgiu desconexa das instituições tradicionais.

De certa forma, a convergência de situações sociais distintas decorrentes de inéditas questões próprias dos trabalhadores industriais no interior das grandes empresas se associou ao arrocho generalizado nos rendimentos do trabalho e à opressão predominante na sociedade salarial que se consolidava ao longo da ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo, a ebulição do descontentamento difundido pelas péssimas condições de trabalho e vida generalizados para população migrante que se desbancava para as grandes cidades, ampliando a segregação através das favelas e condições irregulares de moradia.

Esse novo sujeito social emergiu cada vez mais desconectado das instituições de representação de interesses existentes, na maior parte das vezes assentadas na tradicional estrutura corporativa (associações, sindicatos e partidos). Apesar do autoritarismo vigente por duas décadas, a sociedade urbana e industrial pariu singular sujeito social, com processo de formação política apropriado à realidade constitutiva de novas organizações de representação de interesses à margem da institucionalização.

Mas, para isso, dois processos estruturadores predominaram. De um lado, a superação da fase da industrialização restringida até a primeira metade dos anos 1950, com a implementação do Plano de Metas de JK (1956-1961), permitiu avançar a industrialização com a internalização da estrutura produtiva derivada da segunda Revolução Industrial e Tecnológica portadora de inédita estrutura ocupacional a partir da expansão da grande empresa capitalista.

Com isso, a reconfiguração do mundo do trabalho aprofundado pela expansão inédita da classe trabalhadora industrial nas grandes empresas (privadas e estatais) e da significativa reprodução de classe média assalariada, superando a antiga classe média proprietária, situada fundamentalmente nos pequenos negócios urbanos e rurais. Ao mesmo tempo, o salto migratório do campo para a cidade impôs situação extremamente desconhecida em termos de universalização da sociabilidade capitalista e do padrão de consumo urbano.

Sem planejamento e reformas urbanas necessárias, as cidades passaram a conviver com enormes excedentes de força de trabalho a perambular pelas cidades, cujo recurso adotado em profusão foi o deslocamento geográfico para

a periferação populacional. A ascensão dos interesses especulativos imobiliários e a remodelização das cidades em termos de produção e distribuição de bens e serviços impactou direta e indiretamente nas condições de vida, moradia e trabalho, bem como nos valores sociais nos grandes centros urbanos jamais vistos no país.

De outro lado, a “saída” autoritária para os dilemas capitalistas herdados na fase em que se completou a transição do agrarismo para a inclusão/exclusão na sociedade urbana e industrial. O golpe de Estado imposto em 1964 não apenas afastou a perspectiva democrática por duas décadas, como desagregou as formas até então existentes de organização, manifestação e lutas sociais.

A convergência de tudo isso, com a intensa transformação no interior da sociedade em meio ao avanço do autoritarismo e repressão da ditadura civil-militar, contribuíram para o deslocamento, imobilização e congelamento da estrutura corporativa de representação de interesses. A incompatibilidade das instituições herdadas do período democrático anterior (1945-1964) e do contexto autoritário imposto pelo golpe de Estado permitiu que o novo sujeito social ascendesse com características próprias.

A elevação do emprego assalariado, sobretudo formal, possibilitou ao Brasil se inserir na trajetória moderna de construção da sociedade salarial, reflexo direto da profunda transformação no mundo do trabalho a partir dos anos 1960. Com o movimento de estruturação do mundo do trabalho, pois amparado na ampliação dos postos de trabalho assalariados formais, o grau de organização das ocupações no conjunto da economia capitalista cresceu significativamente desde a efetivação do Pano de Metas de JK, que consagrou o espaço inédito das grandes empresas capitalistas.

Tabela 4: Brasil – Evolução das ocupações não agrícolas por segmentos organizados e não organizados entre 1940 e 1980

Itens	1940 (em %)	1980 (em %)	Varição relativa anual (em %)
Total não agrícola	4.914,3 mil (100,0)	29.592,3 mil (100,0)	4,4
• Organizado	61,6	70,5	4,9
• Não organizado	38,4	29,5	3,9
Secundário	30,2	36,2	5,1

Itens	1940 (em %)	1980 (em %)	Variação relativa anual (em %)
• Organizado	20,8	25,7	5,1
• Não organizado	9,4	10,5	4,9
Terciário	69,8	63,8	4,3
• Organizado	40,8	44,8	4,8
• Não organizado	29,0	19,0	3,4

Fonte: IBGE (elaboração própria)

A consolidação do segmento de ocupações organizadas no meio urbano se mostrou inegável, tendo o emprego no segmento organizado da economia urbana crescido entre 1940 e 1980 a taxa média anual de 4,9%, acima da variação da População Economicamente Ativa (4,6%) e das ocupações no segmento não organizado (3,9%). Em resumo, a cada grupo de dez ocupações geradas no período, sete pertenceram ao segmento organizado e três ao não organizado.

No setor secundário da economia brasileira, representado pela indústria de transformação e construção civil, fundamentalmente, as ocupações no segmento organizado aumentaram ao ritmo médio de 5,1% ao ano, enquanto o não organizado cresceu 4,9%. No setor terciário, representado pelo comércio e serviços públicos e privados, as ocupações no segmento organizado expandiram à taxa média anual de 4,8% ante 3,4% para as ocupações no segmento não organizado.

Diante disso, as ocupações em segmentos organizados aumentaram de 61,6% para 70,5% do total dos postos de trabalho entre 1940 e 1980. A maior expansão ocorreu no setor secundário da economia (23,6%), seguida do setor terciário (9,8%).

Nesse sentido, a expansão do conjunto dos empregos regulares e formais resultou, sobretudo, da dinâmica intensa da industrialização e urbanização nacional. Ainda que incompleto, o movimento de estruturação do mundo do trabalho foi acompanhado da institucionalização das relações de trabalho em âmbito nacional.

As diferenças regionais, mesmo que existentes, refletiam o movimento nacional, não mais expressando dinâmicas locais, conforme prevaletes até a década de 1930, quando ainda predominava a sociedade agrária. Especial-

mente nos anos 1970, em pleno vigor da sociedade urbana e industrial, a classe trabalhadora se consolida cada vez menos heterogênea, porém submetida à repressão patronal e à ordem autoritária dos governos da ditadura civil-militar.

Neste ambiente singular, que combinou acelerada expansão econômica geradora de empregos assalariados formais com punição política em meio ao avanço da desigualdade social e da castração das liberdades de organização e manifestação no interior da sociedade urbana e industrial, novos sujeitos sociais terminaram emergindo. Ao se desprender da crise que perpassavam as instituições da época, vinculadas à estrutura corporativa de representação de interesses como partidos, sindicatos e associações, os novos sujeitos sociais se estabeleceram por discursos e práticas políticas renovadas.

Ao mesmo tempo, o processo de migração em massa da população do campo para as cidades, conhecido como êxodo rural, resultou da ausência de reformas capitalistas civilizatórias, o que permitiu a contínua concentração fundiária com modernização tecnológica na agropecuária. Com isso, houve a aceleração descontrolada da urbanização diante da atratividade das oportunidades sociais e econômicas nas cidades do país.

Entre as décadas de 1960 e 1980, por exemplo, o êxodo rural foi o mais intenso de todo o século passado, representando cerca de 20% de toda a urbanização do país, enquanto entre os anos 2000 significou apenas 3,5%. Ao se tomar como referência os imigrantes do meio rural em relação à população residente no campo, constata-se que na evolução decrescente após ter alcançado o auge nos anos 1970 (30%), passando para 26,4% na década de 1980, 25,1% nos anos 1990 e 17,6% nos anos 2000¹⁴.

Esse movimento de migração interna transcorreu de forma heterogênea em todas as regiões. Em geral, o deslocamento humano do interior para o Centro-sul do país manteve no Norte, Centro-oeste e Nordeste situação distinta das regiões Sudeste e Sul, que se urbanizaram precocemente em relação às demais.

¹⁴ Para mais detalhes, ver: ALVES, E. *et al.* *Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010*. *Revista de Política Agrícola*. Ano XX – n. 2 – Abr./Maio/Jun. Embrapa. p.80-88, 2011; ABRAMOVAY, R. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Ipea, junho de 1999; CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, Ipea, jan. 1999 (Texto para Discussão, n. 621); GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp/IE, 1999.

A concentração dos investimentos industriais e da dinâmica produtiva em polos regionais do país produziu desmedido crescimento das periferias/favelas urbanas, difundindo generalizadamente as condições irregulares de moradia e favelização nas metrópoles brasileiras. Atraiu, assim, a reprodução da pobreza em meio ao avanço concentrado da riqueza, consolidando uma das sociedades mais desiguais do mundo.

Enquanto avançavam as iniquidades nas cidades, a desigualdade na propriedade rural se eternizava ante a concentração da produção no campo e à decrescente disponibilidade de terras nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Alternativa autoritária na época foi a abertura da válvula de escape no ampliado corredor humano que deslocou para a fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte parcela da população sobrando do meio rural nas regiões Nordeste e Sul-Centro.

Sem reforma agrária, as tentativas do distensionamento demográfico no campo transcorreram pela extensão da fronteira agrícola para o oeste e norte do país e imigração do campo para as grandes cidades. Com isso, o avanço da urbanização se impôs rapidamente, tendo a população urbana deixado de representar 26,3% do total dos brasileiros, em 1940, para assumir 81,2% no ano 2000.

Em apenas seis décadas, cerca de 120 milhões de pessoas foram incorporadas na população urbana do país, considerando a passagem de 18,8 milhões de habitantes em 1940 para 138 milhões em 2000. Com isso, os impactos sobre a sociabilidade e o modo de vida urbano assentado no consumismo se sobressaíram, especialmente diante do aprofundamento de questões complexas como a infraestrutura urbana (saneamento básico, energia elétrica, postos de saúde, escolas, transporte, emprego, renda, segurança) entre outros obstáculos à vida decente¹⁵.

A ausência de atendimento igualitário patrocinou a ampliação da periferização dos pobres em favelas e arranjos imobiliários irregulares constituídos sob pontes e viadutos, à beira de córregos ou em encostas de morros, caracterizando especificidades inegáveis para a urbanização nacional. Se, nos anos 1960, os migrantes-moradores eram removidos, a partir da década de 1970, com a

¹⁵ A respeito do modo de vida e sociabilidade na sociedade urbana e industrial ver: DOWBOR, L. *O mosaico partido*. Petrópolis: Vozes, 2000; MELLO, J. ; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.

ascensão da mobilização social, os governos passaram a desenvolver programas de urbanização gradual das favelas, como redes de água até a melhora da infraestrutura, não obstante o crescimento da violência e da taxa de homicídios¹⁶.

Diante disso tudo, os segmentos populares constitutivos das transformações migratórias e do mundo do trabalho na sociedade urbana e industrial, submetida ao autoritarismo vigente à época, trataram de constituir a identidade através de práticas inovadoras. A autoafirmação na construção do novo sujeito social implicou, muitas vezes, o confronto com personagens e instituições tradicionais, como associações de bairros, sindicatos e partidos políticos.

Em grande medida, a perspectiva da autonomia dos novos movimentos sociais em efervescência, com lugares e espaços distintos da tradicional política institucionalizada, representou a busca de independência na reivindicação dos direitos sociais que se transformaram em lutas por reformas mais amplas no interior da sociedade. Através das experiências populares, como a politização do cotidiano, o espaço de moradia tornou-se privilegiado para a reelaboração política e a auto-organização e formulação das questões de seus interesses a serem reivindicados.

Desde o lugar da fala, os valores defendidos e a sua constituição, os movimentos sociais fundamentaram o plano de ação a partir das condições da existência popular e dos modos pelos quais os trabalhadores buscaram a própria reprodução política. Dois vetores principais se estabeleceram, convergindo os movimentos no local de moradia e o novo sindicalismo assentado na inspiração ideológica de esquerda (crítico da estrutura corporativa de representação de interesses).

A ascensão dos movimentos sociais representou, a partir da década de 1960, uma importante inflexão no modo tradicional de organização social assentado na estrutura corporativa de representação de interesses (associações, sindicatos e partidos). De certa forma, a insurgência dos até então desorganizados que ascenderam pelo confronto com a ordem institucional predominante ao longo do período autoritário.

¹⁶ Sobre isso, ver: ARANTES, O. *et al.* *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000; MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996; DRUMOND Jr., M. *Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo*. IV Congresso Paulista de Saúde Pública, Águas de Lindoia, 1999; SOUZA, A. *Invasões e intervenções públicas*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1990; SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990; ROLNIK, R. *Territórios em conflito*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

Para uma sociedade de classes extremamente desigual como a brasileira, o novo sujeito social se estabeleceu requerendo representação até então inexistente, com a defesa recorrente dos seus interesses desconhecidos, pois decorrentes da vivência cotidiana e das formas de organização não institucionalizadas. Na realidade precária da vida nas grandes cidades, sobretudo em suas periferias destituídas de quase tudo, ganhou importância o estranhamento de segmentos pauperizados da população, deslocados do seu modo de vida originalmente agrário, quando na condição de migrante do interior.

De certa forma, a emergência de novos sujeitos sociais se tornou parte ativa do processo político da época em interação com o mundo do trabalho estruturado, porém com as condições de vida bem precárias nos grandes centros metropolitanos. Em pleno autoritarismo, os movimentos sociais expressaram a emergência de novos sujeitos sociais através do renascimento do exercício político e da constituição de identidades de resistência e rebeldia mediante pressão governamental pelo conformismo e acomodação generalizada.

Noutras palavras, a canalização dos sinais de enfrentamento aos problemas concretos do cotidiano quase em âmbito privado para ser transformado, cada vez mais, na esfera pública. Apesar de originalmente fragmentada, a atuação dos movimentos sociais de trabalhadores sem terra, de migrantes em péssimas condições de vida nas periferias das grandes cidades e de trabalhadores submetidos ao arrocho salarial, sobretudo nas grandes empresas, enfrenta o autoritarismo e se rebela diante da velha prática clientelista em sua maioria¹⁷.

¹⁷ Literatura especializada por ser encontrada em: AMMAMN, S. *Movimento popular de bairro*. São Paulo: Cortez, 1985; SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SINGER, P.; BRANT, V. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980; OTTMANN, G. *Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva*. Novos Estudos, n.41, mar. 1995; NUNES, E. *Movimentos populares na transição inconclusa*. Lua Nova (Cedec), n.13, p. 92-94, set. 1987; CUNHA, F. *Movimentos sociais urbanos e a redemocratização: a experiência do movimento favelado de Belo Horizonte*. Novos Estudos, n. 35, mar. 1993; COSTA, S. *Contextos da construção do espaço público no Brasil*. Novos Estudos, n.47, mar. 1997; KOWARICK, L. *A Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973; SANTANA, M. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 14, N. 41, out. 1999, p. 103-120; MOISÉS, J. (Org.) *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Por isso, o alcance da autonomia em relação às instituições existentes, com atuação paralela a partidos, sindicatos e associações tradicionais. A reinvenção da política assentada na redefinição da noção de cidadania demarcou a cultura política no país, articulando a contestação transformada em reivindicações com ações propositivas.

De maneira geral, os movimentos sociais ascendentes durante a ditadura civil-militar convergiram para o reposicionamento das frações das classes populares, estabelecendo contrariedade às práticas de dominação social até então vigentes. E, por assim dizer, o ineditismo da manifestação pela inclusão nas políticas públicas e de participação social com representação distinta dos limites da institucionalidade até então vigente¹⁸.

Mas isso, contudo, refletiu o aprofundamento da ditadura militar que a partir de 1968 debilitou consideravelmente o que ainda restava de organizações e mobilização das classes populares. O movimento sindical pré-1964, aparentemente vigoroso, se mostrou incapaz de esboçar maior reação ao golpe, assim como diversos outros setores sociais com referência tanto nas formas de organização com base na atuação comunista (Partido Comunista do Brasil – PCdoB, separado do Partido Comunista Brasileiro – PCB) e não comunista (católicos e partidos como PTB, PSB e outros).

Ao contrário do que tratou originalmente a oposição à ditadura militar, que se trataria de longa estagnação econômica motivada pela concentração da renda e propriedade, observou-se que justamente a piora na distribuição da renda terminaria transferindo recursos para segmentos privilegiados da

¹⁸ Ver mais em: GOHN, M. *Classes populares, periferias e movimentos sociais urbanos: o movimento das sociedades amigas de bairros em São Paulo*. FFLCH/USP, São Paulo, 1979; BOSCHI, R. (Org.). *Movimentos sociais no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; SANTOS, C. *Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa*. Religião e Sociedade, n. 2, 1977, p. 1-53; ALMEIDA, M. & SORJ, B. (Orgs.) *Sociedade política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; GOHN, M. *A força da periferia. A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985; SADER, E. (Org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987; PAIVA, V. (Org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985; DELLA CAVA, R. *Igreja e a abertura, 1974-1985*. In: STEPAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 231-273; KRISCHKE, P. & MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempo de transição*. São Paulo: Cedec, 1986; DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

sociedade que estimularia setores intensivos em ocupação como a indústria de transformação, construção civil e serviços. Assim, a década de 1970, por exemplo, encontrou um país mais industrializado, com altas taxas de crescimento e mais de 60% da população vivendo nas cidades.

Diante do arrocho no rendimento da base da pirâmide social brasileira e a invasão de massas de imigrantes rurais nas grandes cidades sem qualquer condição decente de vida, não havia espaços de organização dos trabalhadores e das classes populares. Os militares haviam promovido expurgos nos sindicatos, nas universidades, fechado partidos, enfim amarrado e congelado a “sociedade civil”.

Mesmo assim, espaços de resistência foram construídos, como os movimentos internos e externos na Igreja Católica, a organização das Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais Sociais e atos como o culto ecumênico por ocasião da morte de Vladimir Herzog. Além disso, movimentos de oposição sindical no meio urbano e nascimento dos movimentos sem terra.

De certa forma, destacam-se três principais matrizes originárias dos novos sujeitos sociais que emergem em meio ao autoritarismo nos anos 1970 impulsionados pela Igreja Católica, pelos remanescentes das organizações de esquerda pré-1964 e pelos dirigentes do novo sindicalismo. Para tanto, a prática social da militância nas pastorais e comunidades de base, e pela “Educação Popular” por ela desenvolvida, influenciou e acolheu em no seu meio militantes dispersos que só aí encontravam possibilidades de contato e trabalho político com os setores populares e os trabalhadores.

Os setores populares da Igreja Católica – que já vinham fazendo uma guinada ao povo, seguindo as resoluções do Concílio Vaticano II (1965) e das Conferências Episcopais Latino Americanas, como a de Medellín, em 1968, e de Puebla, em 1978 – aliam-se a este giro de críticas às políticas desenvolvidas pelos PCs no período pré-1964, que, segundo setores da Igreja, como a Juventude Operária Católica (JOC), tinham a sua ação extremamente vinculada ao sindicalismo oficial, bem como às organizações que se empenharam na luta armada no momento do fechamento do regime, por ver nelas posições vanguardistas.

Esta crítica à prática política aliancista ou vanguardista foi estendida à formação política desenvolvida até então pelos PCs, levando estes setores a buscar uma metodologia de trabalho popular calcada em pressupostos opostos, de maneira antagônica à desenvolvida pelos PCs. Nota-se também que durante

a década de 1970 quase somente os setores católicos tinham espaços para o exercício de atividades voltadas à organização popular e formação.

Diante da crise instalada nos setores tradicionais que anteriormente se organizavam em partidos, agora inexistentes por ação da repressão da ditadura, restou fundamentalmente à oposição buscar guarida nas estruturas da Igreja Católica. Com isso, a ampliação da capacidade de organização popular dos setores católicos:

[...] sua influência se estendeu não apenas aos leigos engajados no trabalho pedagógico-pastoral junto às camadas populares, mas a setores não católicos, graças ao autoritarismo do regime. Não havendo espaço possível para a ação política direta junto às classes populares além daquele oferecido pela igreja, nele se integraram elementos de proveniências variadas.¹⁹

Bem como por novas vias:

[...] o fato é que, nesta ‘ida ao povo’, buscando ajudar num processo de fazer despertar a ‘consciência crítica’, o método Paulo Freire esteve mais presente que os escritos de Gramsci, ‘Que Fazer?’ de Lênin, os livrinhos de Mao ou a ‘Revolução na revolução’ de Debray, de meteórica carreira....Os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire – torceram o nariz para seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão – e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular.²⁰

Pode-se caracterizar o processo de educação popular como aquele em que cabe ao professor ser um provocador, um organizador das discussões que farão aflorar o conhecimento, jamais alguém que traga um conhecimento já estabelecido ao grupo.

Em geral, os objetivos da educação popular estavam associados ao comportamento, à aquisição da autonomia para pensar, e não em tomar contato ou, muito menos, em assimilar verdades oriundas de teorias.

A assim chamada “Educação Popular” passou a caracterizar, apesar do termo impreciso e de diversas experiências, a tentativa de construir uma educa-

¹⁹ PAIVA, Vanilda. *Perspectivas e dilemas de educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

²⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena – experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ção não diretiva, sem verdades prontas, sem relação de autoridade ou de hierarquia entre os participantes do processo educacional, professores e alunos. A partir da segunda metade da década de 1970, registrou-se a emergência dos movimentos populares e sindicais.

Nas periferias das grandes cidades, por exemplo, cresceram os “clubes de mães”, aumentou a combatividade das sociedades “amigos de bairros” e os movimentos em torno da regularização fundiária urbana (loteamentos clandestinos) e de outros matizes reivindicatórios ganharam credibilidade e mobilizaram parcelas maiores de populações pobres dos bairros periféricos. Alguns desses movimentos expressaram maior capacidade de articulação, como o Movimento do Custo de Vida, que coletou mais de 1,2 milhões de assinaturas em torno de suas reivindicações, com ato realizado para 20 mil pessoas em 1978.

Ao final da década de 1970, o ciclo de lutas operárias, com a greve na Scania em 1978, alastrou, inicialmente por São Paulo, a partir do ABC paulista, a retomada das greves operárias no Brasil. Em 1979, por exemplo, ocorreu uma nova greve dos metalúrgicos no ABC, e também em São Paulo, dirigida pela oposição ao sindicato dos metalúrgicos da capital paulista. Durante a greve aconteceu a morte do operário Santo Dias da Silva, militante da Oposição Sindical Metalúrgica, da Pastoral Operária e das Comunidades de Base da Igreja Católica, assassinado pela polícia em frente à fábrica da Sylvania, na Zona Sul de São Paulo.

Diante dessa turbulência de retomada em novas bases pelo chamado novo sindicalismo, lideranças dos trabalhadores reuniam-se através das atividades desenvolvidas em paralelo à estrutura sindical oficial, como: o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), em 1979, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), em 1980; e, principalmente na Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), em 1980. No ano de 1981, por exemplo, foi realizada a Conferência Nacional das Classes Trabalhadores (CONCLAT), responsável pela gestação de articulação nacional mais permanente entre os sindicatos.

Apesar da ilegalidade da estrutura sindical oficial em permitir a formação de centrais sindicais, pois de característica vertical e confederativa, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) aconteceu em 1983. A composição da CUT continha originalmente a presença de parcelas dos militantes sin-

dicais entre os quais os mais próximos de pastorais sociais e das organizações de esquerda que participavam do Partido dos Trabalhadores (PT).

De certo modo, o novo sindicalismo terminou por se afastar do liame corporativista possibilitado pela existência de uma estrutura produtiva de natureza fordista, distinta daquela instalada ainda na década de 1930. A renovação da atuação sindical se estabeleceu pela prática da negociação coletiva e realização das convenções e acordo coletivo de trabalho e do exercício de greves em empresas e categoria de trabalhadores, ademais da criação de nova central e partido político para tratar da intervenção mais ampla nas questões econômicas, sociais e políticas jamais observadas anteriormente²¹.

No final da década de 1970, a reforma partidária, decorrente da crise da ditadura militar e das pressões populares, inclusive pelas votações expressivas no partido da oposição, pela revisão do bipartidarismo, dado seu esgotamento, permitiu o aparecimento de vários partidos no país. Vários setores da esquerda da época optaram por manterem-se no chamado “setor popular” do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como forma de garantir os espaços necessários à ação política própria e cimentar o caminho da democratização.

Assim, por exemplo, ficaram no PMDB os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Outros setores da esquerda e a maioria dos militantes ligados às pastorais sociais e à Igreja optaram por construir um partido autônomo e claramente popular, partindo para a construção do PT.

Houve ainda setores populares que se destacaram por se agregar ao projeto chamado de “socialismo moreno” ou “socialismo tupiniquim” por parte do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A fundação do PDT por Leonel Brizola, recém-chegado do exílio, ocorreu após a concessão da antiga sigla do PTB para Ivete Vargas, o que deixou de fora os trabalhistas vinculados ao legado de Getúlio Vargas.

²¹ Para maiores detalhes ver a respeito em: KREIN, J. *et al.* (org.) *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013; COMIN, A. *A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil*. In: OLIVEIRA, C. *et al.* (org.) *O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século XX*. São Paulo: Scritta, 1994. p. 359-401; CARDOSO, A. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Formação para ação política na institucionalização democrática desde 1985

A passagem da via autoritária para o regime democrático na década de 1980 transcorreu permeada por expectativas de ascensão política do sujeito social herdado do ciclo de industrialização e urbanização nacional. Pela primeira vez na sociedade urbana e industrial que se consolidava, a classe trabalhadora passava a ter expressão nacional através das instituições assentadas na estrutura corporativa de representação de interesses.

Isso porque o decréscimo relativo nas ocupações agrárias em simultâneo à expansão dos postos de trabalhos urbanos (indústria e serviços) possibilitou a formação de ampla e complexa classe trabalhadora, bem como uma significativa classe média assalariada entre as décadas de 1930 e 1980. A estrutura de classes sociais e suas frações estabelecidas por força da intensa expansão econômica nacional apontavam para a consolidação da sociedade salarial que ainda se encontrava incompleta.

Mas a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa e a adoção de políticas recessivas, pela primeira vez desde a década de 1930, durante o último governo da ditadura civil-militar (1964-1985), a estrutura de classe e suas frações produzidas após mais de meio século de industrialização passaram a ser profundamente alteradas. O fenômeno da desindustrialização precoce iniciado na década de 1990 resultou da inserção passiva e subordinada do Brasil na globalização pelos governos da “era dos Fernandes” (Collor, 1990-1992; Cardoso, 1995-2002).

Em função disso, o sujeito social que protagonizou as principais lutas sociais na transição para a democracia nos anos de 1980 terminou sendo fortemente abalado. Concomitante ao ingresso na globalização (desde 1990), a desindustrialização precoce e a antecipada passagem para a sociedade de serviços convergiram para a desestruturação do mercado de trabalho, contraindo o assalariamento e o emprego formal.

Pela reestruturação das ocupações intermediárias nas grandes empresas privadas e estatais, a terceirização e a subocupação laboral impactaram a reprodução da classe média assalariada. Também a tradicional classe trabalhadora sofreu com a diminuição do emprego industrial e a difusão da terciarização

dos postos de trabalho em meio à presença ampliada do desemprego e subutilização da força de trabalho.

Nesses termos, o sujeito social constituído pelo avanço da sociedade salarial, especialmente após a conclusão do Plano de Metas de JK em 1960, sofreu gradualmente abalos estruturais. Isso porque o projeto de urbanização e industrialização em curso desde a década de 1930 começou a perder a centralidade no Estado desenvolvimentista.

Por outro lado, a herança dos governos do autoritarismo – representada pela dívida externa, superinflação, endividamento público, rentismo, pobreza e desigualdade – terminou comprometendo significativamente a retomada das políticas econômica e social no início do período democrático. A superinflação, por exemplo, implicou perda de vários anos para ser superada – somente em 1994, enquanto a dívida externa somente foi solucionada em 2008.

No caso da pobreza e da desigualdade, os anos de 2000 abriram maior expectativa de enfrentamento. Ao contrário dos problemas do rentismo e, por consequência, a desordem das contas governamentais, sobretudo a dívida pública, segue sem resolução em pleno primeiro quartel do século XXI.

Além disso, a adoção do receituário neoliberal nos anos 1990 coincidiu com o ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização comandada por grandes corporações transnacionais. Desde então, o país precocemente ingressou no processo de desindustrialização, pois sem universalizar o padrão de consumo a todos os brasileiros, sobretudo na base da pirâmide social, vem declinando a capacidade de produção manufatureira.

Nos países com processo de desindustrialização madura, a diminuição relativa da participação da manufatura no ciclo produtivo transcorreu após a totalidade da população ter sido incluída no padrão de consumo da sociedade urbana e industrial, coincidindo com a maior expansão do setor terciário na economia. Nesse sentido, os serviços mais dinâmicos tenderam a ser aqueles vinculados à produção e logística, entre outros mais associados ao emprego de mão de obra com mais requisitos de formação e remuneração.

Em caso de necessidade, as importações de bens industriais podem complementar pontualmente as exigências do consumo interno, uma vez que tratam, em geral, da reposição de produtos pela população ou de alguma novidade. Isso parece ser irrealizável em países de desindustrialização precoce como

no Brasil devido à expressiva dimensão populacional excluída do acesso aos bens industriais, cuja escala de importação de manufaturados torna-se difícil de ser compensada por bens não industriais.

Além disso, o declínio relativo dos bens industriais na produção não se deveu tanto ao maior ritmo de crescimento do setor terciário, mas a decadência da produção manufatureira, com o encolhimento de alguns ramos e o desaparecimento de outros. Por força disso, a antecipação da passagem para a sociedade de serviços decorre mais do inchamento do setor terciário da economia em virtude do vácuo deixado pela precoce desindustrialização.

Assim, o processo de terciarização da economia brasileira tem sido caracterizado pela especificidade da continuidade na queda absoluta das ocupações na agropecuária e da recente queda relativa dos postos de trabalho na manufatura. Em quase 40 anos, a participação do setor terciário no total da PEA aumentou 59,5%, pois era menos de 40% em 1980 e saltou para 62,7% em 2018. No mesmo período de tempo, o setor primário registrou a queda de 73,4% na participação relativa no total da PEA, com a diminuição de cerca de 13 milhões para 8,5 milhões de ocupados.

Tabela 5: Brasil – Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1980 e 2018

Itens	1980 (em mil)	2018 (em mil)	Variação relativa anual (em %)
População Total	119.002	208.495	1,5
PEA	43.236 (100%)	105.197 (100%)	2,4
PEA ocupada	42.026 (97,2%)	93.002 (88,4%)	2,1
• Primário	12.997 (30,1%)	8.455 (8,0%)	-0,8
• Secundário	12.042 (27,8%)	18.622 (17,7%)	1,1
• Terciário	16.987 (39,3%)	65.925 (62,7%)	3,6
PEA desocupada	1.210 (2,8%).	12.195 (11,6%)	6,3

Fonte: IBGE (elaboração própria)

O setor secundário registrou redução na participação relativa no total da PEA de 36,2%, pois declinou de 27,8% para 17,7% entre 1980 e 2018. Nesse período, contudo, a quantidade de ocupados no setor secundário cresceu

1,1% em média ao ano, enquanto a média anual foi de 2,1% para a expansão da PEA ocupada e de 3,6% no caso das ocupações do setor terciário.

Simultaneamente, a taxa nacional de desemprego elevou-se significativamente. Entre 1980 e 2018, a quantidade de desempregados foi dez vezes multiplicada, fazendo subir a taxa de desocupação de menos de 3% para quase 12% da PEA.

Coincidindo com a elevação do desemprego nacional, percebe-se o aumento da precarização entre os ocupados. Dos 19,4 milhões de trabalhadores expostos a condições precárias de trabalho em 1980, o Brasil registrou, em 2018, a quantia de 44,5 milhões de ocupados em ocupações precárias, cuja expansão média anual foi levemente superior (2,2%) à própria geração dos postos de trabalho no Brasil (2,1%). Ainda em relação aos ocupados, nota-se relativa estabilização na taxa de assalariamento, uma vez que a sua expansão transcorreu no mesmo ritmo da abertura de postos de trabalho.

Tabela 6: Brasil – Evolução da população por tipo de ocupação e taxa de precarização em 1980 e 2018

Itens	1980 (em mil)	2018 (em mil)	Variação relativa anual (em %)
PEA	43.236 (100%)	105.197(100%)	2,4
PEA desocupada	1.210 (2,8%)	12.195 (11,6%)	6,3
PEA ocupada	42.026 (100%)	93.002 (100%)	2,1
Empregador	1.340 (3,2%)	4.532 (4,9%)	3,3
Assalariado	27.152 (64,6%)	62.447 (67,1%)	2,2
• Formal	21.272 (50,6%)	43.940 (47,2%)	1,9
• Informal	5.880 (14,0%)	18.507 (19,9%)	3,1
Conta própria	9.555 (22,7%)	23.848 (25,6%)	2,5
Sem remuneração	3.978 (9,5%)	2.175 (2,4%)	-0,5
Precarização	19.413 (46,2%)	44.530 (47,9%)	2,2

Fonte: IBGE (elaboração própria)

Para além disso, constata-se que os empregos assalariados que mais cresceram foram os trabalhos informais, cuja participação relativa na PEA ocupada passou de 14% em 1980, para quase 20% em 2018. A contrapartida disso

foi o decréscimo do peso relativo do emprego formal de 78,3% do total dos assalariados para 70,4% no mesmo período.

Com a estabilização relativa na taxa de assalariamento, as ocupações que mais cresceram em relação ao total de postos de trabalho abertos no país durante o período foram de empregador (52,1%) e de autônomo (12,8%). Diante disso, a recente e antecipada transição para a sociedade de serviços no Brasil tem sido marcada pela desestruturação do mercado de trabalho, com significativa presença do desemprego aberto, a subutilização dos trabalhadores e a precarização das ocupações geradas.

Na sociedade urbana e industrial, com o decréscimo da participação relativa do setor primário e ascensão dos setores secundário e terciário, os serviços foram, em 1980, o principal empregador de força de trabalho no Brasil. Em comparação com o ano de 1940, por exemplo, a composição do setor de serviços tinha sofrido modificações importantes registradas em 1980 e ainda maiores em 2018.

De um lado, a diminuição de importância relativa das ocupações totais nos segmentos dos Serviços de Distribuição (comércio, comunicação, transporte e outros) em 5,6% e dos Serviços Pessoais (doméstico, segurança, cuidadores e outros) em 22,2% entre 1940 e 1980. De outro, o avanço na participação relativa no total das ocupações nos Serviços Sociais (saúde, educação, assistência e outros) em 29,7% e nos Serviços de Produção (engenharia, tecnologia, propaganda e outros) em 56,1% no mesmo período.

De maneira geral, o ciclo da industrialização e urbanização nacional re-presentou a transformação da força de trabalho alocada em setores de menor produtividade e remuneração para os de maior produtividade e rendimento do trabalho. Isso porque houve deslocamento de trabalhadores do meio rural ocupados na própria subsistência para as atividades urbanas na construção civil, indústria de transformação, comércio e serviços. No interior do setor de serviços, constatou-se o deslocamento das ocupações mais simples e de baixa produtividade, como nos serviços pessoais (trabalho doméstico e outros), para os serviços sociais e de produção.

Na transição atual para a sociedade de serviços, percebe-se, contudo, que não parece haver evidências precisas que o mesmo sentido do deslocamento de atividades de menor para maior produtividade e remuneração regis-

trado na sociedade urbana e industrial esteja ocorrendo. Pelo contrário, as informações oficiais existentes apontam para o sentido inverso, ou seja, a destruição de atividades e ocupações situadas nos segmentos de maior produtividade e remuneração e a expansão dos postos de trabalho de menor produtividade e rendimento.

Na comparação entre os anos 1980 e 2018, nota-se, por exemplo, que o segmento que perdeu posição relativa no total da ocupação foi o Serviço de Produção, em 46,9%, enquanto os Serviços Sociais mantiveram-se relativamente estabilizados (0,7%). Ao mesmo tempo, os segmentos que conseguiram elevar a participação relativa no total da ocupação foram os Serviços de Distribuição (6,2%) e os Serviços Pessoais (1,3%).

Essas modificações estruturais no funcionamento do mercado nacional de trabalho permaneciam sem alterações substanciais no sistema público de relações de trabalho. Com a transição do autoritarismo para o regime democrático e a implantação da Constituição Federal de 1988, prevaleceu o padrão corporativo de organização do mundo do trabalho, com o reforço na adoção de políticas públicas para o assalariamento formal e o afrouxamento de certos mecanismos repressivos estabelecidos no âmbito da CLT.

Na década de 1990, contudo, a experiência da flexibilização na legislação social e trabalhista permitiu certa diversificação nas formas de contratação do trabalho assalariado, com a legitimação e difusão da terceirização nas atividades meio das ocupações nas empresas. Nesse sentido, funções como segurança, alimentação, manutenção, transporte, limpeza e outras, em geral de baixa remuneração, foram deslocadas para o emprego terceirizado, tanto no setor público como privado.

Ao mesmo tempo, a aprovação governamental de medida fiscal voltada para a isenção de tributos a lucros e dividendos na metade da década de 1990 favoreceu a expansão do trabalho na condição do regime de Pessoa Jurídica (PJ, empregador de si próprio) em detrimento dos empregos assalariadas de alta remuneração nas empresas. Posteriormente, nos anos 2000, uma diversidade de políticas públicas orientadas às micro e pequenas empresas permitiu constituir a forma do Micro Empreendedor Individual (MEI) na perspectiva de formalização das ocupações por conta própria, assim como na contratação de trabalhadores domésticos.

Somente a partir de 2016 que, diante da mais grave recessão econômica do capitalismo brasileiro, um conjunto de mudanças substanciais na legislação social e trabalhista foi introduzido com o objetivo governamental de rompimento com o sistema público de relações de trabalho. Medidas como a legislação que universalizou a terceirização dos contratos de trabalho, além da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional 95 e das propostas de reformulação do sistema público de aposentadoria e pensão em curso, apontam para o aprofundamento da desestruturação do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e a ascensão do sistema privado de relações entre o capital e o trabalho (contratualismo individual).

Em plena transição antecipada para a sociedade de serviços, movimentos de desestruturação do mercado de trabalho e rompimento com o padrão corporativo de organização social aprofundam a polarização no interior do mundo do trabalho. Isso porque a destruição das ocupações de classe média tem sido acompanhada pela massificação do desemprego estrutural, precarização das ocupações assentadas na instabilidade contratual e escassez dos direitos sociais e trabalhistas, além de contida remuneração.

O conjunto de transformações substanciais pelo qual passou a economia brasileira, capaz de alterar profundamente o conjunto da sociedade, não deixou inalterado o sujeito social que havia emergido desde a década de 1960. Com a transição do autoritarismo para a democracia, a partir da década de 1980, proliferaram diversos projetos de formação política dos setores populares no país²².

Tanto no interior da estrutura corporativa de representação de interesses, identificados pelos sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos como nas organizações sociais e populares associados às igrejas, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao Departamento Intersindical de

²² Sobre educação popular e programas de formação de trabalhadores ver: GOHN, M. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013; MEDEIROS, L. *Movimentos sociais e participação popular: do projeto ao processo*. In: BOMFIM, M. et al (org.) *Educação e diversidade cultural*. Fortaleza: EDUFC, 2010; DANIGNO, E. et al *Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa*. Campinas: IFICH/UNICAMP, 1999; PALUDO, C. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outras organizações populares, a formação ganhou centralidade. No âmbito sindical, por exemplo, as atividades formativas no meio rural se mostraram importantes, como aquelas desenvolvidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), que bifurcou a educação dos trabalhadores na formação programada, realizada através de seminários, cursos e oficinas, com currículo definido, e na formação para a ação conduzida por mobilizações evidenciadas pela Marcha das Margaridas, Grito da Terra Brasil, Festival Nacional da Juventude, assembleias, conselhos deliberativos, acampamentos e congressos²³.

No mesmo âmbito do meio agrário, destacam-se, entre outros, o processo formativo – à margem da estrutura sindical oficial – estabelecido pelo MST. Sua prática ampliada de ação nas áreas territoriais de intervenções foi levada para o grau de Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes.

Na esfera partidária, os cursos de formação também ganharam importância crescente, sobretudo com a exigência da legislação de constituição de fundações partidárias voltadas às atividades de formação. Destaca-se, por exemplo, a trajetória do Centro de Estudos Sindicais (CES), especialmente associado à formação sindical próxima ao PCdoB, criado 1985 por um núcleo de sindicalistas e estudiosos do tema para assessorar o movimento sindical.

Não obstante a riqueza e diversidade do processo de formação dos sujeitos sociais no período democrático, toma-se como referência o conjunto de iniciativas conduzidas no âmbito sindical, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), e partidário, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Isso porque se pretende considerar a capacidade de constituição da formação em torno da identidade que resultou do novo sujeito social que emergiu à cena política desde a década de 1970.

De certa forma, o sujeito social protagonizado pelo curso da sociedade salarial via industrialização e urbanização nacional até a década de 1980 se

²³ Mais detalhes em: MANFREDI, M. *Formação sindical no Brasil: História de uma prática cultural*. São Paulo: São Paulo: Escrituras, 2002; SILVA, R. *ENFOC: repercussões de um jeito de ser escola*. Brasília: CONTAG, 2010; RIBEIRO, M. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010;

mostrou cadente com o modo como o Brasil se inseriu na globalização desde os anos de 1990. Mesmo assim, nota-se que o novo sindicalismo, apesar de diferenças do sindicalismo populista presente na fase democrática de 1945 a 1964, prevaleceu certa bifurcação entre a ruptura e a conformação²⁴.

A ênfase concedida ao caráter de novidade devido à emergência do novo sindicalismo e ao partido que se constituiu a partir dos anos de 1980 terminou secundarizando certas dificuldades historicamente presentes no interior da classe trabalhadora brasileira. Inegavelmente, a emergência do novo sujeito social produzido pela sociedade urbana e industrial diferenciava-se do passado, embora os constrangimentos reais impostos pelo capitalismo tardio brasileiro se mantiveram, o que pode ter conferido reprodução a certas práticas que pretendia combater²⁵.

Destaca-se, contudo, que a realidade que se pretendia alterar mostrou ser mais complexa do que originalmente se pretendia modificar. Por conta disso, o resgate das experiências formativas possibilita analisar seus objetivos originais e resultados produzidos com o passar do tempo²⁶.

²⁴ No que se refere aos dilemas do sindicalismo, ver: SPINDEL, A. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo, 1980; TROYANO, A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo, 1978; RODRIGUES, J. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968; RODRIGUES, L. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970; BUONICORE, A. *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1996; SANTANA, M. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41, São Paulo, Oct, 1999; RODRIGUES, I. *O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 9, 3:116-126, 1995.

²⁵ Sobre os impasses do novo sindicalismo, ver: ALMEIDA, M. (1975) *O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas*. *Debate e Crítica*, São Paulo, Hucitec, 6: 49-74; ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente, 1991; BOITO Jr., A (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1991; FARIA, H. *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Metalúrgica e a dinâmica do movimento operário (1964/1978)*. São Paulo: PUC, 1986; SANTANA, M. *Cultura sindical e identidade nos anos 80/90*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Editora da UFSC, 13, 17(18): 82-90, 1995.

²⁶ Mais informações podem ser encontradas em: NEDER, R. *et al Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1988; OLIVEIRA, R. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002; GUIMARAES, S. : CASTRO, N. *Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90*. Lua Nova, n.22, São Paulo, Dec.1990; GUIMARÃES, A. S. & CASTRO, N.

No caso CUT, por exemplo, constata-se que entre os anos 1983 e 1986, quando da realização do congresso de fundação até o momento da efetivação do segundo congresso, a política de formação esteve imediatamente presente. De certa forma, houve recuperação inicial de práticas anteriormente adotadas pelo processo formativo do novo sujeito social da década de 1970, em pleno autoritarismo.

Por isso, com a redemocratização, as atividades de formação contaram com a presença de militantes de diversos sindicatos, cuja atenção orientava-se para a implantação da Central e a difusão dos temas que levavam ao seu nascimento, pois se tratava de enfrentar a estrutura corporativa de representação de interesses vigente desde a década de 1930. Para isso eram realizados diversos eventos formativos, como seminários regionais contando com temas associados à organização dos trabalhadores por local de trabalho; a estrutura vertical por categoria; a convenção 87 da OIT; a unicidade e pluralidade de organização; legislação sindical; enquadramento sindical; imposto sindical, entre outros.

De acordo com as orientações da Secretaria Nacional de Formação da CUT, por exemplo, “Anunciava-se (em 1986) um novo momento e novos desafios para a Central, tais como: deixar de ser apenas uma referência de lutas para ser efetivamente a direção do movimento sindical brasileiro”. Como reflexo desta compreensão sobre a Central, cabia à Secretaria de Formação organizar uma Política Nacional de Formação.

Desde a segunda metade da década de 1980 foram realizados cursos de monitores para a formação, cujo programa definia: “Concepção e prática da metodologia da formação; Classes sociais e luta de classes; História da luta de classes no Brasil; Estrutura sindical; Concepção e prática sindical”. Assim, as atividades de formação para dirigentes sindicais estabeleciam certa divisão entre os “Eixos temáticos permanentes: discussões sobre sindicalismo, economia política básica, planejamento e administração sindical. (...) Eixos temáticos conjunturais: temas de acordo com a evolução da conjuntura e das prioridades políticas da CUT”. Nesse contexto “o tema ‘sindicalismo’ foi desenvolvido de

Movimento Sindical e Formação de Classe: Elementos para uma discussão teórico-metodológica. Cadernos CRH, n 4, Salvador, 1987; SADER, E., PAOLI, M. ; TELLES, V. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico.* Revista Brasileira de História, v. 3, n. 6, p. 129-149.

duas formas: cursos regionais realizados pelos assessores da SNF-CUT e cursos em nível nacional realizados em convênio com o Instituto Cajamar”.

Nesse sentido, o Instituto Cajamar foi, segundo o relatório de atividade da SNF-CUT de 1987, a única escola de formação com quem a CUT realizou atividades. Os temas dos cursos giraram em torno dos eixos clássicos da formação política: História da Sociedade, Classes e Luta de Classes, História do Movimento Sindical no Brasil, Estrutura Sindical, Concepção e Prática Sindical, Economia Política Básica, Estado e Ideologia.

Nos diversos planejamentos realizados pela SNF-CUT, a formação tinha como objetivo buscar “desenvolver a perspectiva de construção de uma rede própria de instrumentos de formação da CUT (criação de departamentos ou secretarias nos sindicatos, escolas regionais, centros de estudo e pesquisa etc.)”. Para tanto, o compromisso de criar estruturas “orgânicas” de formação pela própria Central, o que resultou na realização de diversos convênios com o Instituto Cajamar (SP), a Escola Sete de Outubro (MG) e a Escola Quilombo dos Palmares (PE).

Na década de 1990, diversos cursos são modificados, mantidos ainda o programa de formação em Concepção, Estrutura e Prática sindical da CUT, além dos temas mais gerais como a história do sindicalismo e debates acerca das tendências internas da central. O programa do curso de Concepção, Estrutura e Prática Sindical – nível I, do Instituto Cajamar, por exemplo, continha o seguinte conteúdo: “Levantamento da prática sindical; Discussão sobre as diferentes experiências sindicais na CUT; Concepções do movimento sindical; Concepção sindical da CUT; Estrutura sindical; História e mudanças na Constituição; Estrutura sindical da CUT e desafios para a implantação da proposta da CUT.”

Além disso, havia também os programas de Negociação Coletiva; Planejamento e Administração Sindical; Processo de Trabalho e Organização Sindical de Base; Comunicação e Expressão Sindical; Formação para a Direção Nacional; Formação sobre a questão rural; Formação sobre a questão da mulher trabalhadora; Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodologia no trabalho de formação cutista; apoio à estruturação das secretarias estaduais de formação da CUT e escolas; Cooperação e intercâmbio nacional e internacional. Ou seja, claramente perderam pesos os temas da formação política dos militantes

sindicais e ganharam relevância temáticas específicas como a questão rural e de gênero e os temas chamados de “capacitação”, mais técnicos, como administração sindical, negociação coletiva e comunicação e expressão.

Em síntese, a programação da formação se altera de temas gerais de preparação política do militante sindical para cursos voltados para a capacitação para a ação sindical *stricto sensu*.

Da mesma forma, a formação política realizada no âmbito partidário, conduzido pelo PT, principalmente a partir do início da década de 1980, foi profundamente marcada pela presença de militantes com experiência na chamada “Educação Popular”, sofrendo por conta dela enorme influência. Isso porque o PT nasceu atendendo dois elementos que corroboraram nesta matriz formativa, com estreita relação com os setores populares influenciados pela militância católica e crítica profunda à prática dos PCs, que optaram à época pela reorganização partidária, mantendo-se inicialmente no PMDB.

O tipo de formação e de metodologia de trabalho popular assentava-se na pedagogização da ação popular. Para tanto, havia a presença de militantes influenciados direta e indiretamente pela Igreja Católica, tradicionalmente identificada pela “Educação Popular”.

Em função disso, o conteúdo apresentava-se profundamente imbuído de um sentido antiestatal, antidoutrinário e antidiretivo que terminou conferindo característica básica à “formação petista”. A influência da tradição das organizações de esquerda na formação sindical, e predominante na formação política petista, teve como importante referência [data de 1985] a criação, pela Comissão Executiva Nacional, do primeiro grupo de trabalho com o objetivo de encaminhar a atividade de formação política em nível nacional”²⁷.

²⁷ SILVA, C. *Contribuições para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PUC, dissertação de mestrado, 1995; FERREIRA, N. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993; FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980; GENTILE, P. (org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, Vozes, 1995; GROppo, L. ; MARTINS, M. *Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação*. RBP AE. Porto Alegre: ANPAE, 1997, v. 24, no 2, p. 215 a 233, maio a agosto de 2008; LEMOS, P. *Cidadania e economia solidária na Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT*. Campinas-SP: IFCH-Unicamp, 2008; PORTELA, L. *A formação sindical no Brasil nos anos de 1980*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

No ano de 1988, por exemplo, foi publicado o texto “A política de Formação do Partido dos Trabalhadores”, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Formação do PT. Tal texto encontra-se fortemente marcado pela cultura da “Educação Popular”, mas apresenta também, de forma fragmentária e desconexa, uma concepção mais doutrinária da formação política.

A combinação entre visões metodológicas distintas terminou se repetindo no documento da Secretaria Nacional de Formação Política apresentado ao I Congresso do PT em 1991. No que diz respeito à metodologia de formação, claramente afinada com a “Educação Popular”, define:

- 1) A escolha de temas e assuntos que devem fazer parte dos programas de formação não é feita a partir dos conhecimentos historicamente acumulados, mas sim a partir da pesquisa dos problemas práticos enfrentados pela militância no movimento social como um todo e na atividade cotidiana ou setorial. Por exemplo, foram as dificuldades da militância em entender a nova fase multipolarizada da luta de classes, após o fim da ditadura militar aberta, que nos levou a escolher classes e luta de classes no Brasil como um dos temas chaves para discutir (...).
- 2) O tratamento dos temas e assuntos escolhidos para o processo formativo também não é feito a partir da utilização do instrumental de conceitos existentes para explicar os fatos práticos. O processo formativo parte do nível de conhecimento dos militantes sobre os problemas práticos e do conjunto de conhecimentos teóricos que empregam para transformá-los (...) ²⁸

O próprio documento acrescenta:

A essa metodologia aplicada no processo de formação, alguns companheiros com experiências em educação popular vêm chamando de metodologia dialética. Em termos esquemáticos ela é explicada como a metodologia que parte da prática para formular a teoria e retorna à prática para comprovar a teoria, fechando o ciclo prática-teoria-prática.

Esta declaração em defesa da “Educação Popular” não eliminou do texto a combinação com outras compreensões sobre o processo de construção/trans-

²⁸ SNFP. *A Política de Formação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1988.

missão do conhecimento, oriundas da prática de formação política dos PCs. De certa forma, a oposição à produção teórica acumulada pela “Educação Popular” e que eram tratados como fazendo parte da “metodologia dialética”.

Ademais, o documento ressalta também a importância do desenvolvimento de estudos e pesquisas individuais e acrescenta: “E isso só é possível através do estudo e domínio do método de análise ou, como alguns o chamam, do instrumental de análise”, ressaltando que: “Um método científico de análise é aquele que busca descobrir a realidade tal qual é e suas leis de transformação, livrando-as das aparências que as distorcem”.

Com a valorização da teoria estabelecida percebe-se certa tensão com a proclamada “metodologia dialética” e com a “Educação Popular”, ainda mais quando um pouco adiante afirma que:

Quanto mais a verdade dos fatos for apresentada para os trabalhadores, quanto maior seu conhecimento dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista, quanto maior sua apropriação da ciência e quanto melhor souberem utilizar a crítica às relações sociais, tanto mais facilmente se libertarão da influência da ideologia burguesa e elevarão sua consciência de classe.

Em resumo, a contradição propalada pela construção do conhecimento a partir da prática dos educandos. Esse projeto de formação eclética foi, em realidade, a justaposição de posturas da maioria dos formadores petistas até então oriundos da Educação Popular, cuja cultura é predominante entre dirigentes e militantes do partido, e posições minoritárias de concepção de formação que na verdade se expressam sem declarar tal oposição, de forma subjacente.

Entre os instrumentos de realização da formação petista estava colocado em destaque nos documentos da SNFP, no Instituto Cajamar, formado por vários dirigentes do PT e de sindicatos ligados à CUT. Ao ressaltar a importância do Instituto Cajamar (INCA), o documento de 1988 afirma que: “os dirigentes sindicais começam a se dar conta, com maior nitidez, da importância da teoria para o desenvolvimento de sua luta concreta. É o rompimento com a concepção até então predominante de que a prática decidia tudo, sem necessidade da teoria”.

Percebe-se também que a experiência da relação entre a Secretaria Nacional de Formação Política do PT (SNFP) e o Instituto Cajamar (INCA) trouxe

muitos avanços, ainda que “É verdade que há exceções e que persistem diversas deficiências, tanto na transmissão dos conhecimentos acumulados quanto no processo de debate e elaboração de novos conhecimentos”. Novamente constata-se como o conhecimento científico era tratado como algo a ser transmitido, apesar da “profissão de fé” na Educação Popular e na “metodologia dialética”.

Desde sua criação, o Instituto Cajamar foi o principal centro de formação política do PT. Para alguns dirigentes do partido, e mesmo para muitos filiados e militantes, o INCA parecia ser um instituto de formação do partido. Desde a criação da Secretaria Nacional de Formação Política do PT ao longo dos anos 1990 existiu ainda uma vinculação entre o INCA e a Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores (SNFP-PT).

A tese apresentada pelo Coletivo da Secretaria Nacional de Formação Política do PT para o I Congresso trouxe apontamentos sobre a importância da formação política e uma recuperação da trajetória da própria secretaria passa a incorporar as ideias básicas de sua metodologia:

Em primeiro lugar, acreditamos que é preciso conhecer para transformar. Em segundo lugar, consideramos a prática social historicamente acumulada como ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento do trabalho de formação. Incorporamos também a experiência histórica e universal que demonstra que o conhecimento se desenvolve com a prática social, que nasce da necessidade do homem de transformar a realidade.²⁹

É muito significativo que o documento da SNFP-PT inicie a exposição sobre como fazer formação política com a afirmação de que é preciso “conhecer para transformar”, colocando, assim, o conteúdo em destaque no processo de formação política, diferentemente de momentos anteriores em que havia maior valorização do método, dos mecanismos de participação dos formandos, enfim, da prática imediata.

Há ainda uma amenização na valorização da prática imediata dos formandos, trocada por formulações como “prática social historicamente acumulada”, de duvidosa compreensão, mas que servia para demarcar, ao mesmo tempo uma relação com a Educação Popular, ao valorizar a prática, mas também

²⁹ SNFP. *Construindo uma nova cultura partidária*. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1991.

distanciar-se dela ao remeter à prática histórica e não imediata dos educandos, a relação com a construção das teorias, do conhecimento. Apesar disto, mais adiante o texto afirma que “Por isso a escolha dos temas que farão parte dos programas de formação deve partir da pesquisa dos problemas práticos enfrentados pela militância no movimento social como um todo e na atividade cotidiana ou setorial”. Tem-se, assim, uma nova busca de síntese que continua sendo uma sobreposição, na medida em que agrega posições diferentes, não necessariamente de forma articulada e nem sempre coerente, em relação à metodologia da formação política.

Buscando amenizar os conceitos utilizados anteriormente, o texto afirma que “utilizamos ainda a prática social como critério para a comprovação do maior ou menor acerto das teorias existentes”, ao invés de “a prática como critério de verdade”, como no documento de 1988. Além disso, o próprio documento da Secretaria Nacional de Formação Política do PT, de 1991, salienta:

As concepções que orientam nossa prática enquanto formadores são – ou buscam ser – uma espécie de síntese crítica do que se fez em termos de formação política durante o final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Incorporamos principalmente a contribuição da chamada concepção metodológica dialética; tendo em vista também a necessidade de contar com as novas e velhas contribuições surgidas da educação formal, da educação sindical e das experiências de formação política desenvolvidas por outros setores da esquerda brasileira.

Também na década de 1990, destacaram-se os Cursos de Formação de Formadores, tendo como parte a realização de Cursos Básicos e treinamento de monitores para estes mesmos cursos. Do ponto de vista das relações internas do partido no campo da formação política houve alteração significativa. Mesmo mantendo referências à perspectiva da Educação Popular, os cursos passaram a assumir cada vez mais as características práticas que a afastam de tais pressupostos iniciais.

Além dos programas de formação de formadores e de formação de base constava ainda a formação de quadros. O programa de formação de base era composto por cinco módulos – O que é o PT e Como Funciona a Sociedade; História do Brasil; Comunicação e Expressão; Elementos de Socialismo e Estratégia; Metodologia do Trabalho de Base –, com carga horária de 16 horas cada um.

O módulo dois tinha por base a experiência desenvolvida pelo Instituto Cajamar. O módulo três era fruto da relação com o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e o módulo cinco do acúmulo do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS).

Em função disso, observa-se a retomada da perspectiva da formação política e do trabalho de base que valorizava o conhecimento da realidade e da formação como instrumento de aquisição deste conhecimento, uma vez que apontava:

Queremos mudar o Brasil, então nossa formação tem que ter como eixo principal o conhecimento mais profundo possível da realidade social em nosso país, em suas conexões com o mundo, como condição necessária para discutir as várias interpretações, construir propostas sobre a realidade e sua transformação³⁰.

Como se pode observar, não havia referência explícita à Educação Popular ou aos seus princípios. Em relação à formação de base, houve a recuperação da ideia de um “núcleo básico de conteúdo e uma proposta metodológica”, ou seja, encaminhamento dos debates no sentido da valorização do conhecimento acumulado socialmente³¹. Com a participação de formadores e formados oriundos de outras ações que não a Educação Popular, os anos 1990 tiveram experiências formativas variadas, como NEP-13 de maio e Fundação Nativo da Natividade.

Ademais de buscar construir um Sistema Nacional de Formação, constava a própria metodologia de formação que se apresentava como herança da Educação Popular, porém em situação de igualdade com outras experiências, inclusive a da educação formal, e “de outros setores da esquerda brasileira”. Nesse sentido, alteração ao modo original da formação:

³⁰ SNFP. *Pré-tese ao II Congresso Nacional do PT*. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1999.

³¹ Mais detalhes em: MANFREDI, S. ; BASTOS, S. *Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros*. Educação & Sociedade. Campinas-SP, ano XVIII, n. 60, dezembro de 1997; NASCIMENTO, C. *Sindicato cidadão e formação para a cidadania – Questões atuais sobre sindicalismo e qualificação profissional*. s/d; NEVES, L. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005; PEREIRA, D. *Educação popular: uma experiência no cenário dos anos 90*. Campinas: FE/Unicamp, 1999; PEREIRA, E. *Formar à esquerda- processos de educação política no PT e na CUT: um estudo sobre a Fundação Nativo da Natividade*. São Paulo: Terras do Sonhar e Edições Pulsar, 2006; TUMOLO, P. *Da contestação à conformação - A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp, 2002.

Nossa preocupação central é a de fornecer instrumentos para que os militantes conheçam o conteúdo e não incorram no erro de aplicar mecanicamente os conceitos. Com isso resgatamos a importância da ação prática e militante e a sua relação com a teoria social e política, acentuando que a teoria se torna estéril se não tiver ancorada na luta concreta dos trabalhadores e do povo.

Em 1996, por decisão do Diretório Nacional do PT, foi criada a Fundação Perseu Abramo, que se estrutura nos anos seguintes e passa a desenvolver atividades de formação política a partir de 2001, exercendo um papel central na formação petista, ao lado da Secretaria Nacional de Formação Política. Nesse mesmo período, cresce a participação do PT em governos locais e estaduais, além de parlamentos nos diferentes níveis, levando a preocupação com a formação de quadros para esses espaços.

Assim, passam a ser desenvolvidos cursos, oficinas e material didático, como apostilas e vídeos voltados à formação de vereadores e vereadoras, prefeitos e prefeitas, a exemplo da primeira experiência de formação a distância, realizada em 2001, voltada para vereadores e vereadoras. A partir de 2003, com a posse do presidente Lula, a formação também inclui a elaboração e disseminação de avaliações das ações dos governos dirigidos pelo PT, com foco nas ações formativas do PT e da FPA, bem como a elaboração de programas de governo, principalmente em nível municipal.

Em 2007, o 3º Congresso Nacional do PT definiu a criação da Escola Nacional de Formação Política, cujas diretrizes foram aprovadas pelo Diretório Nacional do partido em 2009, passando a ENFP a incorporar o núcleo de formação da FPA e desenvolver atividades de formação junto com a SNFP. Em suas diretrizes, a ENFP reafirma a metodologia construída nos anos anteriores:

Os processos de formação, por seu conteúdo teórico-político e por sua metodologia, devem contribuir para que os(as) militantes se tornem sujeitos da formulação, das decisões e de uma ação política transformadora tanto junto aos movimentos sociais quanto no plano institucional. Para tanto, a experiência de nossos(as) militantes, em todas as dimensões, deve ser valorizada e considerada,

Bem como afirma que a escola

A partir da relação ação-reflexão-ação, deve apresentar e discutir os fundamentos, as concepções e diretrizes de suas políticas nacionais, na direção da realização de um desenvolvimento sustentável, da justiça social, da superação das desigualdades, de todas as formas de discriminação, do fortalecimento das práticas democráticas na sociedade como ponto de partida mobilizador da atenção dos(as) militantes.

Nos anos seguintes, a ENFP manteve o foco na formação de quadros para os governos e parlamentos, com grande preocupação com os municípios, e nas análises e disseminação das ações do governo federal liderado pelo PT. Para tanto, foram desenvolvidos materiais e cursos voltados à construção de programas de governo, à reflexão sobre a atuação petista em governos e parlamentos e à formação de dirigentes partidários, com grande peso da formação de mulheres e negros e negras em formato de “jornadas nacionais”.

Sujeito social e formação política na transição para a sociedade de serviços

A passagem atual da sociedade industrial para a de serviços não faz desaparecer as lutas da classe trabalhadora e as mobilizações populares. Pelo contrário, as mobilizações coletivas das multidões voltadas para objetivos convergentes e particulares permanecem ativas e responsáveis por antagonizar os interesses das classes dominantes.

Ainda que o declínio da política na atualidade possa influenciar menos a vida dos indivíduos, ela segue impactando a trajetória das sociedades. Isso porque o jogo de forças entre diferentes campos ideológicos, os conflitos e lutas que definem a moldagem da sociedade.

Acontece, todavia, que as lutas sociais alteraram significativamente a sua natureza de organização e expressão, distanciando-se da clássica estrutura da sociedade urbana e industrial, identificada por convencionais formas de representação por sindicato, partido político e associações em geral. À medida que a classe trabalhadora tradicional se transforma em prestadora de serviços, deixa de compreender, na hipótese de escutar a linguagem de classe, e afasta-se das formas de lutas do passado.

A força do trabalho contemporâneo se apresenta cada vez mais heterogênea, distanciando-se da unidade que espelhava estilo de vida e hábitos culturais antigos. Junto com a diminuição dos espaços de concentração laboral,

como os grandes estabelecimentos e plantas industriais de contratação regular e regulamentada da mão de obra, enfraquecem as formas de submissão a hierarquias e a centralidade do trabalho formador da identidade e do pertencimento em categoria profissional.

O deslocamento da formação da identidade pelo trabalho organizado e estruturado pelo assalariamento acompanha a disformidade dos comportamentos, sem limitar, tampouco esgotar, a luta de classes. Mas torna, todavia, a associação à identidade e pertencimento para além do processo de produção e reprodução material do trabalho humano pela sobrevivência.

As distintas dimensões da vida ganham notoriedade na formação da identidade, com espaço crescente para religiosidade, gênero, etnia, entre outras. Assim, o senso de identidade dos indivíduos em sociedade encontra-se em curso pela nova classe trabalhadora de serviços¹.

Ao mesmo tempo, a subjetividade que avança pela sociedade em rede se associa à autorreferência, comprometendo muitas vezes a moldagem das comunidades de identidade e adesão constituídas pelas instituições tradicionais da representação de interesses. Na realidade, as novas tecnologias de comunicação e informação favorecem a unicidade da autorrepresentação indicadas pela empatia e lealdade desenvolvida por grupos homogêneos, cada vez mais com dificuldade de convivência com o contraditório, senão o próprio oposto².

De um lado, a desorganização social do trabalho imaterial compromete a clássica separação entre os tempos do trabalho pela sobrevivência e o de não trabalho conquistados no interior da sociedade industrial, aproximando-se das jornadas estendidas vigentes no antigo agrarismo. Por conta disso, a reconfiguração social e política da classe trabalhadora na atualidade aponta

¹ Sobre isso, ver mais em: GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003; ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018; BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977; SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

² Maior reflexão em: ZUBOFF, S. *Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization*. *Journal of Information Technology*, v. 30, 2015; SADIN, É. *La silicolonización del mundo*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018; GIRADI, E. *Digitalización, política e inteligencia artificial; Qué futuro podemos esperar?* *Nueva Sociedad*, n. 283, Oct, 2019.

cada vez mais o avanço da competição selvagem intralaboral imposta por práticas patronais de flexibilização da produção e sua distribuição.

Pela perspectiva neoliberal, deixaria de haver classe trabalhadora na medida em que cada trabalhador deveria se transformar no empresário de si mesmo, ancorado na prestação de serviços, não mais no exercício do trabalho³. Para tanto, vigora a ideologia do empreendedorismo a sustentar a privatização dos direitos sociais e trabalhistas que, transformados em serviços à venda no mercado, permitiriam ao individualismo extremado o investimento de cada um em si mesmo.

Assim, sem mais depender das políticas públicas de educação, saúde e assistência social, por exemplo, cada um investiria em si mesmo procurando elevar o seu grau de competitividade ao portar certificados variados de formação laboral e seguros privados de saúde e previdência. Sem garantir direitos e regulação pública, o Estado de bem-estar social da sociedade industrial se tornaria dispensável, fazendo valer a meritocracia alcançável pela negociação no interior dos mercados entre empresários de si mesmo e as verdadeiras empresas capitalistas.

Nesse sentido, há corrosão no seio da classe trabalhadora tradicional. A ascensão da ideologia do empreendedorismo pretende substituir a identidade de trabalhador pela do pequeno empresário prestador de serviços. O resultado tem sido a constituição de um mundo do trabalho cada vez mais polarizado, ausente de hierarquia e sem a presença relativa das classes médias assalariadas convencionais.

Também a desregulação laboral coincide com a formação de excedentes da mão de obra às necessidades do capital, cujos impactos se apresentam diferenciados sobre raça, etnia, faixa etária e gênero. De certa forma, há o retorno da ortodoxa visão do desemprego somente possível quando decidido voluntariamente, posto que no mercado todos encontrariam demanda, desde que aceitassem as condições de trabalho e remuneração.

De outro, a difusão do trabalho imaterial imanente à predominância da sociedade de serviços ganha relevo com a incorporação crescente de novas tec-

³ Ver mais em: CHAUI, M. *Uma nova classe trabalhadora*. In: SADER, S. (orgs.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso; POCHMANN, M. *Classes do trabalho em mutação*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

nologias de informação e comunicação em todas as dimensões da vida. O salto tecnológico disseminado no mundo do trabalho desregulado e assentado no predomínio neoliberal protagonizam amplitudes de população sobrando, mais escolarizada e conectada, embora contaminada por solidão do tradicional individualismo, consumismo e relações sociais despersonalizadas⁴.

Enquanto voz coletiva de indivíduos, a classe trabalhadora não declinou, porém encontra-se submetida à competição acentuada no interior da sociedade de serviços, permeada pela desagregação sócio-organizativa. A fragmentação de explorados em seu conjunto resulta do sistema metabólico do capital, capaz de provocar crescente instabilidade e potencializar ameaças generalizadas ao trabalho imaterial.

No contexto do trabalho desprovido do sentido da identidade e do pertencimento social, emergem as multidões de indivíduos expostos ao constante revezamento de ocupações do tempo no exercício do labor em troca da sobrevivência empobrecida. Em meio ao enriquecimento material das sociedades de serviços, trabalhadores encontram-se desvalorizados e envolvidos em disputas permanentes e acirradas entre massas humanas submetidas às oscilações das condições de ocupados, desempregados, subempregados, subutilizados entre outras.

Tudo isso tende a retrair a perspectiva da identidade e pertencimento tradicional da antiga sociedade industrial, proliferando a solidão a se reproduzir contraditoriamente pela diversidade da conexão das tecnologias de comunicação e informação. Daí porque as novas formas de lutas tendem a romper com a unidade factível do conjunto dos trabalhadores herdeiros da antiga sociedade do trabalho material⁵.

⁴ Mais detalhes em: MOODY, K. *Workers in a lean world: unions in the international economy*. London: Verso, 1997; GORZ, A. *O imaterial – conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Editora Anna Blume, 2005; NEGRI, A. ; LAZZARATO, M. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; BALES, K. *Gente descartável*, Lisboa: Caminho 2001; MORAES, R. : POCHMANN, M. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI*. São Paulo: FPA, 2017.

⁵ Sobre antiga classe trabalhadora industrial, ver: KATZNELSON, I. : ZOLBERG, A. *Working-class formation*. Princeton: PUP, 1986; THOMPSON, E. *A formação da classe trabalhadora inglesa*, 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004; OSSOWSKI, S. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964; KERR, C. *Industrialismo e sociedade industrial*. México: Fundo de Cultura, 1963; LOPES, J. *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo: *Difusão Europeia do Livro*, 1964.

Assim como a classe trabalhadora se transforma, a burguesia industrial e típica do fordismo se altera, consagrando outra estrutura de classe e frações de classes sociais, muito mais polarizadas na sociedade de serviços. A possível formação da consciência de classe unificada contra o capital torna-se, por consequência, bem mais complexa.

Na sociedade de serviços, em geral, o problema da superação das divisões e cisões internas no interior da classe trabalhadora requer capacidade agregadora dos distintos fragmentos de multidões diversamente submetidas às situações de labor precarizado, de nativos ou imigrantes, do setor público, privado ou terceiro setor, mais velhos ou mais moços, entre outros. Neste sentido que a mobilização laboral se estabelece na cena social e política como protagonista de um novo sujeito social travestido de objetivos comuns em meio às multidões disformes de indivíduos atomizados e competidores entre si.

A compreensão das trajetórias ascendentes e descendentes dos movimentos sociais contemporâneos do início do século XXI requer considerar melhor suas formas de organização ante as estruturas econômica, política e ideológico-cultural espraiadas no interior das sociedades de serviços⁶. Isso porque proliferam agrupamentos minoritários homogeneizados por associações momentâneas e instáveis de comportamento mais horizontalizado e desprovido de regras gerais de comunidades que permitiam no passado a prevalência de instituições permanentes de representação.

Em certo sentido, a ausência da força integradora de um conjunto cujas ações individualizadas impedem que normas gerais possam se estabelecer sem que cada uma delas se identifique como autora. A geração dos desatendidos é considerada perigosa, passível, cada vez mais, de apelo às medidas punitivas, de apartação social, conforme definidas pela política de segurança em dissonância com o padrão de inclusão social vigente na antiga sociedade industrial.

Na esfera privada da vida, anteriormente mantida em relativo segredo, passou a vigorar a sua publicização capturada enquanto modelo de negócios

⁶ Para detalhes, ver: BOURDIEU, P. *O que falar quer dizer*, Lisboa: Difel, 1998; COSTA, A. *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade*, Oeiras: Celta Editora, 1999; GLUCKSMANN, A. *Nem todos somos proletários*. In: *Ensaio de opinião*, v.4: 85-104, Rio de Janeiro: Inúbia; 1977; MESZAROS, I. *Para além do capital*, São Paulo: Boitempo, 2002; PAKULSKI, J. ; WATERS, M. *The death of class*, Thousand Oaks: Sage, 1993.

das empresas de tecnologia de comunicação e informação praticadas no interior das redes sociais. No contexto público, por sua vez, o espaço de interesse coletivo se metamorfoseou na esfera de explicitação de assuntos específicos, geralmente pessoais.

Dos exibicionismos particulares, em plena sociedade de massas, surgem ícones de representatividade que, embora provisórios ou instantâneos no reconhecimento, emergem da visibilidade insistida nas redes sociais e nos meios de comunicação. Dessa forma, atraem a atenção e moldam sentimentos positivos de atração e identidade, expressando certo desejo de igualdade⁷.

A pluralidade social requer considerar o reconhecimento político do outro em sua existência enquanto portador de direitos e de legitimidade para conflitos em pleno exercício da vida democrática. O antagonismo significa a possibilidade do diálogo e do embate, porém sem o sentido da destruição e aniquilamento.

Na sociedade de serviços, cuja centralidade do trabalho enfraquece a identidade e o sentido de pertencimento, avança a comunicação com grupos sociais homogêneos, que geram estranhamento em relação a posições contrárias. O comprometimento crescente do convívio com diversidade tem provocado situações de desconforto político, até mesmo o ódio instaurado.

Do novo sujeito social, a sensibilidade acerca de suas demandas e a pertinência constituída e identificada não encontra na atual estrutura de representação de interesses o seu lugar. Ademais, as formas de intermediação e aproximação adotadas em relação à emergência do novo sujeito social tendem a ter certa conotação desfavorável, por parecerem artificiais, desmobilizadoras e até soam como forma de cooptação⁸.

⁷ Mais detalhes em: MOSCOVICI, S. *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse, 1972; TAJFEL, H. *Human groups and social categories. Studies in social psychology*. Cambridge: CUP, 1981; PAIVA, G. et al. *Processos psicológicos da conversão religiosa: Imaginário e simbólico, categorização e prototypicalidade*. *Psicologia Clínica*, 12, 2, 151-169, 2000; BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada*. São Paulo: Zahar, 2001. HABERMAS, J. *A inclusão do outro*. São Paulo: UNESP, 2018.

⁸ Ver mais em: AMMAMN, S. *Movimento popular de bairro*. São Paulo: Cortez, 1985. CASTRO, L. *Criminologia da reação social*. Rio de Janeiro: Forense, 1983. BARATTA, A. *Defesa dos direitos humanos e política criminal*. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 2, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1997, p. 57 - 69. BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Por outro lado, há perspectiva da unificação do conjunto esparso de iniciativas individuais e coletivas provenientes da segmentação de afinidades a partir das temáticas específicas de agregação e contestação social. Os movimentos sociais tradicionais seguem buscando preservar suas posições catalizadoras dos estratos constitutivos da sociedade civil.

Mesmo assim, um novo sujeito social constituído nos últimos tempos de transição para a sociedade de serviços tende a se tornar relevante no campo da ação coletiva. Apesar de não se identificar com organizações ou movimentos populares atualmente existentes, pois detêm forma de ação hierárquica, centralidade articuladora e rigidez de comando. Nesse sentido, articulações que se estabeleceram como, por exemplo, Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas (REBRAF), Rede Nacional Feminista de Saúde de Direitos Sexuais e Reprodutivos, Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania (COOPERAPIC), entre outras.

No geral, organizações da sociedade civil que em suas distintas formas de atenções aos movimentos populares possuem presença de instituições tradicionais como igrejas, partidos políticos, sindicatos contribuindo para o seu aparecimento. Assim, a velha questão de velhas e novas centralidades se apresenta frente ao novo tipo de entidades voltadas para as articulações no interior da diversidade das organizações dos movimentos populares (associações de bairro, ONGs, associações comunitárias, entidades assistenciais, fóruns e outros espaços de agregação).

De todo modo, há prevalência da centralidade dos movimentos sociais no conjunto da sociedade civil brasileira. Ainda que parte dos sujeitos sociais que entraram em cena desde a década de 1970 tenha perdido o seu vigor e capacidade de arrasto, as instituições tradicionais da sociedade industrial buscam manter a sua atratividade⁹.

Esta pesquisa relaciona espaço-temporalidade e trabalho imaterial a partir de um modo de trabalhar condizente com a noção de instantaneidade, velocidade

⁹ Sobre isso, ver: AVRITZER, L. (org.) *Um desenho institucional para o novo associativismo*. Lua Nova (Cedec), n. 39, 1997; DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; COSTA, S. *Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*. Novos Estudos, n. 38, mar. 1994; HELLMANN, M. *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995; RIBEIRO, L. *Dos cortiços aos condomínios fechados*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

e urgência que vem caracterizando a sociedade atual. Resulta de um estudo exploratório descritivo relacionado aos trabalhadores denominados “*motoboys*”. O objetivo é compreender os modos de trabalhar e de ser dos *motoboys* em uma sociedade que considera tudo mercadoria. O estudo também busca apontar o enfrentamento diário no trânsito da cidade. Os dados foram coletados com 19 *motoboys*, inclusive o presidente do sindicato da categoria, distribuídos em um grupo focal com quatro participantes e 15 entrevistas semiestruturadas. A análise qualitativa dos dados se fundamentou na literatura pertinente. Os resultados indicam que os *motoboys* não só se sentem pressionados pela rotina do trânsito como também vivem em constante busca de demarcação de seu espaço nas vias urbanas, demonstrada por uma inflexível disputa com os demais veículos automotores. Além disso, realizam um trabalho que, para o cliente, se materializa e se extingue simultaneamente no exato momento da entrega da mercadoria. Afora este instante, os *motoboys* voltam à condição de invisibilidade que lhes é atribuída e se rompe somente nos conflitos do trânsito em que são apontados como aqueles que “surgem do nada”. São eles que assumem as responsabilidades por danos físicos e materiais decorrentes de possíveis acidentes de trânsito. Em relação à experimentação do tempo e da velocidade, estão sob constante pressão externa e interna, o que os leva a se autodenominarem “*Kamikaze* na vida”. Em relação ao trabalho propriamente dito, consideram-se mais do que entregadores de mercadorias, pois lhes é exigida postura de valorização e encantamento dos clientes, além de cuidados específicos com a aparência, condizentes com as características que assume o trabalho imaterial.

Os novos arranjos organizacionais divergem da verticalidade e hierarquia presentes na política e no trabalho desenvolvido na velha sociedade industrial. Diante da instabilidade dos acontecimentos do cotidiano do trabalho e da fragmentação das relações que alienam sujeitos, o requisito de vínculos horizontais se impõe como necessário diante da introjeção do individualismo no mais íntimo do ser humano.

As mudanças estruturais no modo de funcionamento do capitalismo impactam direta e indiretamente a morfologia do mundo do trabalho. Na passagem da sociedade agrária para urbana e industrial, por exemplo, os sindicatos abandonaram o formato artesanal e por ofícios para assumir a representação das massas no trabalho assalariado, transmitindo aos partidos os seus anseios.

Na atual transição para a sociedade de serviços, emerge nova morfologia do trabalho não mais configurada por categorias profissionais (metalúrgica, bancária, portuária e outras). A centralidade do trabalho presente nas plataformas digitais e dos serviços em geral requer respostas novas, com outro formato organizacional e práticas de proximidades por moradia, mais do que o local tradicional de exercício laboral.

Esgotamento da formação política tradicional diante da desindustrialização e da desestruturação do mundo do trabalho e representação corporativa

A dinâmica no mundo do trabalho no Brasil registrou duas principais trajetórias distintas de longo prazo desde que o modo de produção capitalista se tornou dominante ao final dos anos 1880. A primeira, transcorrida entre as décadas de 1880 e 1980, correspondeu à perspectiva de construção da sociedade salarial através da estruturação do mercado de trabalho, com ênfase no emprego formal, enquanto a segunda trajetória estabelecida a partir de 1990 refere-se ao declínio antecipado da incompleta sociedade salarial desencadeada pela desestruturação do mercado de trabalho a partir de 1990, sobretudo pelo emprego formal.

Inicialmente, entre as décadas de 1880 e 1920, a conformação do mercado de trabalho assalariado esteve associada à absorção de intensa imigração branca. Ademais de exceder às necessidades imediatas do capital, o movimento migratório se mostrou providencial para ocupar postos de trabalho deixados por negros escravos libertos e miscigenados, excluídos devido ao projeto de branqueamento imposto pela elite da sociedade agrária diante do nascente capitalismo¹⁰.

Nesta fase de construção do mercado de trabalho no Brasil, a taxa de assalariamento saltou de 3,5% do total da força de trabalho, em 1872, para 44,8%, em 1940. Em quase meio século, o capitalismo avançou selvagem, sem qualquer possibilidade de regulação do mercado de trabalho diante do predomínio do Estado liberal predominante na República Velha (1889-1930).

¹⁰ Sobre o excedente de força de trabalho imigrante, ver: POCHMANN, M. *A metrópole do trabalho*. São Paulo: São Paulo: Brasiliense, 2001; BARBOSA, A. *A formação do mercado de trabalho*. São Paulo: Alameda, 2008.

Na fase seguinte da construção da sociedade salarial, com a Revolução de 1930, o salto na taxa de assalariamento resultou do projeto nacional de desenvolvimento que permitiu a passagem do antigo agrarismo para a sociedade urbana e industrial. Em plena fase da industrialização, a taxa de assalariamento passou de quase 45% da força de trabalho, em 1940, para 64%, em 1989¹¹.

A principal ênfase do período esteve relacionada à expansão do emprego formal, que saltou de 13,1% da força de trabalho, em 1940, para 49,1%, em 1989. Esse segmento da ocupação foi o que consistiu na base regular e regulamentada da sociedade urbana e industrial diretamente assistida pela estrutura corporativa de representação de interesses, também denominada por cidadania regulada¹².

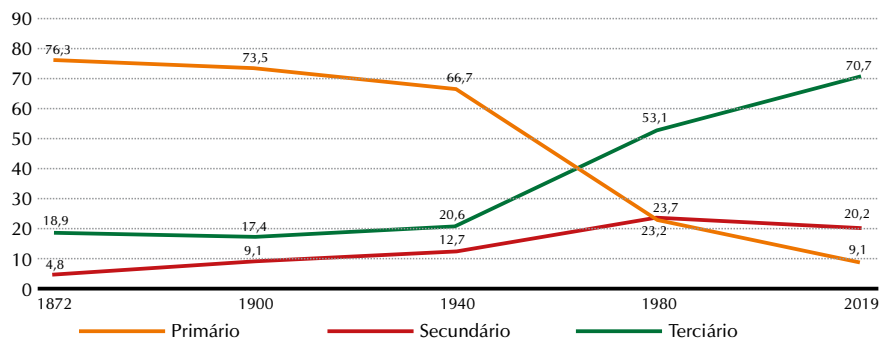
O conjunto de mudanças acontecidas no interior do mundo do trabalho durante a fase de construção da sociedade salarial no Brasil transcorreu combinando o esvaziamento das ocupações não assalariadas, sobretudo no meio rural, e ampliando o assalariamento urbano. Durante a sociedade agrária, por exemplo, as ocupações no setor primário da economia permaneceram dominantes, com leve queda na participação relativa no total dos trabalhadores, pois passou de 76,3% do total da ocupação, em 1872, para 66,7%, em 1940.

Nesse mesmo período de tempo, a queda acumulada de 12,6% (-0,2% ao ano, em média) das ocupações do setor primário da economia relativo ao total da força de trabalho foi acompanhada da elevação do emprego no setor secundário, que saltou de 4,8% do total da ocupação para 12,7%, multiplicado que foi por 2,6 vezes (1,4% ao ano, em média). Entre os anos de 1872 e 1940, a participação do setor terciário permaneceu relativamente estabilizada, com crescimento acumulado de 9% (0,1% ao ano, em média).

¹¹ A respeito da construção da sociedade salarial e a estruturação do mercado de trabalho, ver: CARDOSO, A. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGC/Faperj, 2010; POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹² Maiores detalhes em: SANTOS, W. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; CARVALHO, J. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004; PINSKY, J. ; PINSKY, C. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

Gráfico 1: Brasil – Evolução da composição setorial da força de trabalho ocupada em anos selecionados (total = 100 %)



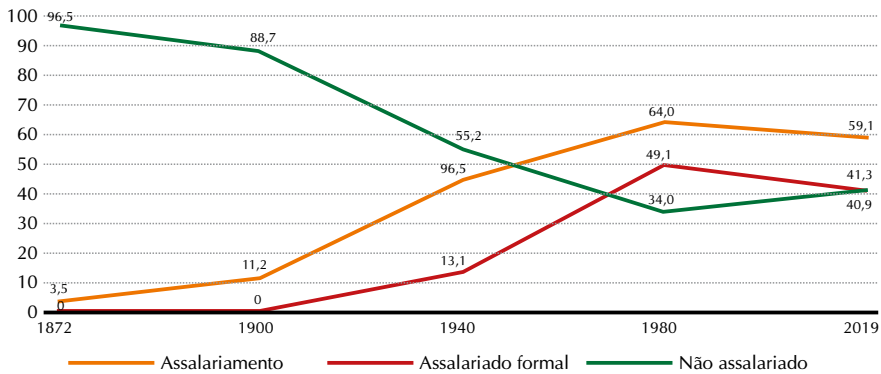
Fonte: IBGE/censos demográficos, Pnad e PnadC (Elaboração própria)

Mas entre 1940 e 1989, com a expansão da sociedade urbana e industrial, a queda no setor primário da economia foi expressiva (65,2%), compensada pela maior elevação do setor terciário e secundário. No mesmo período de tempo, o setor secundário acumulou crescimento de 87% (1,7% ao ano, em média) e o terciário foi multiplicado pro 2,6 vezes (2% ao ano, em média), o que o tornou levemente predominante no total da ocupação ao final da década de 1980.

A segunda trajetória do mundo do trabalho iniciada nos anos 1990, com a inserção passiva e subordinada na globalização, corresponde ao declínio da sociedade salarial que, mesmo ainda incompleta, passou a sofrer abalos importantes com a desestruturação do mercado de trabalho, sobretudo no emprego formal. Com isso, a taxa de assalariamento decresceu 7,7% (-0,2% ao ano, em média), uma vez que reduziu a participação do emprego assalariado de 64% da força de trabalho, em 1989, para 59,1%, em 2019, enquanto a queda na taxa de assalariamento formal foi de 15,9% (-0,5% ao ano, em média) no mesmo período de tempo (de 49,1%, em 1989, para 41,3%, em 2019).

As ocupações não assalariadas que registravam quedas desde o levantamento censitário de 1872, encontraram, pela primeira vez, a elevação no total dos ocupados, a partir dos anos 1990. Em 2019, por exemplo, as ocupações não assalariadas representaram quase 41% do total da força de trabalho ocupada, ou seja, 20,3% (0,6% ao ano, em média) acima do ano de 1989.

Gráfico 2: Brasil – Evolução da taxa de assalariamento total e formal e dos não assalariados em relação ao total da força de trabalho em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE/censos demográficos, Pnad e PnadC (Elaboração própria)

A redução prolongada do emprego assalariado, em geral, e da ocupação formal, em especial, iniciada nos anos 1990, se mostrou inédita desde que há registros estatísticos oficiais no Brasil. Além disso, constatou-se também a simultaneidade no ineditismo verificado em relação à diminuição nos postos de trabalho pertencentes ao setor secundário da economia, posto que a ocupação no setor primário continuou o decréscimo relativo, conforme vinha registrando mais acentuadamente desde a década de 1940, com o avanço da industrialização.

A desindustrialização precocemente instalada no país na última década do século passado estabeleceu conexão direta e indireta com o comportamento geral do mundo do trabalho. O avanço da terciarização, combinado com o avanço da industrialização desde a década de 1940, sofreu forte impulso nos anos 1990, com a desindustrialização associada à terceirização das ocupações, inovações nas formas de gestão patronal mais flexível da força de trabalho e desregulamentação nas relações de trabalho¹³.

Diante disso, constata-se que em 2019, por exemplo, a participação relativa do setor terciário no total da ocupação aproximou-se ao patamar verificado

¹³ Reflexão mais aprofundada em: ANTUNES, R. *O privilégio da servidão. O novo proletariado dos Serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018; POCHMANN, M. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo: LTr, 2013.

no setor primário na segunda metade do século XIX, quando a escravidão ainda predominava no país. Atualmente, os setores primário e secundário respondem por menos de 30% do total da ocupação do país.

Com a terceirização ocupacional, verifica-se a tendência de concentração dos postos de trabalho na base da pirâmide social e de redução relativa nos empregos de classe média assalariada *vis-à-vis* à classe média proprietária (pequenos negócios, microempreendedores individuais, pejotização das ocupações de consultores, autônomos e outros). No ano de 2019, por exemplo, quase 72% das ocupações no Brasil recebiam até 2 salários mínimos mensais, enquanto em 1989 eram de 68,5%. Ou seja, o crescimento de 5% na proporção das ocupações de até 2 salários mínimos no total dos trabalhadores brasileiros.

Em compensação, o segmento das ocupações com rendimentos intermediários, entre 2,1 a 5 salários mínimos mensais, decresceu 5,4% em relação ao total dos trabalhadores, pois decaiu de 22,1% para 20,9% entre 1989 e 2019. Além disso, o segmento de maior rendimento, que inclui os ocupados acima de 5 salários mínimos mensais, diminuiu sua participação relativa no total das ocupações em 20,4%, passando de 9,8% para 7,8% no mesmo período de tempo.

Nesse sentido que o processo de achatamento na distribuição dos rendimentos entre os ocupados transcorreu simultaneamente à expansão relativa do setor terciário e ao decréscimo relativo dos setores primário e secundário. Enquanto a participação dos ocupados nos serviços aumentou 33,1% entre 1989 e 2019 em relação ao total da força de trabalho ocupada, a proporção dos postos de trabalho tanto do setor primário como no setor secundário diminuiu 60,8% e 12,9%, respectivamente.

O movimento de enfraquecimento das ocupações nos setores primário e secundário e o fortalecimento no setor de serviços expressaram avanços na modalidade de contratação menos associada ao emprego salarial. Nesse sentido, há predominância da terciarização do mundo do trabalho, com concentração das ocupações cada vez mais geradas na base da pirâmide social.

Os jovens foram os mais afetados negativamente pela contração de sua participação relativa no total dos trabalhadores. Em 1989, por exemplo, à faixa etária de 16 a 24 anos decaiu o peso relativo no total das ocupações em 41,9.

Por outro lado, o segmento etário de 25 a 59 anos aumentou a sua posição relativa no total da ocupação em 9,3% entre os anos de 1989 e 2019. Também a parcela da força de trabalho ocupada de 60 anos e mais de idade cresceu significativamente a sua presença relativa no total da ocupação em 82,6%.

No ano de 1989, por exemplo, para uma vaga ocupada por trabalhador de 60 anos e mais de idade tinha um conjunto de cinco jovens trabalhando. Trinta anos depois, em 2019, a cada ocupação preenchida por trabalhador de 60 anos e mais de idade, havia somente 1,5 jovem trabalhando.

Além dos determinantes estruturais da desconstrução da sociedade salarial, como a desindustrialização, constata-se também como as políticas neoliberais de desregulação adotadas nos anos 1990 e após 2016 contribuirão para a desestruturação do mercado de trabalho no Brasil. Assim, a passagem antecipada para a sociedade de serviços foi acompanhada pela redução do custo do trabalho e flexibilização contratual, articulada com a falsa perspectiva de geração de novos postos de trabalho¹⁴.

O que se percebe, contudo, é a crescente precarização do mundo do trabalho. O nível geral do emprego assalariado não retornou mais recentemente, salvo trabalhos não assalariados e emprego assalariado informal impulsionado pelo amplo movimento de terceirização dos postos de trabalho.

No sentido geral de avanços nos trabalhos por conta própria e emprego assalariado informal, despossuído do acesso aos direitos sociais e trabalhistas, percebe-se também a prevalência recente de altas taxas de desemprego e da subutilização da mão de obra disponível no mundo do trabalho brasileiro. Tanto a ausência de dinamismo econômico como a desregulação do mercado de trabalho têm sido responsáveis pelo registro de parcelas crescentes da População Economicamente Ativa distante do acesso ao sistema público de proteção social e trabalhista.

Somente em relação ao avanço do desemprego e a disseminação da mão de obra subutilizada em sua condição de trabalho, o Brasil tem registrado recor-

¹⁴ Análise das mudanças no sistema de relações de trabalho, ver: KREIN, D. *et al Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018; KREIN, D. *et al Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019; POCHMANN, M. *Relações de trabalho e padrões de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LT, 2003.

des recentes, sem comparação com o passado distante. Diante disso, o saldo das reformas neoliberais em curso desde o ano de 2016 tem sido ainda mais prejudicial ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

Nessa condição, se assiste à destruição do padrão corporativo de relações de trabalho estabelecido a partir da década de 1930, com o projeto de industrialização nacional e de consolidação da sociedade salarial. Com a desindustrialização, o processo de integração plena dos trabalhadores assalariados, sobretudo de emprego forma, e parcial das demais ocupações informais, sofreu profunda inflexão.

No passado, mesmo a força de trabalho assalariada sem carteira de trabalho ou de ocupação não assalariada encontrava-se engajada pela perspectiva do emprego formal. Isso porque o acesso aos direitos sociais e trabalhistas garantia identidade e pertencimento à representação de interesses no interior da estrutura corporativa¹⁵.

Pela disseminação atual dos postos de trabalho, em grande medida submetida à condição de precariado e terceirização de vários tipos, o excedente na População Economicamente Ativa disperso pela informalidade revela o aprofundamento da informalidade, cada vez mais disfuncional à dinâmica capitalista¹⁶.

Essa população sobrando, em geral submetida às condições de trabalhos dependentes da dinâmica do setor terciário, encontra-se distante das formas de representação tradicionais da sociedade urbana e industrial. Ao mesmo tempo, a prática de atuação parcial e setorializada da representação, como o sindicato para emprego formal, associação estudantil para alunos, associação de moradores para residentes, partidos para eleitores, entre outras, parecem cada vez mais distantes das necessidades da nova sociedade de serviços.

Sem perspectivas de ascensão pelo trabalho, submetida aos arranjos familiares monoparentais, ao esvaziamento dos espaços públicos e de sociabilidade cada vez mais perversa, o novo sujeito social requer instituições de caráter tota-

¹⁵ Para maiores detalhes, ver: BRAGA, R. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012; POCHMANN, M. *A superterceirização do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

¹⁶ Sobre a disfuncionalidade atual do excedente da força de trabalho, ver: CALIXTRE, A. *A condição informal: reflexões sobre o processo de informalidade no Brasil contemporâneo*. Campinas; IE/Unicamp, 2011; POCHMANN, M. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo: São Paulo: LTr, 2013.

lizador. Nesse sentido, a oportunidade das novas igrejas e do crime organizado e milícias para vigência ativa diante do descortinar das multidões deslocadas pelo declínio da sociedade salarial promovido pela desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

As dificuldades das instituições tradicionais da sociedade industrial resultam das significativas transformações nas estruturas de produção e organização do trabalho, comprometendo a manutenção e agregação de coletivos de trabalhadores¹⁷. Na generalização das condições de produção do trabalho barato, a precarização torna-se dominante e promotora de importante inquietação social.

Embora seja desfavorável ao mundo do trabalho, o contexto geral da sociedade de serviços encontra-se permeado de contradições e oportunidades de reorganização dos antagonistas das classes dominantes. Para tanto, a formação política que se contraponha à educação neoliberal de resultados apresenta-se fundamental enquanto possibilidade organizativa e agregadora de coletivos de trabalhadores.

Entropia coordenada: estratégias de ação e comunicação das direitas¹⁸

Os conceitos acerca de economia, política e democracia estão passando por transformações estruturais, na perspectiva internacional, em razão de movimentos distintos, que confluem e se articulam.

¹⁷ Mais detalhes em: ANTUNES, R. ; BRAGA, R. (orgs.) *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009; CARDOSO, A. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010; ARROYO, M. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012; GAMBIER, A. *Sindicatos no Brasil: O que esperar no futuro próximo*. Texto de Discussão, n. 2262. Rio de Janeiro, 2016; OLIVEIRA, M. *Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro*. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, 12, 1: 24-29, São Paulo, 1998.

¹⁸ Este texto é a reelaboração atualizada de partes de dois artigos de minha autoria publicados no portal Carta Maior (www.cartamaior.com.br), intitulados “A dissonância na análise política perante a (des)política e a (des)democracia” (publicado em 28/12/2018) e “O que é ser de direita” (publicado em 15/04/2019), e também de parte de um capítulo, também de minha autoria, intitulado “‘No nos representan’: de la indiferencia a la indignación”, que faz parte do livro, a ser publicado em espanhol, intitulado “¿Una nueva democracia para el siglo XXI?”, organizado por Simone Martins e Quim Brugué, que está no prelo. Reflete, portanto, análises que venho fazendo acerca do fenômeno da apropriação do espaço público e da comunicação direta pelos grupos de direita por meio do uso das ferramentas digitais.

Sem a pretensão de esgotá-los, e sim de apresentar um breve panorama, pode-se elencar alguns dos principais fatores que explicam a corrosão de valores, conceitos, códigos mentais e formas de operar dos indivíduos, dos grupos políticos e das instituições, conforme veremos na seção a seguir. Em outras palavras, as “placas tectônicas” da vida econômica e política (em sentido lato, o que envolve as mais distintas arenas, tanto nas esferas macro como nas micro) estão se movimentando, o que implica impactos e efeitos ainda não completamente compreendidos. Tais mudanças tornam necessário repensar a ação política – incluindo a comunicação política –, seu léxico, percepções, estratégias, táticas, e, sobretudo, as formas de interação com os que vivem do trabalho. Mais ainda, necessita que se observe em particular o campo ideológico à direita, uma vez que useiro e vezeiro das modernas tecnologias digitais em sua interação com grupos sociais distintos.

O século XXI tem sido marcado pela emergência de agudos e vigorosos processos, iniciados em fins do século passado, de corrosão das democracias liberais. Uma série de eventos que implicam alteração nas correlações de força entre as classes sociais tem corroído de maneira estrutural os pilares aos quais a moderna democracia foi construída em sua dupla vinculação: no campo político, por meio das regras do jogo da representação política; e no campo social, isto é, a sociedade de direitos.

Deve-se notar que o rol de transformações econômicas e políticas, tais como: de um lado, a reestruturação técnico/gerencial que flexibiliza os processos produtivos, o trabalho, a circulação de bens e serviços e o capital, esse que contemporaneamente articula suas frações produtivas e financeirizadas; e, de outro lado, os efeitos na vida política. Essa é cada vez mais deslegitimada em razão da precarização das relações de trabalho e da desmontagem dos direitos sociais e trabalhistas: tais processos impactam vigorosamente a cultura política de uma dada comunidade, a subjetividade coletiva das classes e grupos sociais, e os comportamentos vinculados àquilo que se denomina “esfera pública”.

O grande capital promove esse conjunto de transformações nas relações produtivas e de trabalho, acarretando maximização de lucros (tanto os advindos da economia real, uma vez que lastreados na produção de bens e serviços, como os vinculados à especulação financeira) e minimização de direitos aos trabalhadores, isto é, precarização pela via da informalidade, terceirização,

trabalho intermitente e parcial e toda forma de “privilégio da servidão”, nos dizeres do sociológico Ricardo Antunes.

Os grupos à direita no espectro ideológico, em perspectiva internacional, simultaneamente representam/justificam esses processos perversos de maximização dos lucros e minimização de direitos e apontam saídas fáceis para os drásticos problemas sociais por eles próprios justificados. Tais saídas respondem por fórmulas “mágicas” e simplistas, tais como expulsar os “imigrantes” e as “esquerdas”; aniquilar o “socialismo/comunismo” (partidos, grupos e valores), tratados como “inimigos internos”, mesmo que imaginários; desestimular a “preguiça para trabalhar” por meio da diminuição drástica de direitos sociais e trabalhistas; estabelecer valores liberais na economia e conservadores nos costumes, banindo “comportamentos desviantes”; “enxugar” o Estado quanto ao financiamento social, mas preservar na íntegra o pagamento aos rentistas; obrigar os trabalhadores precarizados a competirem entre si em nome da “meritocracia”, do “*self made man*” e do “empreendedorismo”, simultaneamente à omissão ao caráter oligopólico do capitalismo internacional. Esses são apenas alguns exemplos dos valores propagados pelos grupos de direita, que podem ser definidos por processos de “entropia coordenada”, pois indicam a pulverização de “influenciadores digitais”, de “formadores de opinião” e de organizações dedicadas a espalhar valores atinentes aos interesses do capital a partir de centros de financiamento e de coordenação de ações estratégicas.

Nesse sentido adota-se aqui a ideia-força “entropia coordenada” tomando como ponto de partida que essa disseminação de estratégias de direita são ações comunicativas que buscam negar: o que está estabelecido quando favorável aos trabalhadores, à democratização da sociedade e a tudo aquilo que contrarie sua visão de mundo/interesses, a centralidade do conhecimento, da ciência e dos mecanismos sociais de produção de saber. Busca-se construir um mundo sem bases formalmente hierarquizadas, quanto às autoridades e ao conhecimento, uma vez que o mais importante são as opiniões individuais (ou de grupos) que, mesmo sem fundamentação reconhecida ou critérios acadêmicos/científicos, passam a ser tomadas como válidas, criando-se aquilo que tem sido chamado de “pós-verdade”.

Em outras palavras, a aparente contradição entre processos entrópicos – isto é, caóticos, desordenados, aleatórios e instáveis – que, contudo, são

coordenados – pelo grande capital, por meio de distintos instrumentos –, explica-se pelo caráter paradoxal do fenômeno, ou seja, próximo do oxímoro. Isso significa concretamente que o espraiamento e a pulverização de grupos distintos, nos mais variados campos de atuação à direita, dão a impressão de que há manancial de atores espontâneos e aleatórios opositores, com argumentos e imagens, distintos, do Estado democrático de direito, do Estado de bem-estar social e do conhecimento acadêmico como válido à explicação dos mais distintos fenômenos, entre inúmeras outras questões e dimensões da vida social, o que inclui necessariamente o campo dos comportamentos e valores.

Tal aleatoriedade e espontaneísmo, no limite do caos e da suposta ausência de ordenação social quanto aos valores clássicos de democracia e direitos, por exemplo, são, em verdade, falsos, uma vez que o grande capital vem, desde os anos 1980, constituindo narrativas, imagens, estratégias e táticas as mais distintas com vistas a criar uma macro agenda ultraliberal e conservadora, que circunscreve grande parte dos indivíduos às lógicas de pensar e de agir segundo seus interesses e valores. Veremos abaixo como esse processo se dá e qual seu *modus operandi*.

Portanto, busca-se refletir sobre a coordenação de estratégias das direitas antidemocráticas que, embora pulverizadas, operam organizadamente por meio da construção de narrativas e visões de mundo pretensamente “antissistema”, por intermédio de críticas mordazes a um conjunto de valores sociais e mesmo civilizatórios estabelecidos. Assim, a perspectiva da entropia coordenada expressa o *modus operandi* que produz aprendizagem e formação de quadros políticos alinhados não apenas aos princípios do neoliberalismo, mas aderentes a proposições terraplanistas e inúmeras outras refratárias ao conhecimento científico acerca do aquecimento global, dos indicadores de desmatamento na Amazônia, da origem da vida. Igualmente, essa maneira de operar dissemina visões fundamentalistas de origem religiosa buscando definir padrões de comportamento sexual e de convívio em sociedade, definindo-se assim o certo e o errado segundo valores próximos aos medievais, paralelamente ao apoio ao militarismo e ao punitivismo, apegando-se a um passado imaginário ou real típico do universo conservador.

Todo esse conjunto de valores – daí seu caráter coordenado, reitera-se –, tais como os exemplos aludidos, se tornam armas potentes para a construção

de vontades e sujeitos coletivos com orientação ideológica de direita e extrema direita, concretizando efetiva manipulação das mentes e dos corações, com implicações nos recentes casos de fraudes eleitorais (popularmente chamadas de “*fake news*”) que viabilizaram o acesso de extremistas de direita ao poder pela via eleitoral: daí a (falsa) sensação de entropia em meio à pulverização de atores, individuais e coletivos.

Inserem-se nessa verdadeira “guerra de posições” ideológicas (à direita, reitere-se), conforme conceito-chave de Antonio Gramsci: organizações empresariais financiadoras tanto da ação política como de influência em políticas públicas específicas, modelando o “campo”; a grande mídia (emissoras de rádio e televisão), em larga medida representante do grande capital e dos valores tradicionais das classes médias superiores; as igrejas evangélicas, notadamente neopentecostais, em vários países, cuja “teologia da prosperidade” é a mais pura expressão do ultraliberalismo e dos valores conservadores; e, sobretudo, as redes sociais (Facebook, Twitter, WhatsApp, entre outras), cujo poder de emissão e recepção instantâneos tem gerado “legitimidade induzida” no processo de comunicação, que se torna cada vez mais direto.

Dessa forma, as redes sociais, em particular, têm sido instrumento das direitas com vistas à manipulação ostensiva dos fenômenos sociais, notadamente político/eleitorais, o que explica, em grande parte, como veremos, as “eleições fraudadas” do Brexit, de Trump e de Bolsonaro, apenas para exemplificar três casos. Mas é importante notar que os valores expressos pelos atores referidos, como as entidades empresariais financiadoras de ações políticas e políticas públicas, os órgãos da grande mídia (impressos, radiofônicos, televisivos e digitais), os *think tanks* de diversas ordens (caso dos Institutos Millenium e Von Mises, entre outros), grupos de militância ideológica (presencial e digital, caso do Movimento Brasil Livre, entre outros) e mesmo segmentos religiosos têm se articulado de forma complexa às redes sociais promovendo verdadeira “guerrilha digital”. Tal conceito atualiza o referido conceito gramsciano de “guerra de posições”.

Esse processo politicamente orientado em termos comunicacionais tem pouco de espontâneo, reitere-se, uma vez que financiado por grandes grupos empresariais, pois objetiva criar as bases (argumentativas, estéticas, políticas e culturais) para o ressurgimento de agendas políticas autoritárias e para a viabi-

lização da exploração de vastas camadas dos trabalhadores. Seu modo de operar se dá por meio de estruturas extremamente profissionalizadas a partir de orçamentos milionários e pessoal capacitado, em que se extraem, armazenam, cruzam e direcionam infinidades de dados disparados massivamente a grupos específicos (previamente conhecidos e definidos) com vistas a manipular “suas mentes e corações”, disseminando narrativas sobre o que seria a realidade, criando ameaças e manipulando os medos e inseguranças dos grupos sociais, o que implica influenciar seus comportamentos, inclusive eleitorais.

Nesse contexto, este trabalho procura refletir sobre o conjunto de fenômenos (econômicos, políticos e ideológicos) com vistas a desnudar a maneira de ser e de operar das direitas, para que se possa combatê-las com inteligência, estratégia e acuidade. A partir dessa compreensão, a comunicação política com os trabalhadores precarizados, a ser realizada pelos que se colocam à esquerda no espectro ideológico, deve ser repensada como forma de estrategicamente atingir os extensos grupos sociais moldados econômica e ideologicamente pelas direitas.



Vejam, então, algumas dimensões explicativas da corrosão dos valores democráticos em meio à profunda reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, cujos efeitos na vida política e na representação são significativos e ainda pouco compreendidos.

Uma primeira variável refere-se à derrocada do chamado “socialismo real”, pois implicou simultaneamente a vitória do capitalismo ultraliberal¹⁹ sobre a vertente existente do socialismo e sobre a versão social-democrata do capitalismo. Tais vitórias implicaram o brutal desbalanceamento no equilíbrio de poder político entre trabalhadores e capitalistas e entre as nações. Daí a hegemonia das ideias ultraliberais ter imposto progressivamente, nas mais diversas áreas, a visão minimalista acerca dos direitos políticos e sociais/trabalhistas.

¹⁹ Utilizamos o termo “ultraliberalismo” em razão da radicalidade de seus diagnósticos e de suas proposições: todas vinculadas ao mercado, ao capital. Além do mais, o termo “neoliberalismo” tornou-se obsoleto devido ao fato de o prefixo “neo” explicar pouco sobre um movimento nascido ao final do século XIX.

Tal minimalismo vem sendo personificado em alterações constitucionais/legais nas mais diversas áreas, entre as quais destacam-se a desregulação e desregulamentação da atuação das empresas; a destituição, diminuição, privatização e concessão dos direitos sociais a agentes privados à luz do que Dardot e Laval (2016) chamaram de “governo empresarial”; e a tentativa, em grande parte exitosa, de extinção/minimização dos direitos trabalhistas. Esse conjunto de transformações, entre outros, quebraram o pacto entre capital e trabalho, intermediado pelo Estado, construído paulatinamente desde o final do século XIX e consolidado efetivamente no pós-guerra. Portanto, os efeitos do rearranjo ultraliberal sobre a relação capital/trabalho e sobre o “tecido social” são drásticos e de grande magnitude, impactando as bases sociopolíticas dos regimes então chamados democráticos.

Simultaneamente à ascensão do ultraliberalismo e talvez como sua expressão, uma segunda variável refere-se ao papel da quarta revolução industrial que ocorre desde os anos 1970. Trata-se da *revolução digital*, em diversas dimensões, combinada com a *robótica* (substituição do trabalho humano por máquinas) e com processos produtivos ancorados nas estratégias de *just in time* (fabricação sem estoques, sob demandas controladas pelo capital); de *downsizing* (diminuição radical das esferas hierárquicas, concentrando o poder de decisão em poucas categoriais, eliminando-se funções e diminuindo os custos, “enxugando” custos das mais distintas naturezas); de “terceirização irrestrita e pulverizada” (contratação de serviços por terceiros e desconcentração da cadeia produtiva de um produto em circuitos geográficos distintos, incluindo-se continentes); da “obsolescência programada” (diminuição cientificamente programada da vida útil dos produtos pelos capitalista); e da empresa “enxuta e eficiente” (baixo número de trabalhadores e altos lucros tendo em vista a lógica do “custo mínimo”, notadamente quanto ao trabalhador, também conhecida como “*low cost*”).

Todos esses processos, entre outros, enfraquecem sobremaneira a organização dos trabalhadores, incidindo: na precarização das relações de trabalho, cujos trabalhadores tornam-se “precariados”, isto é, a precarização em substituição à proletarianização clássica, então detentora – por meio de muitas lutas e de forma paulatina – de direitos trabalhistas e sociais; na consequente corrosão dos sindicatos; e na diluição da “consciência coletiva” dos trabalhadores, cada

vez mais fragmentados, desorganizados politicamente e instilados pelo *establishment* capitalista ao “individualismo meritocrático” (mantra do ultraliberalismo). Portanto, esse processo produtivo fundamentalmente não necessita de grandes contingentes nem de trabalhadores (em oposição ao que se exigia no período fordista)²⁰, nem de consumidores, uma vez que a circulação das mercadorias (e mesmo de serviços) é bastante acelerada pelo aludido processo de “obsolescência programada”. Isso implica o consumo rápido e renovável por grupos seletos de consumidores, amplamente controláveis econômica e ideologicamente. Portanto, reitera-se que a formalização do trabalho e de direitos formava a base estrutural da relação entre as classes sociais, por sua vez pilar da “democracia liberal”. Dessa forma, ao alterar tal base altera-se consequentemente os aspectos jurídicos/políticos/organizacionais da “democracia liberal”. Em síntese, o capitalismo necessita de cada vez menos trabalhadores para produzir cada vez mais e em menor tempo, e mesmo de menos consumidores que, devido à aceleração e controle do consumo, consomem pelo equivalente à sociedade massificada do período fordista/keynesiano.

Paralelamente ao processo acima, e esta é a terceira variável, a chamada “financeirização” do capitalismo implica a realização de lucros astronômicos por meio não mais da produção de bens e serviços, e sim pela transação internacional de papéis, mercados e instrumentos financeiros essencialmente descolados do estoque efetivo da produção (de bens e serviços, que compõem o Produto Interno Bruto, PIB). Trata-se do capitalismo “de cassino”, coordenado por grandes fundos de especulação, que paradoxalmente se articulam com empresas produtivas, investindo tanto na produção como na financeirização, e que convivem com as empresas exclusivamente especulativas. Tal modelo significa a subversão do conceito do capital estritamente produtivo, com consequências distintas no *modus operandi* do capitalismo e, logo, das elites, com reflexos vigorosos nas relações sociais. Mais ainda, a propriedade do capital é também espraiada, por meio das sociedades acionárias, tornando-se em essência transnacional e fortemente oligopolizada em grandes cadeias: produtivas e especulativas. Na prática não há concorrência entre os capitais e

²⁰ Nesse sentido, o clássico conceito de “exército industrial de reserva” seria substituído pelo conceito – também conhecido – de “desemprego estrutural tecnológico”.

sim concentração acionária e de tomada de decisão. O espraiamento acionário se dá entre grandes investidores/especuladores que, apesar de fragmentados, são poucos comparativamente às clássicas e originais sociedades por ações, tornando o “mercado acionário” altamente concentrado. Essa alteração do capitalismo “competitivo” para o “oligopolizado/financeirizado” implica forte transformação no papel das elites (burguesias) empresarias, cujas tomadas de decisão cada vez mais concentradas (reitere-se), internacionais e impessoais. Tal contorno leva ao enfraquecimento do Estado Nacional, sobretudo os periféricos, cuja “democracia” em “âmbito interno” é de certa forma apêndice das grandes corporações transnacionais. Nesse sentido, o próprio conceito de “democracia” se esvai e dá lugar à plutocracia: o governo do capital²¹.

A quarta variável refere-se ao processo ideológico central que sustenta esse capitalismo de lucros abundantes/diminuição de trabalho e financeirização: a ideologia ultraliberal e seus derivados, tais como o individualismo, o consumismo, o hedonismo e a meritocracia, entre outros. O ultraliberalismo tem papel semelhante, com sinal contrário ao que teve o keynesianismo em relação aos processos produtivos fordistas. Em essência, sustenta ideologicamente o sistema de precarização do trabalho e de ausência/minimização de direitos sociais por intermédio da retórica do “empreendedorismo individual”, do valor do “esforço pessoal e do mérito”, das oportunidades à “autonomia do indivíduo” e do *self made man*, entre outras estratégias. Partidos políticos, *think tanks*, comunidades epistêmicas (como centro de estudos) e a mídia, entre outros atores, têm tido papel fundamental nesse processo ideológico de espraiamento e pulverização desses valores²².

Ora, em fins do século XX e sobretudo neste século XXI – e eis a quinta dimensão –, a explosão do uso cotidiano dos meios digitais (dispositivos

²¹ Não se deve perder de vista que o 1% dos mais ricos do planeta detêm mais de 50% da riqueza mundial. Não bastasse isso, as grandes corporações são geridas por CEOs profissionais, tornando a burguesia essencialmente rentista e o processo produtivo/especulativo “sem rosto” visível, impessoal.

²² Evidentemente a grande mídia comercial ocupou (e ainda ocupa) papel central nas estratégias de inculcação de modos de vida e valores dominantes aos trabalhadores. Seus órgãos são igualmente grandes corporações capitalistas, por sua vez financiadas por outras tantas corporações similares. Logo, são confluentes à reprodução do modelo capitalista da terceira/quarta revolução industrial/financeirização. Ver FONSECA (2005 e 2013).

portáteis individuais) e sobretudo das “redes sociais” vêm transformando, em dimensões distintas, grande parte das sociedades. Os negócios, os governos, os grupos sociais diversos e os indivíduos utilizam-se farta e largamente desses meios para fins os mais heterogêneos. A chamada “convergência digital”, ao unificar nos *smartphones* (e outros, como microcomputadores e *tablets*) redes sociais, contas de e-mail, vídeos e fotos, acesso à internet e à telefonia etc. revolucionou o cotidiano dos indivíduos e sociedades e, mais importante, permitiu a apropriação, o controle e a exploração pelas corporações capitalistas detentoras desses meios com incrível manancial de informações as mais distintas possíveis sobre os usuários: sua localização (via GPS e acesso aos *maps*), gostos e costumes, amigos e redes de contato, perfil de opinião política, estética e de consumo, entre milhares de outros dados que, cruzados e também degradados, simplesmente têm solapado as então denominadas “democracia liberais” ao extinguir o sigilo e elevar os controles políticos à última potência. Portanto, há cada vez menos substância e formas democráticas e liberais nas “democracias liberais”! A “privacidade” está “hackeada”, parafraseando o documentário sobre a empresa Cambridge Analytica.

Mesmo que se considere que nunca houve democracia em sociedades capitalistas, e que democracia implica conjunto de arranjos que satisfazem apenas parcialmente parcelas das sociedades, e ainda assim de forma minimalista, a democracia e a política democrática possuíam, notadamente no pós-guerra, gramáticas e lógicas ancoradas em pressupostos, entre os quais se destacam: a representação de interesses, com suas simbologias próprias; a dinâmica dos conflitos legitimados; as regras ordenadoras das contendas voltadas à estabilidade e à previsibilidade; e as instituições garantidoras do “jogo democrático”, o que inclui os direitos civis e políticos como cláusulas pétreas. Nesses, liberdade de ir e vir, direito à reunião e associação política, *garantia à privacidade* (tais como os sigilos de correspondência, sob as mais diversas formas, e o bancário e fiscal, no âmbito da separação público/privado), direito às minorias, entre tantos outros, tornaram-se pressuposto do Estado democrático: daí constituírem-se como cláusulas “pétreas” ao pensamento político ocidental.

Tais cláusulas pétreas têm caído por terra após o manancial de provas e evidências demonstradas por Fabian Assange e Edward Snowden quanto à inexistência de sigilo das comunicações digitais em razão da brutal bisbilhotagem

– típica das ditaduras – promovida pelo governo dos EUA em articulação com as grandes corporações de comunicação (internet, celular, provedores etc.). Mais ainda, a utilização massiva de instrumentos como *big data*, inteligência artificial, armazenamento e cruzamento ilegal de algoritmos das redes sociais e toda a incomensurável miríade de informações retiradas e “vistas” a partir dos sistemas (até então) “criptografados” referentes a indivíduos e governos, põe por terra os mais elementares princípios das democracias liberais (reitere-se): o sigilo e a privacidade.

As “eleições” do Brexit na Grã-Bretanha, de Trump nos EUA e de Bolsonaro no Brasil são exemplos contemporâneos, entre outros, do inédito poder de manipulação possibilitado pelos meios digitais, que têm por trás a aliança entre o grande Capital, autoridades governamentais e, no caso dos EUA (fonte desse poder), a indústria bélica/de segurança/de inteligência. Nesse sentido, a trágica figura de Steve Bannon representa esse novo “totalitarismo digital”, cujo objetivo expresso é derrogar as democracias nos âmbitos político/civil, social/trabalhista, estético/cultural e econômico, ao levar ao poder o que tem de pior das direitas e extremas direitas em perspectiva mundial, incidindo ilegitimamente no jogo da representação política²³. Não bastassem todos os limites das democracias liberais em perspectiva histórica, como aludido, o fim do sigilo (bisbilhotagem sistêmica), com o consequente controle centralizado, em perspectiva internacional, da opinião e do conhecimento dos comportamentos e valores de indivíduos e grupos, parece enterrar de vez o conceito de democracia vivenciado até recentemente.

Quanto à política no âmbito da democracia, a comunicação direta de políticos e governos com segmentos das “massas” possui duas faces: a primeira refere-se à amplitude da comunicação, que pode ser – potencialmente – alternativa e contra a corrente dominante; a segunda (predominante) volta-se ao poder, pois as informações, devidamente estratificadas pelo cruzamento de dados coletados ilegalmente e sem permissão, via algoritmos digitais – cujo bombardeio de “notícias” manipuladas, lançadas aos milhões de forma extremamente profissional a segmentos sociais específicos –, derrogam portanto (insista-se) os mais elementares conceitos de democracia e seus correlatos, tais como, além dos referidos

²³ Não por acaso esse processo tem sido chamado de “fascismo neoliberal”.

“sigilo” e “privacidade”, de “esfera pública”, “transparência” e “representação política”, entre outros, alterando a gramática política e os jogos de poder.

Essas novas formas de comunicação expressam, dessa forma, a versão hodierna de Goebbels, agora em perspectiva planetária, agora por meio de roubos de dados pessoais, invasão de privacidade, campanhas de disseminação de ódio e medo, entre outras formas de manipulação. Sintetizam contemporaneamente a reação, pela via da comunicação digital, da extrema direita aos avanços civis, sociais, políticos e econômicos e mesmo civilizatórios. Nesse sentido, a expressão “*fake news*”, criada para expressar esse movimento derogador da democracia, é tênue perante o real poder de criação de “realidades virtuais” (também chamadas de “pós-verdades”), isto é, a prática sistemática de desinformação e a deformação política de indivíduos e sujeitos coletivos em que o mundo palpável é inteiramente recriado ao sabor dos interesses do grande capital.

Pois bem, esse conjunto de questões, aqui analisadas mobilizando-se variáveis distintas, compõe quadro soturno quanto às perspectivas democráticas. Há, contudo, inúmeras resistências, em diversos âmbitos, que implicam contradições, tensões, mal-estar e oposição à plutocracia precarizante, financeirizada, digital e ultraliberal: léxico da nova dominação capitalista derogadora das mais distintas vertentes de democracia e, em particular, da democracia “liberal”²⁴.

• • •

O conceito do que se denomina por direita se confunde com outras correntes de pensamento, tais como o “conservadorismo” (proveniente de E. Burke e outros) e o “autoritarismo” (oriundo de várias cepas). Mas uma imagem particular de “ordem” (autoritária, disciplinar, assimétrica e invariavelmente pró-proprietários) define inerentemente a perspectiva da direita.

A dimensão comportamental dos indivíduos em sociedade ocupa, igualmente, a agenda dos grupos à direita: daí a ênfase em questões tipicamente

²⁴ É importante notar que a perspectiva radical pró mercado dos ultraliberais foi conceituada, por seus críticos, de “liberismo”, uma vez que se derroga a democracia liberal em nome do “capital” e do “mercado”, casos, entre outros, de F. Von Hayek e M. Friedman, ambos apoiadores ativos das “ditaduras ultraliberais”, caso do Chile sob o governo militar ditatorial de Pinochet.

privadas (provindas, essas, do liberalismo em termos filosóficos), tais como família, sexualidade, estética, religião, entre outras, assim como a ênfase às instituições estatais e aos códigos legais que delas deveriam se ocupar. Em outras palavras, para determinadas vertentes da direita deveria haver certa “estatização” da vida privada. Não é coincidência, portanto, que regimes de direita, em momentos históricos distintos e em países muito diversos, caso de Bolsonaro no Brasil contemporâneo, mobilize temas individuais e privados como bandeiras políticas, dando-lhes caráter supostamente “públicos”.

Paradoxalmente, contudo, os regimes de direita têm adotado, em termos econômicos, ou pressupostos “intervencionistas”, por vezes keynesianos, embora sem preocupação social (caso da ditadura militar brasileira pós-1964), ou “neoliberais” (caso da ditadura militar de Pinochet no Chile e de Bolsonaro no Brasil contemporâneo). Quando se adotam políticas econômicas neoliberais, as direitas no poder paradoxalmente (como aludido) “estatizam a vida privada”, mas “privatizam a vida pública”, numa clara dessintonia teórica.

Mas o centro definidor das direitas – é mais prudente pluralizar o conceito tendo em vista suas diversas conotações – é a defesa da propriedade privada e do construto da “ordem” como elemento assegurador de sua vigência. Daí deriva a lógica dos “inimigos” (internos e/ou externos): os judeus na Alemanha nazista; os comunistas (na guerra fria e mesmo no Brasil contemporâneo!); a esquerda em geral; os trabalhadores organizados; os homossexuais (em razão de seu comportamento tido como “desviante” e “imoral”, supostamente contrários à família burguesa); entre outros, dependendo do período histórico e da sociedade em questão. A xenofobia a determinados grupos é, dessa forma, típica do pensamento à direita, o que fez do fascismo e do nazismo expressões máximas (e extremas) das direitas, notadamente quando ascendem ao poder.

Logo, as direitas atuam em prol do capital (e dos capitalistas), por meio da “ordem” (autoritária), consequentemente opondo-se com violência – verbal, estética e física – aos que, real ou imaginariamente, se opõem ao capitalismo e/ou às desigualdades produzidas por esse sistema. Dessa forma, os trabalhadores são, via de regra, as primeiras vítimas das políticas econômicas, assim como suas organizações (sindicatos, partidos e outras formas de representação política). Tal processo é chamado, segundo G. Agamben, de Estado de exceção permanente. No caso brasileiro, sob Temer e, agora, Bolsonaro, não apenas a

“reforma” trabalhista, a terceirização irrestrita, a Emenda Constitucional 95 (que congela gastos exclusivamente sociais por 20 anos), a extinção do Ministério do Trabalho e a tentativa de impedir as fontes de financiamento sindical, entre outras, expressam de forma cabal o papel subalterno destinado ao trabalhador e a postura de aniquilação, por meios distintos, de sua representação.

Em outras palavras, as direitas “organizam” autoritariamente a “luta de classes” (conceito que negam veementemente, o que apenas comprova sua validade, embora com contornos distintos do havido no século XIX) tendo em vista o déficit de legitimidade do grande capital e de seus representantes, pois incapazes de conquistar o “voto popular”. É por isso que o grande capital necessita da direita: ora pela via militar, ora pela via populista, ou ambas, caso do Brasil contemporâneo em que, por meios ilegítimos/ilegais, via “*fake news*” direcionadas a grupos sociais vulneráveis por meio das redes sociais, constatou-se a incapacidade de as elites “jogarem as regras do jogo” provindas do liberalismo político. Logo, o “jogo sujo” das direitas torna-se fundamental para se compreender sua incapacidade de obter legitimidade, como pode ser observado nas eleições fraudulentas de Trump e Bolsonaro, reitere-se, resultantes de estratégias de manipulação digital em escala global que são a chave para desnudar o projeto da direita em perspectiva internacional.

Ressurge assim a aludida “estatização da vida privada” como elemento de manipulação, forjando-se consensos ao criar e manter a lógica permanente do “inimigo interno”: seja na economia, seja na política, seja nos comportamentos individuais e grupais. Mesmo quando a criação de determinados “inimigos” tem a função de produzir “cortina de fumaça” para temas mais relevantes serem inseridos e viabilizados, vinculados, por exemplo, à destruição de direitos e à reprodução ilimitada do capitalismo, ainda assim expressam a visão de mundo em larga medida totalitária que possuem os grupos de direita. Daí as direitas serem por excelência antissocialistas, antissocial-democratas (e mesmo antiliberais do ponto de vista da separação entre público e privado) e pretenderem englobar temas e questões privados e públicos sob a perspectiva conservadora, autoritária e totalizante e, por vezes, religiosa.

Assim, trabalhadores, pobres, negros e indígenas que rejeitam a exploração, mulheres que não aceitam papel subalterno, homossexuais e toda sorte de “desajustados” – à luz da percepção das direitas – compõem o quadro que

combina “ordem econômica” (extrema exploração do trabalho pelo capital) e “ordem política” (autoritarismo e criminalização do conflito e particularmente dos trabalhadores e dos pobres).

Tal dinâmica pinça o conceito – fortemente ilusório – de “meritocracia”, imputado exclusivamente aos trabalhadores que, por esforço próprio e individual, rejeitando o conflito (que, reitere-se, é prioritariamente de classes), deveriam se submeter às “oportunidades” geradas pela “sociedade aberta”, isto é, pela economia de mercado, “livre” portanto da regulação estatal. Nesse sentido, é significativo o já clássico livro de Kal Popper, “A sociedade aberta e seus inimigos”, como expressão sintética dos ideais da direita que se pretende “ilustrada”. Mas também são significativas as obras de inúmeros ultraliberais, como Mises, Hayek e Friedman, todos amantes do mercado e críticos das “democracias baseadas na regra da maioria”. A junção entre direita (e sua extremidade) e ultraliberalismo, caso da ditadura chilena, é bem analisado pelo livro, e o documentário, de Naomi Klein, “A doutrina do choque”, em que o *modus operandi* das direitas são explicitadas.

Portanto, é imanente ao pensamento à direita o autoritarismo pela via da imagem mística da “ordem”, tão bem representada pela grande mídia brasileira. Igualmente, a defesa da propriedade privada (e de suas classes sociais correspondentes), de valores sociais que combinam tradição conservadora (de diversas matrizes) com a referida “estatização da vida privada”, assim como a criação/perseguição a inimigos, notadamente internos, dado que os conflitos deveriam ser extirpados, configuram o cerne do pensamento à direita.

O Brasil contemporâneo tem sido palco da ascensão dessas vertentes, que combinam antiesquerdismo, antipetismo e anti-intelectualismo e, por oposto, valorização da tradição, da religião, da família tradicional, dos comportamentos pré-estabelecidos pela ordem capitalista e pela “meritocracia” burguesa aos pobres (combinação entre conservadorismo e valores burgueses). Quanto à meritocracia, as igrejas neopetencostais têm contribuído fortemente por meio da aludida “teologia da prosperidade”, que combina doutrinação religiosa com ultraliberalismo individualizante.

As direitas contemporâneas, embora profundamente reativas perante a civilização e aos direitos individuais (civis), políticos e sociais, têm, portanto, se utilizado vigorosamente das “modernas” tecnologias digitais para forjar su-

postos consensos por meio da manipulação da realidade, fundamentalmente grotesca e grosseira, tornando-a paralela ao mundo real, constituindo-se em “realidade paralela”: a referida “pós-verdade”.

As direitas representam, pois, o retorno a séculos anteriores, como o XIX, ao criarem hordas de miseráveis – tal como retratado no clássico livro de Victor Hugo na França –, pois desprotegidos de direitos trabalhistas e sociais. Para esses grupos de deserdados sociais, a “política pública” das direitas é a violência policial, a perseguição e a opressão, notadamente aos que conflituam, em particular os trabalhadores organizados e toda forma de manifestação cultural e outras de oposição e protestos.

O pacote de (in)segurança “pública”, enviado ao Congresso Nacional por Sérgio Moro – figura marcante da direita ao se utilizar do cargo de juiz para perseguir opositores, notadamente Lula, e desrespeitar integralmente o arcabouço jurídico brasileiro –, se adequa inteiramente a esse quadro: blinda as elites e criminaliza os pobres, permitindo sua matança generalizada pelos aparatos policiais.

A direita está no poder no Brasil contemporâneo, mas sua “legitimidade” – resultante de várias fraudes, entre as quais a criminalização da esquerda promovida pela Operação Lava Jato, e a eleitoral pela via de “fake news”, entre inúmeras outras – é cada vez mais questionável.

Também as instituições estatais foram, ao longo do tempo, cooptadas e/ou apropriadas pelas direitas, caso da República de Weimar, que preparou o terreno ao nazismo, assim como o Brasil contemporâneo que, a partir do golpe de Estado do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, viu as instituições (Congresso Nacional, Lava Jato, MPF, PF, PGR, TCU, STJ, STF e STE, entre outras) contribuírem fortemente com a farsa do julgamento da presidente eleita pelo voto legítimo. Portanto, é prática das direitas os golpes de Estado, seja estrito senso, pela via militar, seja por formas mais sutis, como o *impeachment* (golpe parlamentar) e o aparelhamento das instituições. E contemporaneamente pela manipulação digital da comunicação direta com os indivíduos: fraude e populismo pela via da comunicação direta.

A narrativa das direitas intenta permanentemente desconstruir a sociedade baseada em direitos, no bojo do Estado de direito democrático. Para tanto, historicamente jamais teve pudores em atentar, de forma violenta e/ou sutil, contra os direitos humanos (conceito que seus ativistas desprezam), contra a

democracia política e social (que rejeitam), contra a maioria composta por trabalhadores (cujo objetivo é explorar e oprimir) e contra as diversas minorias (notadamente mulheres, negros, indígenas e homossexuais, entre outras a depender do país), uma vez que essas são, reitera-se, consideradas “desviantes” em relação à sociedade “homogênea e dócil” em termos comportamentais sob o prisma do *establishment* do poder.

Os retrocessos civis e civilizatórios, a destruição do Estado de direito democrático e do Estado de bem-estar social – todos estavam em processo de consolidação no Brasil – é projeto histórico e doutrinário das direitas. Para tanto, figuras ignóbeis como Bolsonaro são fantoches nas mãos das elites conservadoras, ultraliberais (para os pobres) e sobretudo “rentistas”. Não há limites à destruição, real e simbólica profunda, pois representam a imagem das “trevas” (provinda do imaginário religioso que tanto pregam). Assim, a “entropia coordenada” implica estratégia de ação política construtora de visões de mundo e projetos de sociedade instrumentais ao capitalismo em sua fase neoliberal extremada, por meio do falseamento da realidade, do engodo sistemático, e da defesa de verdades e fatos alternativos às evidências empíricas e científicas, como fazem cotidianamente as direitas no poder.

No Brasil sob a direita bolsonarista, as reiteradas mentiras, meias verdades, descontextualizações, desconstruções, negacionismos, revisionismos, diversionismos e promoção de agenda reacionária ampla e diversificada ao eleger “inimigos a serem combatidos” atualiza a desconstrução da política e da democracia – espécies de “despolítica” e de “desdemocracia”. Daí a lógica do aludido “fascismo neoliberal” ser inteiramente cabível à direita brasileira, por sua vez conectada às direitas internacionais, isto é, aos interesses dos EUA e do grande capital, enfatize-se. É significativo e sintomático, portanto, que o grupo político formalmente capitaneado por Bolsonaro, cuja marca é o retrocesso político/civil, civilizatório/cultural, estético/religioso, econômico/social/trabalhista, entre outros, se utilize de hodiernas ferramentas comunicacionais para adestrar, como rebanhos acéfalos, milhões de eleitores, cuja cidadania é, em qualquer sentido, desconsiderada.

Enfatize-se que a gramática da vida política democrática, constituída por conceitos como representação, legalidade, legitimidade, instituições garantidoras da regra da maioria/respeito às minorias, previsibilidade e estabilidade institucional, presidencialismo de coalizão, separação entre os poderes, esfera

pública, garantia de privacidade e sigilo nas comunicações, eleições “livres”, soberania popular, entre tantos outros, cada vez vigoram menos, pois estão sendo derogadas em seu conteúdo, mantendo-se apenas a aparência formal. Contudo, grande parte dos analistas de distintas áreas, e mesmo de militantes políticos de esquerda, parecem crer nas estruturas da democracia liberal e em suas instituições que, reitere-se, nunca funcionaram completamente e menos ainda no Brasil, em razão dos limites interpostos pelo capitalismo e pelas correlações de forças. E nesse momento histórico, operam em larga medida com farsa.

Dessa forma, compreender essa nova dinâmica, que conflui a outros casos internacionais, é fundamental para que os partidos e militantes de esquerda façam diagnósticos corretos da chamada “ascensão das direitas” e para que se adotem formas de ação política que não apenas possibilitem às esquerdas enfrentar as direitas nos mais diversos âmbitos como possibilite ressignificar a perspectiva da hegemonia, o que implica resgatar milhões de desempregados e desvalidos, subcidadãos e párias político-sociais criados para servir ao capital nessas novas formas de escravidão contemporânea.

• • •

Este texto procurou analisar um conjunto de fatores (estruturais e superestruturais) do capitalismo contemporâneo com vistas a observar seus impactos na reformatação das classes sociais, tanto em termos de estrutura social como ideológica. Em outras palavras, procurou vincular ao limite a relação entre, por um lado, mudanças estruturais do capitalismo e, por outro lado, a subjetividade coletiva, a cultura política, os valores sociais e os comportamentos políticos.

Tal relação tem sido intermediada por grupos à direita no espectro ideológico que, embora expressem valores tradicionais e mesmo retrógrados (junção paradoxal entre ultraliberalismo na economia e conservadorismo nos costumes), se utilizam com maestria das modernas ferramentas comunicacionais para atingir diretamente públicos específicos, manipulando-os de forma ora sutil, ora grotesca, criando com isso “pós-verdades”.

Adota-se a perspectiva de “entropia coordenada” por se tratar, de um lado, de processo pulverizado e com aparência caótica, mas que, por outro lado, é fortemente coordenado pelo grande capital: figuras como os irmãos Koch e S.

Bannon são apenas a face conhecida desse capital desestruturador da democracia política e social. Tal processo simultaneamente entrópico e coordenado procura, por intermédio das direitas, como se observou, viabilizar profissionalmente o descrédito sistemático aos organismos e instituições do Estado, às regras do jogo democrático, às informações e dados científicos e de instituições de pesquisa consolidadas, visando o estabelecimento de “verdades alternativas”. Resulta desse processo a manipulação eleitoral e, sobretudo, a formação política de crescentes parcelas da população com ideários e valores funcionais ao neoliberalismo, contrários à democracia, a favor da exploração das massas de trabalhadores, da degradação ambiental e da redução das garantias e das liberdades individuais.

Aos grupos à esquerda cabe, antes de tudo, compreender o que representam as direitas e como operam para, dessa forma, poderem agir nesse novo – e ainda desconhecido – ambiente constituído por trabalhadores ao mesmo tempo precarizados e plugados nas redes sociais, os que os tornam presas fáceis aos discursos simplistas, típicos das direitas.

Emergência da formação política nas igrejas na transição para a sociedade de serviços

Conforme mencionado anteriormente, a constituição do *sujeito social* é perpassada por múltiplas dimensões simbólicas, subjetivas e socioculturais próprias de cada período histórico. Dentre as diversas instituições modernas envolvidas na constituição do sujeito social, observa-se a grande relevância das igrejas na estruturação do convívio social. A importância da religião e atuação das igrejas não são fenômenos sociais recentes. Os primeiros estudos sociológicos realizados por Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber²⁵ identificam e demonstram a importância das dimensões social, simbólica, política e cultural.

Além dos atributos teológicos, míticos e divinos, a religião desempenha funções socializadoras, criadora de visão de mundo e do sentimento de pertencimento a uma comunidade de sentidos. Desse modo, a análise do fenômeno religioso

²⁵ Registra-se que Hubert Spencer e Auguste Comte trabalharam o tema antes dos fundadores da Sociologia. Todavia, a partir destes identifica-se as principais contribuições sociológicas. Para mais informações ver as contribuições: SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

na contemporaneidade é uma variável significativa para a compreensão dos atuais processos de mudanças sociais. Neste sentido, a análise da formação política na igreja passa por explicitar três aspectos: (a) A atuação política da religião não é uma novidade contemporânea; (b) A principal diferença é a proliferação das igrejas neopentecostais a disputar de poder religioso e político com as instituições tradicionais; e (c) As igrejas neopentecostais estão ressignificando as visões de mundo e gerando sentimento de pertencimento a comunidades específicas.

Ao aprofundar os aspectos analíticos em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim identifica dois aspectos fundamentais para a compreensão deste fenômeno social: as relações dicotômicas como sagrado/profano e as implicações do caráter coletivo da religião. Em suas palavras esse fenômeno coletivo consiste num “sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem” (DURKHEIM, 2000, p. 32).

Embora Karl Marx não tenha se dedicado diretamente ao estudo das religiões, suas contribuições trazem a crítica ao modo de produção capitalista. Especificamente no que se refere à alienação e ao materialismo histórico, Marx e Engels decorrem as suas principais críticas à religião enquanto *ideologia*. A recorrente conotação “a religião como ópio” deve ser analisada de maneira contextualizada na obra de Karl Marx a partir de suas definições estruturais.

A religião enquanto um fenômeno da modernidade teve um lugar de destaque na perspectiva weberiana. Utilizando a sociologia compreensiva como forma de interpretação da realidade Weber insere a discussão acerca da religião como parte fundamental de seus estudos sobre o capitalismo. Em *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*, Weber expõe a reciprocidade entre a religião e o capitalismo, inaugurando uma nova interpretação acerca das influências da religião na organização social, principalmente do protestantismo e os valores estruturantes do capitalismo moderno.

Essas breves considerações acerca das contribuições clássicas da Sociologia nos estudos das religiões demonstram a recorrência e a importância desta temática para a compreensão da realidade contemporânea e a constituição do sujeito social. Todavia, é necessário mencionar que muitas transformações ocorreram a partir de tais considerações, tanto que no próprio fenômeno social quanto nos

novos estudos sobre o tema. As religiões e as igrejas têm sido objeto de estudo de muitas áreas do conhecimento, com distintas abordagens e múltiplas análises. As igrejas, enquanto objeto de estudo, não são novidades da modernidade.

Considerando as mudanças apresentadas anteriormente, é importante destacar que a emergência da formação política nas igrejas na transição para a sociedade de serviços é uma peculiaridade a ser discutida. Para tal, é necessário descrever a migração e a projeção religiosa no Brasil, as características das igrejas modernas e as consequências para a formação e a interação social e as igrejas enquanto espaços de formação política.

A ascensão das religiões neopentecostais

Para compreendermos as atuais mudanças no campo religioso convém recordar que o catolicismo influenciou profundamente a formação da identidade do país. A princípio como religião oficial da Coroa Portuguesa, o catolicismo tornou-se parte fundamental para a implantação das novas formas de relações e do poder português. Desde a colonização, o catolicismo tem sido o sistema religioso hegemônico e atuado nas principais questões sociais e políticas do país. A capacidade de organização, enraizamento e capilaridade da Igreja Católica demonstra seu poder de influência sobre outras searas.

Considerando o período recente, observa-se a sinergia entre os movimentos sociais; a atuação das organizações religiosas e campanhas de arrecadações; a formação da categoria profissional de Serviço Social; a assistência à população carente; e a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além de sua atuação enraizada e diversificada, a Igreja Católica, historicamente, tem o maior número de adeptos. Todavia, as demais religiões permaneceram com suas práticas, rituais e inserções. Dentre elas destacam-se as tradições religiões indígenas, povos de matriz africanas e as diversas denominações protestantes.

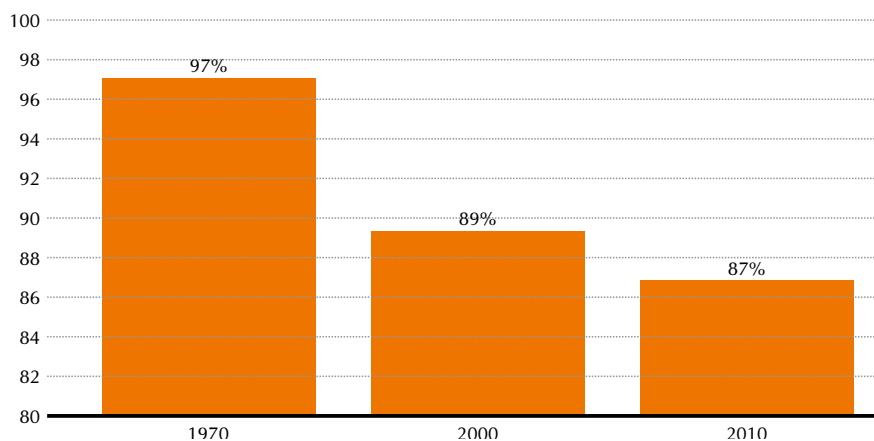
As primeiras atuações dos evangélicos no Brasil pode ser localizada após a Independência, por meio da presença de imigrantes ingleses anglicanos e europeus luteranos. Outro momento importante para o desenvolvimento do protestantismo foi a partir dos “evangélicos de missão”. Esse movimento mundial de expansão da religião protestante e, posteriormente, da ascensão do neopentecostalismo. De acordo com José Eustáquio Diniz Alves (2017), identifica-se três *ondas de crescimento*:

A primeira ocorreu entre 1910 e 1911 com a fundação da Congregação Cristão no Brasil e Assembleia de Deus, respectivamente – essa onda foi denominada de “pentecostalismo clássico”. A segunda onda iniciou-se em 1950 com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular. E a terceira onda iniciou-se em 1970 com a fundação as Igrejas Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e outras.

A significativa expansão das igrejas neopentecostais no século XX foi um fenômeno intenso e num curto período de tempo, se comparado com a atuação secular da Igreja Católica. Estudos recentes têm demonstrado a diminuição da predominância de católicos e o aumento significativo do número de evangélicos, principalmente neopentecostais. Entre os estudiosos das religiões, a Igreja Católica pode ser considerada a “doadora universal” de adeptos, ou seja, tem maioria originariamente adepta e perde fiéis para todas as demais religiões.

O gráfico abaixo demonstra a queda no percentual de cristãos de 1970 a 2010. Considerando a terceira e a contínua expansão dos neopentecostais, os estudos a partir do último censo já apontam, nas próximas duas décadas, haverá a perda da hegemonia católica no país, sendo que em 2040 será um país predominantemente evangélico (ALVES et al., 2017).

Gráfico 1: Porcentagem de cristãos no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de Alves et al., 2017.

O crescimento das igrejas evangélicas não se restringe ao cenário brasileiro. É preciso considerar as mudanças globais ocorridas no campo da religião. No entanto, interessa-nos, precisamente, constatar que a proliferação das igrejas neopentecostais e o aumento de adeptos a essas igrejas têm gerado uma ressignificação nas relações sociais. Conforme mencionado anteriormente, observa-se mudanças significativas a partir da atuação das igrejas neopentecostais.

Brasil católico, Brasil evangélico, Brasil neopentecostal

A análise dos dados do último censo, utilizando a metodologia REC (indicador de transição entre dois grupos cristãos) explicita que está em curso uma mudança na correlação de forças entre católicos e evangélicos. A Igreja Católica perde sua hegemonia e observa-se a proliferação de igrejas neopentecostais e o aumento de adeptos.

Os dados do censo demográfico possibilitam classificar e qualificar o panorama entre católicos e evangélicos no Brasil. No entanto, essa disputa ganhou a centralidade do debate a partir das eleições presidenciais de 2018, seja pelo enfoque nos evangélicos ou pelo resultado eleitoral correlacionado à denominação religiosa. A partir deste pleito, inicia-se o debate acerca da força dos evangélicos. Nos termos de José Eustáquio Diniz Alves “o que fez a diferença foi o peso do voto evangélico, pois a estimativa indica que Bolsonaro tem mais de 11 milhões de votos do que Haddad no eleitorado evangélico (em todas as suas múltiplas denominações)”.

O crescimento do número de evangélicos e a concentração deste voto na última eleição tem despertado o interesse e a busca pela compreensão da atuação das religiões evangélicas. Refere-se a cerca de 50% da população em alguns municípios espalhados em diversas denominações, com destaques para as igrejas dirigidas por Edir Macedo e Silas Malafaia. A vinculação entre política e religião não é uma novidade em si. A atuação da igreja católica em momentos cruciais da história do Brasil, a solidez da “bancada da bíblia” e os financiamentos a candidatos são alguns dos exemplos da conexão entre religião e política.

No entanto, a disputa pelo poder político ou pela influência política entre as igrejas Católica e Evangélica merece atenção. De acordo com Michel Foucault, o poder não possui centralidade única em que possa ser condensado. O poder

constitui-se em práticas discursivas, flui e entrelaça nas microrrelações. Essa é uma definição importante para compreender a ressignificação das visões de mundo e a criação do sentimento de pertencimento a comunidades específicas.

Ao discorrer sobre o avanço do neopentecostalismo no Brasil estamos enfatizando uma prática religiosa semelhante à atuação da Igreja Católica nos momentos de crise social: presente e atuante onde as pessoas estão necessitando de sentido e acolhida. A realidade brasileira é profundamente marcada pela desigualdade social. O Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo. A pobreza e a miséria estão constantemente presentes no cotidiano dos brasileiros. Somam-se ao cenário de escassez a violência e a desproteção do Estado. As igrejas atuaram, historicamente, na assistência e no direcionamento dos seus adeptos. A prática religiosa não é apenas devocional. Ela fornece uma visão de mundo para os seus fiéis.

A expansão do neopentecostalismo ocorre simultaneamente por duas circunstâncias: a adesão de mais fiéis e a presença em mais territórios, ou seja, a igreja está onde as pessoas residem e à disposição para acolher as demandas. As ondas anteriores de igrejas evangélicas caracterizam-se pela fundação de denominações maiores e com mais pujança. Nas últimas décadas observa-se a proliferação de igrejas de pequeno e médio porte nas periferias de todo o país. Isto é, uma igreja enraizada no território, próxima e com capacidade de resolver os problemas individuais. Uma igreja que atua no território, com capacidade de contribuir na solução dos problemas individuais e cotidianos, oferta aos seus fiéis os atributos elementares para sua sobrevivência.

Conforme mencionado anteriormente, está em curso um período de significativas mudanças na estrutura produtiva, cujas principais consequências do aprofundamento da crise do capitalismo são a miséria, a pauperização, a precarização do trabalho, a destruição ambiental e o isolamento social. A maioria da população brasileira recai na permanente desproteção social, conforme análise de Serge Paugaman sobre a fragilização e ruptura dos vínculos sociais por meio do processo de desqualificação social. Em suas palavras, a desqualificação social

Caracteriza o processo de expulsão do mercado de trabalho de franjas cada vez mais numerosas da população e as experiências vividas na relação com a assistên-

cia, que as acompanham em diferentes fases. A desqualificação social ressalta o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres atendidos pela assistência. (PAUGMAN, 1999, p.42)

Ao analisar a coesão social nas sociedades modernas, Paugman destaca cinco elementos definidores dessa relação: estigmatização, desqualificação social, impossibilidade de reação dos pobres, adaptação com relação à assistência e a precisão das condições sócio-históricas. Esses elementos perpassam a teoria e tipificam o processo em fragilidade, dependência e ruptura dos vínculos sociais. A fragilização dos vínculos sociais é enfatizada a partir das dificuldades de inserção no mercado de emprego. Nesse sentido, a pobreza agrega dimensões subjetivas como inferioridade, medo, culpa, humilhação, perda de dignidade, fechamento no espaço familiar, desintegração familiar e, finalmente, ruptura de vínculos sociais.

No contexto de desqualificação social, a proliferação de instituições próximas e capazes de oferecer soluções para os dramas sociais individuais encontra um terreno fértil para proliferação e enraizamento. A expansão do neopentecostalismo no Brasil caracteriza-se pela oferta de uma *visão de mundo* que combina a valorização do sujeito e o apontamento de soluções imediatas e individuais. Pretende-se afirmar a partir das análises de Paugman que a função política exitosa das igrejas é proporcionar alternativas para a vida cotidiana de seus fiéis. O *religare* entre o divino e o humano se dá pela assertividade de seus problemas. Observa-se que na sociedade de serviços a religião desloca-se da perspectiva de engajamento coletivo para a lógica individualizada, meritocrática e direta com os sujeitos envolvidos.

É importante destacar que, segundo os dados do último censo, 64% dos frequentadores ganham até um salário mínimo e majoritariamente residem nas periferias. A desproteção social não é a única variável explicativa da adesão a determinada religião, mas contribui para explicitar o papel social e político da religião. No período de redemocratização, a Igreja Católica participou ativamente, por meio dos movimentos sociais organizados, na mobilização para a promulgação da Constituição Cidadã. Posteriormente, engajou-se na luta pela garantia de direitos nos Conselhos Participativos e na organização de categorias profissionais como o Serviço Social.

A sociedade de serviços caracteriza-se pela predominância dos valores individuais, de curto prazo e de sobrevivência cotidiana. A religião torna-se fundamental na criação de uma *visão de mundo* que possibilite a criação de condições para a superação das dificuldades. Os estudos weberianos já demonstraram as consequências da articulação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Atualmente, identifica-se que as religiões neopentecostais operam com um conjunto de valores condizentes com os desdobramentos do capitalismo. Exclusivamente ao indivíduo cabe a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional, e demanda das habilidades necessárias para a manutenção das relações sociais.

É válido ressaltar que na perspectiva psicanalítica somos sujeitos de desejo, ou seja, movidos de maneira intrínseca pela “capacidade de desejar”. Simultaneamente, submetidos à existência de múltiplas formas de escassez e perpassados pela angústia do desejo não realizado. As relações sociais contemporâneas caracterizam-se por situações de abandono e desamparo. Os desdobramentos do avanço neoliberalismo como os processos migratórios para os centros urbanos, aumento da pobreza, a precarização do trabalho têm provocado mudanças profundas na constituição do *ser social*.

No dizer de Castilhos (2019):

Reduziu o Estado e dispersou pontos de encontro da população, provocando a orfandade coletiva. Assim, fez surgir uma reevangelização de massas pentecostais, a “teologia da prosperidade”, o coaching e os dispositivos de autoajuda como tentativa de apaziguar o desamparo e a dispersão. Os alicerces da família e da religião têm funcionado como solução de crises de pânico e desamparo.

Neste sentido, o sujeito contemporâneo caracteriza-se pelo “desempenho religioso com o ideal fixado muito mais na autorrealização, na conquista, no autoempreendedorismo e na imagem performática”.

Na perspectiva de Castilhos (2019), situações de abandono e desamparo possuem interpretações e consequências distintas. O abandono indica as possibilidades de estagnação, isolamento e impotência, originando medo, ruptura de vínculos, culpabilização, violências, adoecimento psíquico (ansiedade, depressão e síndromes) e a apatia/isolamento social. As dificuldades advindas da frustração dos desejos, das perdas, das rupturas e desencantamentos podem

gerar nos indivíduos o sentimento de impotência e, conseqüentemente, promover fragilidades sociais caracterizadas pela ausência de vínculos.

Por outro lado, a “consciência do desamparo pode gerar a emancipação, sobretudo, quando somos capazes de manejar, minimamente, a angústia ante as mudanças” (CASTILHOS, 2019). Na esteira do desamparo, apreendido enquanto possibilidade de mudança, surge o desejo de criar vínculos, resistência e potência dos sujeitos sociais. Os vínculos sociais possibilitam o sentimento de pertencimento. Sentir-se parte de uma coletividade apresenta duplo benefício, tanto na esfera individual quanto na constituição da própria coletividade.

Sentimento de pertencimento e a sociabilidade

As igrejas, enquanto instituições sociais, desempenham o papel histórico de agregar pessoas e criar o sentimento de coletividade. Ser membro de um grupo religioso é possuir um distintivo na vida social, uma marca identitária que vincula a outros sujeitos. Retornando ao exemplo da tradição católica, observa-se que a profissão dos valores cristãos traz ao sujeito um conjunto de orientação de vida e, ao mesmo tempo, o coloca como parte de uma comunidade de sentido. Um exemplo explícito da importância do sentimento de pertencimento são os rituais religiosos. Desde o nascimento, os fiéis são inseridos numa comunidade de fé e de doutrina. O batismo e o casamento são alguns dos rituais que melhor exprimem o enraizamento e a força do catolicismo na realidade brasileira. Além disso, a participação nas irmandades, nos grupos de jovens ou no Terço dos homens traz para os fiéis uma identidade coletiva.

Com as mudanças mencionadas anteriormente e a gradativa ascensão do neopentecostalismo identifica-se que o sentimento de pertencimento a comunidades específicas, ou melhor, comunidades pontuais para sentidos específicos. O sentimento de pertencimento ofertado e assimilado pelos fiéis neopentecostais relaciona-se ao *mundo da vida*. Isto é, um sentido de pertencimento a uma comunidade que potencializa a realização individual. É um tipo fluido, específico e forte de enraizamento.

Para explicitar tais constatações podemos comparar os direcionamentos dados pela Igreja Católica na década de 1990 e a perspectiva adotada pelas igrejas neopentecostais na atualidade. Para a primeira, o engajamento social, o sentido da caridade e a inserção na vida comunitária balizavam a atuação

do cristão. Diferentemente, a segunda perspectiva, decorrente da teologia da prosperidade, apresenta-se cada vez mais individualizante, específica e imediatista. O sentimento de pertencimento atribui-se, portanto, à vinculação do sujeito a uma instituição localizada no território e capaz de motivar as capacidades e habilidades necessárias para a solução dos problemas individuais. O sujeito tem se tornado cada vez mais a unidade de sentido, aquele que demanda e no qual a graça se realiza.

As atuações em contextos de abandono e desamparo permitem constatar a influência das igrejas na produção do sentimento de pertença a comunidades específicas. A expansão das igrejas neopentecostais não foi apenas no quantitativo de adeptos, mas no número de igrejas existentes nas vilas, morros e favelas. Atualmente, a presença das igrejas independentes é uma marca expressiva nas periferias de todo o país. A igreja no território é uma porta de atendimento às demandas individuais. É uma porta aberta para a acolhida daqueles que querem *a mudança de vida*. Essa mudança passa desde a libertação dos vícios até a mudança da visão de mundo.

Sem especificar os aspectos relativos, a conversão e a experiência de fé é importante recordar que as mudanças apresentadas pelos fiéis são demonstrações reais de força, resistência e superação para os demais moradores. A indumentária da Igreja Universal do Reino de Deus ilustra tal situação. As transformações simbólicas merecem atenção ao analisarmos os processos de sociabilidade. A roupa utilizada pelos adeptos é uma indumentária distintiva de sua posição social. As batinas dos padres; o hábito das *irmãs de caridade*; *torço* e filá da mãe de santo; as guias e o branco dos médiuns expressam o status das religiões. A indumentária das religiões neopentecostais são os ternos e as roupas estilo social. Em geral, utilizadas pela classe média em situações de prestígio social. O convertido, e principalmente os pastores, fazem uso de estilo semelhante a categorias profissionais que são bem quistas no mercado (advogado, parlamentares, executivos, empresários etc.).

Formação política: sujeitos e coletividades

As influências das religiões neopentecostais na formação política ocorre de forma bastante diferente das experiências anteriores. As instituições religiosas sempre tiveram atuação política na sociedade brasileira, seja de forma explí-

cita em seus posicionamentos ou pelo direcionamento doutrinário. O que se observa na atualidade é uma resignificação da atuação religiosa na esfera política. Dentre os aspectos a serem analisados, merecem destaque: a proliferação e a capilarização das igrejas independentes nas periferias brasileiras; a mudança de enfoque e visão de mundo condizente com a sociedade de serviços e a criação de vínculos fluidos e imediatos, gerando o sentimento de pertencimento a comunidades específicas.

Considerando a atuação das igrejas neopentecostais, percebe-se que as influências políticas ocorrem na constituição de uma visão de mundo individualista, pautada pelos valores do mercado (mérito, competição, culpabilização pela situação de fracasso social) e ausência do sentido tradicional de coletividade. Desse modo, as relações sociais são direcionadas pela primazia do individual sobre o coletivo; do atendimento imediato em detrimento das transformações de médio e longo prazo. Se levarmos aos desdobramentos para as escolhas eleitorais, é possível sugerir que a confiança política seja atribuída a candidatos que valorizem o mérito individual, os atributos do mercado, as soluções rápidas e imediatas, antitradicionais e que reconheçam no sujeito desamparado a potência para a superação sem a interferência do Estado.

A laicidade do Estado brasileiro tem sido amplamente discutida e demonstrada suas controvérsias. O reconhecimento do peso político do neopentecostalismo nas últimas décadas demonstram como as igrejas têm influenciado politicamente seus adeptos. Estamos tratando de uma relação de confiança estabelecida no território e vinculadas diretamente ao indivíduo. As igrejas neopentecostais apresentam a resignificação de duas estratégias condizentes com a modernidade. A primeira é a ênfase territorial, já experimentada pela Igreja Católica. A Igreja está onde as pessoas estão. A metáfora territorial “ao lado da casa abandonada” facilita a capacidade de incidir sobre a vida cotidiana do sujeito. Atualmente, as igrejas neopentecostais se posicionam geográfica e estrategicamente onde residem os maiores contingentes populacionais em situação de desproteção social. O território tem importância significativa nos processos sociais.

Milton Santos (1999), ao discorrer sobre as suas implicações políticas, adverte:

Não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em

si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

A presença das igrejas no território não é uma novidade. No entanto, a presença de igrejas que estejam no território tratando diretamente das consequências das questões coletivas e constituindo uma visão de mundo ancorada na lógica de mercado representa uma mudança significativa na formação política da igreja. Os votos no pleito de 2018, a eleição de pastores e o direcionamento político representam um patamar de resignificação do protestantismo na modernidade.

Experiência de formação política pela Fundação Perseu Abramo (2013-2019)

Projeto: Rede Nacional de Pesquisadores Associados

Iniciada em novembro de 2018, o projeto da Rede Nacional de Pesquisadores Associados (RNPA) é uma iniciativa inédita da Fundação Perseu Abramo que tem como objetivo formar pesquisadores de campo integrados em caráter nacional e desenvolver pesquisas que sejam próprias com dados primários prospectados dentro do próprio campo petista. O projeto veio à FPA pelo engenheiro e professor de estatística da UNICAMP, Sebastião de Amorim, que fez a proposta de uma espécie de acompanhamento do cenário político através de uma rede de pesquisadores. Assim, reunidos na sede da FPA em 28 de novembro de 2018, tem início a Rede Nacional de Pesquisadores Associados da Fundação Perseu Abramo.

A RNPA começou a atuar em dezembro de 2018 em fase de testes. Fez alguns levantamentos e logo chamou a atenção da militância petista. No início do mês, convocamos alunos e ex-alunos dos cursos de especialização, mestrado e difusão para participarem das rodadas iniciais de pesquisa. Então, desafiamos os interessados a enviar uma foto de posto de gasolina com os preços do álcool, gasolina e diesel até 04/12/2018. Com cerca de 150 preços enviados no Brasil todo, descobrimos, por exemplo, que Angra dos Reis tem uma das gasolinas mais caras do país. Fazendo levantamento e aproximações estatísticas com essas informações dispersas em território nacional, pudemos trabalhar informações como preço

médio do combustível, locais mais caros que a média e locais baratos. Do ponto de vista dos dados, a Agência Nacional do Petróleo tem isso bastante mapeado, o que nos ajudou na verificação dos dados. Estávamos interessados, naquele momento, em outra coisa. O mais importante era testar a velocidade do levantamento, a capacidade de comunicação e o espalhamento dos agentes.

O propósito da RNPA é bastante simples: ter gente espalhada por todo o país de modo a recolher dados com tamanha granularidade que permita uma visão do todo bastante consistente e, tanto quanto possível, partes verificáveis em suas especificidades. Tratar das questões gerais bem como suscitar situações específicas.

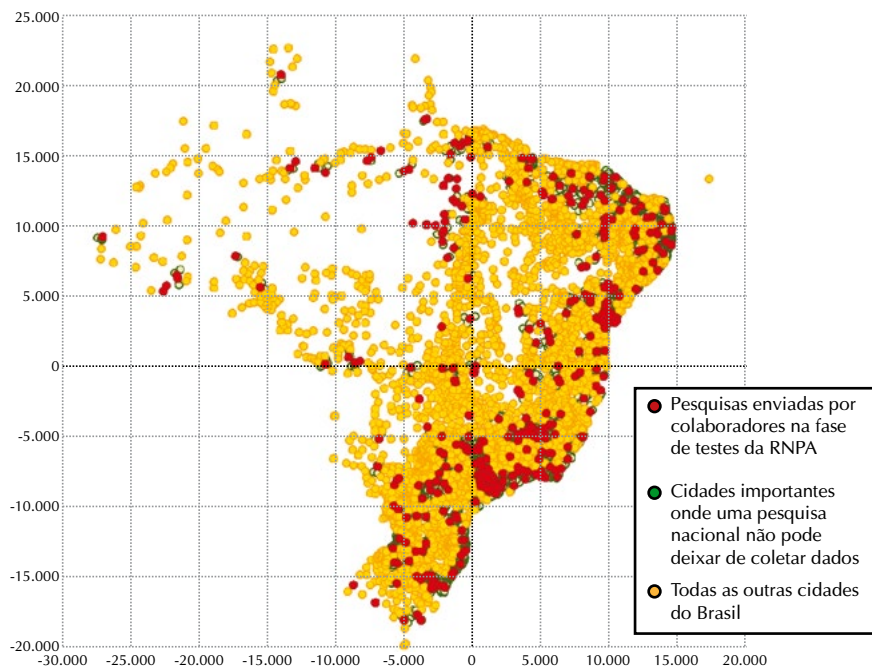
Cada um dos ex-alunos e colaboradores tornou-se um pequeno radar, acionado para recolher informações que, sistematizadas, pode dar um quadro geral do país com bastante precisão. A operacionalização dessas informações seria mais difícil, mas com a tecnologia dos celulares isso se tornou bastante plausível.

O passo seguinte foi o desenvolvimento de um aplicativo. A construção de um aplicativo próprio, que tivesse uso específico para a rede e sua singularidade, foi fundamental para a pesquisa ganhar viabilidade operacional. Foi a solução técnica de desenvolvimento das pesquisas e as linhas gerais do *software* que permitiram a conexão de pesquisadores tão distantes geograficamente tivessem uma formatação padronizada de levantamento de dados.

Primeiro, tivemos como parâmetro a necessidade de desenvolver um aplicativo simples, de fácil uso, intuitivo, que enviasse a informação de modo rápido e seguro. Depois, era preciso que esse *software* entregasse as informações colhidas em tempo real. E, finalmente, era importante que as informações enviadas fossem verificáveis e que o processamento sistematizasse para que os dados gerais pudessem apresentar o panorama da pesquisa e, a partir dele, pudéssemos investigar problemas mais específicos.

O primeiro objetivo da RNPA foi ter granularidade, espalhamento pelo território nacional e, com isso, ter capacidade de levantar informações das mais diversas regiões do país para poder começar a dizer alguma coisa sobre os temas de pesquisa em questão. O refinamento estatístico pode vir em seguida, agregando a esse propósito de espalhamento, como uma ferramenta que vai aumentando a precisão na medida em que faz ajustes no seu calibre.

Mapa 01: Pontos de captação de dados para a pesquisa nacional



Fonte: elaboração própria.

Uma pesquisa tem basicamente três momentos: preparação; realização, com a coleta de dados; e, finalmente, sistematização dos resultados. Na RNPA, a preparação passava por questões que interessam ser perguntadas de modo político ou para o acompanhamento de uma determinada questão que foi instigada pela Diretoria da FPA; ou o próprio grupo de conjuntura apresentava questões que pudessem prescindir de dados mais precisos. Depois era necessário elaborar um questionário de pesquisa, em condições de colher dados sobre o problema. Com o questionário de dados preparado, a rede é acionada e vai a campo. Colhidos os dados por meio de aplicativo, a sistematização é feita internamente e se elabora um relatório.

O mais caro e difícil de uma pesquisa em nível nacional é a pesquisa de campo. Os institutos nacionais de pesquisa, como Ibope e Datafolha, geralmente terceirizam parte da coleta em locais mais distantes ou remotos institutos menores de acordo com a demanda. Uma pesquisa nacional trabalhada a

partir da metodologia do Survey se faz com espalhamento geral e colhe cerca de 1.500 questionários. Para fazer fracionamento pelo menos em termos regionais – ou seja, além de apresentar o dado geral, falar de resultados para as cinco regiões do país – é preciso de mais entrevistas, cerca de 2.000 questionários. Qualquer estrutura fixa para ser acionada para pesquisas seria bastante cara e não há instituto brasileiro que faça isso.

Mas, o Partido dos Trabalhadores está presente em mais de 4.000 municípios brasileiros, com comissões provisórias ou executivas partidárias. Ter pesquisadores mobilizados em todo o país e construir a partir da estrutura resolve esse problema, em certa medida. Em certa medida porque é preciso treinar o militante para uma pesquisa de campo. Um militante é acostumado e preparado para argumentar, defender o partido, expor sua visão de mundo. Era preciso desnudá-lo disso. Desnudá-lo de suas ferramentas partidárias, despir de suas características militantes. O trabalho de formação nesse sentido era inverter a sensação do militante. De verbos e gestões, foi preciso treiná-los em olhos e ouvidos. A partir desse passo inicial, a estrutura criada permitia acionar recorrentemente essa gente para levantar informações. Com o instrumento correto e a postura adequada, buscava-se uma forma de resolver a questão do espalhamento necessário à pesquisa e as precauções de neutralidade iam se ajustando a partir da realidade concreta e da ação cotidiana.

Com os cuidados expostos, essa estrutura interna do PT foi acionada com ressalvas importantes. Por isso, o projeto começa com alunos e ex-alunos dos cursos promovidos pela FPA. Porque é preciso preparação, treinamento e método para ter um pesquisador de campo. E é por isso que o projeto da Rede de Pesquisadores acaba se inserindo a partir da área de formação: porque o projeto precisou formar uma Rede de Pesquisadores que ainda está em construção e provavelmente essa será uma construção constante.

A Rede Nacional de Pesquisadores Associados (RNPA) tem como propósito formar uma comunidade integrada que realiza e discute pesquisas, faz levantamento de dados em âmbito nacional e que seja capaz de subsidiar análises sobre os mais diversos temas de interesse dessa instituição, tendo foco em questões sociais, políticas e econômicas.

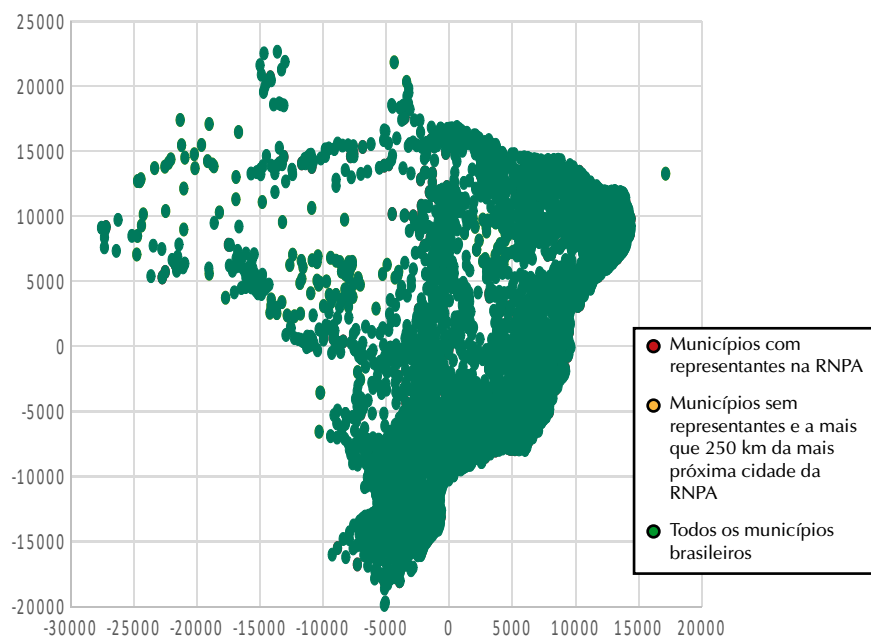
Esse fragmento de texto extraído de relatório interno da RNPA revela a ambição do projeto. A RNPA não seria apenas um projeto para levantamen-

to de dados, ela se propõe a trabalhar como uma comunidade integrada. A formação é parte fundamental e objetivo do projeto de modo que possa ser reproduzido em âmbito estadual e municipal.

Constitui como objetivo central da RNPA estabelecer um coletivo de pesquisa em âmbito nacional que seja capaz de coletar dados primários de forma rápida e precisa. A rede, como elemento metodológico de trabalho, busca constituir pesquisadores presentes e espalhados por todo o território nacional. Em termos de georreferência, trabalhamos com a meta de espalhar pesquisadores pelo mapa territorial nacional separados a, no máximo, 50 quilômetros de distância uns dos outros – obviamente levando em consideração a baixa densidade demográfica nas regiões Centro-Oeste e Norte.

No mapa 02, os pontos em amarelo representam os municípios que, em maio de 2019, estavam a mais de 250km de distância de pelo menos um membro da RNPA, eram considerados isolados e buscávamos preencher esses espaços “vazios” com representantes.

Mapa 02: Presença de representantes da RNPA no território brasileiro



Fonte: elaboração própria.

A ambição de longo prazo da RNPA é ter a capacidade de mobilização de coleta de informações que possa ser precisa em termos nacionais, estaduais e, em alguns casos, até mesmo em termos locais – levando em consideração a máxima estatística de que o tamanho da amostra é sempre inversamente proporcional ao tamanho da população. A RNPA não é um instituto de pesquisa, é uma forma de abordar o cotidiano, constante, presente. É praticamente um organismo, vai buscar adaptação à realidade. Essa granularidade da Rede associada à capacidade de troca de informação dos seus membros tem recorte maior que um instituto que é acionado para responder a uma questão específica.

Por isso, a necessidade de formar quadros capazes de preparar, realizar e analisar pesquisas com dados primários coletados. Daí a necessidade de a RNPA ter por propósito construir um quadro de colaboradores que podem ser acionados constantemente para os mais diversos levantamentos, análise e transmissão de dados.

Conectados por um aplicativo de pesquisas desenvolvido e personificado para a RNPA e com comunicação rápida por redes sociais, a RNPA pode ter, em curto espaço de tempo, capacidade exógena (de buscar dados externos para serem processados e analisados no interior dos quadros) e endógena (produzindo internamente para ser disparado para fora).

Definição dos propósitos de pesquisa na RNPA:

- 1) *Ter dados mais confiáveis possíveis:* o objetivo da RNPA é buscar uma quantidade maior de questionários e um espalhamento mais granular que os grandes institutos de pesquisa para ter uma precisão maior de resultados.
- 2) *Economia de recursos – pesquisas mais baratas:* Para cumprir os objetivos propostos no item 1, será necessário aumentar o número de entrevistas coletadas e, provavelmente, aumentar o número de pesquisadores coletando dados. Mesmo assim, supondo que faríamos 12 pesquisas no ano, seria o custo de apenas uma pesquisa de campo de um grande instituto de pesquisa.
- 3) *Microdados à disposição da FPA:* os grandes institutos de pesquisa entregam um número alto de tabelas e cruzamentos, mas não os microdados. Ou seja, aquela linha em que o entrevistado responde. Neste caso, a propriedade disso seria própria e, mesmo um tempo depois, podemos revisitar os dados

com outros cruzamentos e/ou ponderações para comparar com dados atuais e levantar questões que antes eram menos importantes ou descartadas.

Balanço do primeiro ano DE RNPA: 2019

Foram duas práticas constantes em 2019 para organizar a RNPA: 1) Editais de convocação para novos pesquisadores – há uma rotatividade natural sobre a participação; 2) As pesquisas propriamente ditas. Foram nove pesquisas de campo em 2019 e vários testes em nível local.

Os editais

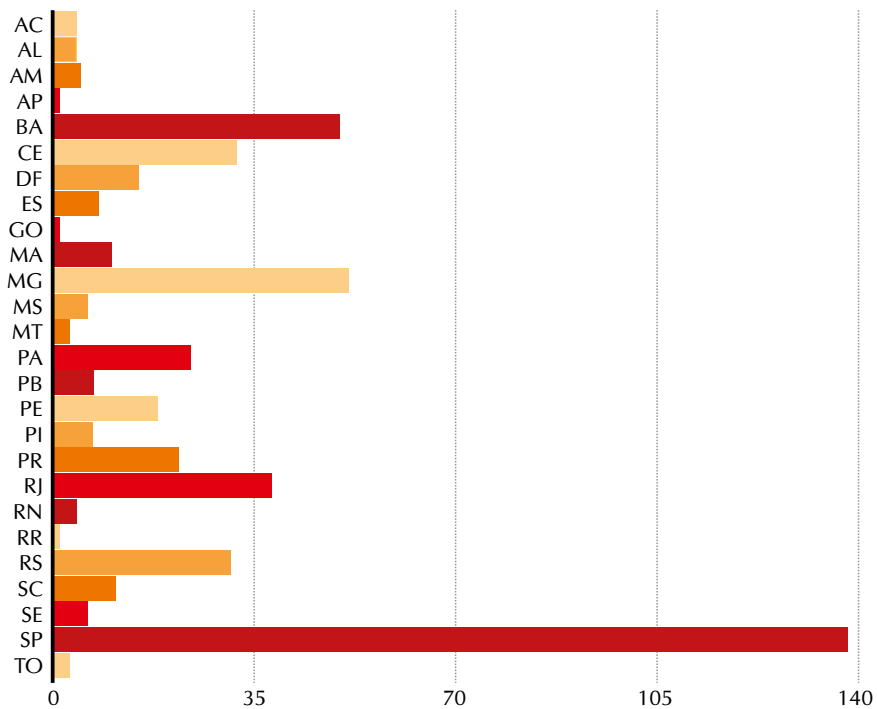
Algumas condições são necessárias para tornar-se pesquisador de campo da RNPA. Preencher a inscrição e concordar com os termos do edital de convocação é a primeira. Além disso, é necessário encaminhar documentação e termo de confidencialidade dos dados, pois temos o compromisso de confidencialidade com o entrevistado. É importante destacar que, em média, metade dos inscritos nos editais não encaminha sua documentação e, portanto, não são formalizados na RNPA.

Tabela 1: Pesquisadores inscritos e vinculados oficialmente por edital

Número Edital	Data (início e final)	Número de Inscritos	Cidades	Pesquisadores de campo aprovados	UFs
1	06 Fev. 2019 a 11 Fev. 2019	303 inscritos	149	185	27
2	14 Mar. 2019 a 01 Abr. 2019	272 inscritos	114	99	25
3	02 Mai. 2019 a 27 Mai. 2019	158 inscritos	88	55	24
4	11 Jul. 2019 a 10 Ago. 2019	229 inscritos	113	73	24
5	11 Set. 2019 a 29 Set. 2019	434 inscritos	98	88	24
TOTAL 2019		1.397 inscritos	562 cidades	500 aprovados	27 UFs

Em 2019, embora tenhamos 500 pesquisadores oficialmente cadastrados como pesquisadores de campo, se inscreveram 1.397 pessoas para participar da RNPA.

Gráfico 1: Total de inscrições por estado brasileiro



Quadros 1 a 9: Dados gerais das pesquisas realizadas

Dados gerais P01 – Reforma da previdência	
Data	26/03/2019 a 30/03/2019
Coleta	976 enviadas
Pesquisadores	92 envolvidos
Cidades	63
Estados	21

Dados gerais P02 – Avaliação dos 100 dias de governo Bolsonaro	
Data	05/04/2019 a 08/04/2019
Coleta	1470 entrevistados
Pesquisadores	116 envolvidos
Cidades	83
Estados	26

Dados gerais P03 - Caminhoneiros	
Data	02/05/2019 a 18/05/2019
Coleta	648 entrevistados
Pesquisadores	63 envolvidos
Cidades	44
Estados	16

Dados 26/05 – Manifestações pró-governo	
Data	26/5/2019
Coleta	222 entrevistados
Pesquisadores	28 envolvidos
Cidades	20
Capitais	11

Dados 30/05 – Manifestações pró-educação	
Data	30/05/2019
Coleta	510 entrevistados
Pesquisadores	43 envolvidos
Cidades	32
Estados	12

* Total de 732 entrevistas e 43 pesquisadores envolvidos

** Muitos pesquisadores não tiveram condições de realizar mais entrevistas porque em alguns casos foram expulsos do ato porque realizavam pesquisas, em outros casos o caminhão de som orientou os manifestantes a não responder às questões, ou porque foram hostilizados.

Dados gerais P05 – Greve geral	
Data	14/06/2019 a 18/06/2019
Coleta	1510 (840 durante a greve)
Pesquisadores	86 envolvidos
Cidades	74
Estados	20

Dados gerais P06 – Avaliação de seis meses de governo Bolsonaro e Vaza Jato	
Data	11/07/2019 a 15/07/2019
Coleta	1454 entrevistados
Pesquisadores	103 envolvidos
Cidades	91
Estados	21

Dados gerais P07 – Avaliação do governo Bolsonaro	
Data	11/09/2019 a 21/09/2019
Coleta	1412 entrevistados
Pesquisadores	95 envolvidos
Cidades	72
Estados	21

Dados gerais P08 – Cultura política	
Data	30/10/2019 a 08/11/2019
Coleta	1845 entrevistados
Pesquisadores	135 envolvidos
Cidades	89
Estados	23

Dados gerais P09 – Uber versus táxis	
Data	08/12/2019 a 23/12/2019
Coleta	809 entrevistados
Pesquisadores	45 envolvidos
Cidades	2
Estados	2 (SP e BA)

A experiência da RNPA é construir não apenas capacidade de pesquisa e de levantamento de dados, mas uma rede no sentido colaborativo do termo. A proposta é formar uma grande comunidade de militantes interessados em dialogar sobre o Brasil com dados factuais. Chamamos de pesquisador e buscamos formação constante para isso, na prática do dia a dia, a associação de uma pessoa disposta a participar do processo nos seus mais diversos níveis, desde o mais ferramental: coletar dados da sua localidade (do bairro, cidade – pode ser um preço de combustível, açúcar, pão etc.; pode ser um dado da percepção – se um serviço melhorou ou não; ou pode ser uma opinião: “o que acha da prefeitura?”).

Conforme o engajamento se realiza, o pesquisador não é um mero coletor de dados, pode colaborar em diversas fases do processo de pesquisa: pode ajudar na elaboração e ter acesso aos resultados gerais e nacionais; e, então, poderá colaborar com a preparação do questionário, com a sistematização da pesquisa, com a elaboração da interpretação, ou mesmo com a divulgação e análise dos resultados e com o debate.

A única fase em que os procedimentos têm uma preocupação técnica sem envolver o colaborador é a seleção da amostra, para que seja representativa e espalhada. Obviamente, o relatório geral impede que certas conclusões sejam tomadas ou permite que certos dados sejam analisados. Quais dados não podem chegar à conclusão ou quais dados podem ser explorados depende menos de decisões e debates e mais da ciência e da técnica usada nas amostras.

Excetuando as situações ligadas à precisão amostral, a proposta é constituir uma rede que tenha o maior grau de horizontalidade possível, que se propõe a estar em todo o país e que busque entender a sociedade brasileira. Sempre no intuito de poder transformá-la de modo a contribuir com a justiça social e a democracia.

Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública

Há evidências de que até bem pouco tempo, pouco mais de dez anos, o tema Gestão Pública não tinha um plano de ação estruturado para sua aplicação e desenvolvimento, tampouco um programa acadêmico que desse conta do seu conteúdo em sua totalidade e especificidades. Quem sabe por ser muito mais fácil e dinâmico discutir e criar conteúdos para políticas públicas do que para gestão pública, que requer, entre outros ingredientes, discutir o modelo de gestão a ser aplicado, se participativo ou de forma horizontal, envolvendo o público interno e externo; ou se fechado em si mesmo, numa visão vertical, voltado apenas aos gestores e ao grupo de apoio; ou ainda, se uma gestão é capaz de introduzir mudanças visando à consolidação de direitos ou apenas existe para cumprir uma etapa de governo, sem nenhum compromisso com o futuro e com a população de uma forma geral, principalmente para as pessoas com menor poder aquisitivo e maior necessidade de assistência, entre outros atributos administrativos, políticos e sociais.

Uma pesquisa na *web*, feita no final da década de 1980, apontava a existência de pouco mais de 20 cursos de especialização em políticas públicas no país e nenhum em gestão pública – o que demonstra que praticamente tudo que foi criado e gerido nesse setor de conhecimento e, por que não dizer, profissional, só ocorreu a partir da década de 1990, com o surgimento dos primeiros cursos de especialização e mestrado, e mais adiante de graduação, nesse setor,

chegando à atualidade, quando se tornou comum a oferta de cursos presenciais ou EaD dessa modalidade.

Apenas a título de registro, vale lembrar que o curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Social e seu respectivo laboratório, desenvolvidos pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, campus Engenheiro Coelho/SP, a partir da experiência do modelo de gestão da prefeitura de Artur Nogueira/SP, comandada pelo prefeito Marcelo Capelini – na época, filiado ao Partido dos Trabalhadores – foi dado como sendo o primeiro curso nacional nessa modalidade e amplamente divulgado pela imprensa, tanto o curso como o laboratório.

A academia, que em sua grande parte, ainda hoje, produz conhecimentos voltados ao mercado, até então não enxergava a gestão pública como um campo promissor, financeiramente falando, ou quem sabe não havia acúmulo de conhecimentos suficientes que pudessem produzir cursos nessa linha de atuação e, principalmente, por não haver, na época, público interessado suficiente que os tornassem viáveis. Esse acabou sendo um dos motivos de não acontecer o segundo curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Social do UNASP.

Buscando num primeiro momento interação com prefeituras e mandatos petistas, troca de conhecimentos, assim como levar algumas práticas exitosas em gestões petistas para quem viesse participar, a partir da formulação de um processo de capacitação continuada, nasce, de forma prática, em abril de 2013, na cidade de Cuiabá, o Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública da Fundação Perseu Abramo, voltado às prefeituras petistas, mandatos legislativos e outros espaços organizados, normalmente solicitados pelas direções do PT local e/ou estadual, ou mesmo movimentos organizados, com o curso Plano de Governo e Ações para Governar, envolvendo um público variado de gestores, legisladores, movimentos sociais e sindicais e outras pessoas indicadas pelos gestores.

A proposta era ter um Programa capaz de gerar conhecimentos de determinadas áreas fundamentais de uma gestão pública, ancorado pelo Plano de Governo, que se bem cuidado se torna um grande instrumento para um Plano de Ações Estratégicas de Governo, em qualquer espaço de gestão. Como visão estratégica, o Programa visava também contextualizar e

contribuir com o Modo Petista de governar, legislar e se relacionar com a sociedade, envolvendo os diversos públicos internos e externos e propondo diversas ferramentas testadas ao longo do tempo nas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores.

O Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública encabeçou, e foi parte integrante até dezembro de 2016, da Área do Conhecimento e do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Fundação, que levou conhecimento e fez história nas cinco regiões do país e teve como o primeiro e principal, o curso Plano de Governo e Ações para Governar, que em regras gerais discutia e apresentava um cardápio de possibilidades para a formulação, aplicação e acompanhamento de um Plano de Governo Participativo.

Algo que merece destaque vem do fato das pessoas que participaram dos cursos do Programa, ao responderem o questionário de avaliação sobre os cursos, expressarem sua gratidão e contentamento com o formato, conteúdo e dinâmica que os envolviam, deixando claro que eles cumpriam a que se destinavam, envolviam os participantes e ofereciam novas propostas de organização e relacionamento com o público interno e externo da gestão pública e dos mandatos legislativos.

O Programa não só mostrou a necessidade de uma ação continuada de capacitação nos espaços onde o PT governa, legisla e se relaciona com a sociedade como também de ampliar a discussão a partir dos planos de governo, discutir no processo de alianças como garantir o protagonismo da população organizada no ato de governar e legislar, como principalmente de integrar as ações de governo a partir de uma ação compartilhada construída e gerida a várias mãos.

Com todo trabalho realizado e envolvimento do público, a partir dos diversos debates que os cursos propunham, é possível afirmar que o Programa tenha cumprido sua tarefa e deixado várias inquietudes para ações futuras, como a necessidade de estruturação da base dos mandatos e da máquina pública para continuidade das ações propostas pelo Programa, quando outros partidos com outras ideologias vierem a governar.

O Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública, trabalhado no período de 2013 a 2016, foi composto por três cursos: Plano de Governo e Ações para Governar, Empreendedorismo Social e Economia Solidária e Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Programa foi estruturado a partir de várias experiências exitosas de prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores, como Santo André e Osasco, porém o eixo principal vem da experiência bem-sucedida na prefeitura de Artur Nogueira, cidade da Região Metropolitana de Campinas, que na gestão do prefeito Marcelo Capelini, em seu segundo mandato, de 2009 a 2012, através da Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Sustentável cria o Grupo Gestor de Integração e Planejamento como uma nova proposta de governar a várias mãos e o torna uma nova ferramenta deliberativa de governo.

Essa ação foi inspirada na proposta de Paulo Freire, apresentada em 1989 numa conversa sobre uma entidade de mutirão, com a visão de uma gestão como um grande carrossel, com todos os setores internos e externos trabalhando de forma integrada e produzindo resultados planejados. Também foi inspirada no legado de Carlos Matus (1931-1998), ex-ministro da Economia do governo de Salvador Allende que, entre outras ações, propõe que o processo de gestão, por exemplo, num governo municipal, seja estruturado a partir de um Gabinete Dirigente Central, composto pelas mentes centrais de governo e o Gabinete Tecnopolítico, composto por representantes dos diversos setores do governo, que, na prática, vão materializando as demandas, envolvendo e interagindo com os diversos setores organizados da sociedade, além do envolvimento do público interno.

O Grupo Gestor atuou por quatro anos, gerando vários resultados positivos na gestão da prefeitura e autarquias, contribuindo para o que o prefeito ganhasse três prêmios nacionais por eficiência em gestão, além de ser finalista do Prêmio SEBRAE de 2011, junto com a experiência da Agricultura Participativa. Também foi responsável pela criação do primeiro curso nacional de Pós-Graduação e um Laboratório em Gestão Pública Social, no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), com uma turma formada. Em novembro de 2011, as experiências, tanto a do Grupo Gestor como a do curso e do laboratório do UNASP, foram apresentadas na Secretaria Geral da Presidência da República, na época comandada por Gilberto Carvalho.

O público principal e prioritário dos cursos era o das prefeituras governadas pelo PT, envolvendo a rede de relacionamento do governo, interna e externa, mandatos legislativos, movimentos sociais, conselhos gestores, lideranças sindicais, membros da direção do PT, além de parlamentares de toda ordem, porém sempre abertos no sentido de envolver pessoas interessadas e indicadas pelos governos.

O Programa recebeu apoio de senadores, deputados(as), prefeitos(as) e vereadores(as) nas aberturas dos cursos, embora bem poucos prefeitos(as) e vereadores(as) chegaram a fazer os cursos. Foram colhidos alguns depoimentos sobre a importância do trabalho e das possibilidades de aplicação das diversas propostas apresentadas, que ficarão como anexo no trabalho desenvolvido pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo.

Como uma forma também de registro e buscando identidade com o grupo de apoio, foram realizadas algumas entrevistas com vereadores(as), deputados(as) e prefeitos(as), que expressaram o quanto os conteúdos propostos nos cursos poderiam contribuir na melhoria da qualidade da gestão. Como exemplo, o depoimento do prefeito atual de Tacaimbó (PE), Álvaro Alcântara Marques da Silva, do Partido dos Trabalhadores, afirmando que a implantação de algumas ferramentas propostas no Curso Plano de Governo e Ações para Governar trouxeram uma nova visão no processo de governança e bons resultados de integração.

No sentido de ampliar a discussão sobre o modo petista de governar, legislar e se relacionar com a sociedade, os cursos aconteceram também em cidades governadas por outros partidos, envolvendo um público mais voltado aos movimentos sociais e Economia Solidária, assim como parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT). Em ambos os casos, os cursos aconteceram de forma simultânea, em três dias de capacitação, com uma oficina no final.

O Programa de Capacitação Continuada foi um dos primeiros instrumentos a compor a Área do Conhecimento da Fundação Perseu Abramo e visava, principalmente, levar novos conhecimentos e informações em todos os espaços onde o PT governasse, legislasse ou se relacionasse com a sociedade, buscando interação e fortalecendo o protagonismo da militância política, social e sindical, além de envolver as bases dos mandatos, funcionários públicos e todas as pessoas interessadas em discutir novas formas de governar, de legislar e se relacionar com a sociedade.

Os cursos trabalhados pelo Programa

Plano de Governo e Ações para Governar

Este curso era o carro-chefe do Programa. O objetivo principal, em suas 71 edições nas cidades-sedes, foi discutir a concepção de um plano de governo, a partir de três importantes variáveis:

1. O desafio da integração de um governo, que requer, entre outros mecanismos, alianças programáticas e não mercantilistas, além da quebra das “caixinhas de poder”;
2. Uma viagem no universo da máquina pública em busca de melhorar a compreensão do ato de governar, desmistificando, a partir de experiências petistas bem-sucedidas, o desafio do monitoramento e avaliação das políticas públicas, convidando os servidores para o trabalho integrado;
3. Uma relação íntima com a sociedade por meio do incentivo à criação de Fóruns Temáticos Permanentes que, em regras gerais, traz como elemento principal o fortalecimento dos Conselhos Gestores e, como consequência, a ampliação da democracia participativa em todos os níveis.

Além dessas variáveis, o curso apresentou um cardápio de propostas, algumas já testadas em administrações petistas, e estabeleceu debates sobre temas relevantes.

Programa do curso

Período 1 – Primeiro Dia:

- Discussão sobre alguns temas nacionais e internacionais
- Apresentação dos principais trabalhos da Fundação Perseu Abramo
- Discussão sobre o universo do cenário político eleitoral e de pesquisas de opinião
- Apresentação de informes, caracterização, bases e o porquê de plano de governo, além de discussão sobre algumas tarefas do ato de governar
- Ampla discussão sobre treze questionamentos do ato de governar

Período 2 – Primeiro Dia:

- Apresentação de propostas de marcas e eixos estratégicos de um governo
- Breve comentário sobre a municipalização das metas do milênio
- Apresentação de diversos diagnósticos dos municípios (Metas do Milênio, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano e outros)
- Bases técnicas e políticas para os conteúdos dos programas de governo
- A árvore dos problemas e o triângulo de governo de Carlos Maus
- Momentos do planejamento

Período 1 – Segundo Dia:

- Estrutura política de um governo
- Instrumentos tecnopolítico de gestão
- Apresentação da experiência do Grupo de Gestor de Integração e Planejamento da Prefeitura de Artur Nogueira/SP
- Como implantar o grupo gestor
- Fluxo de uma ação integrada de governo

Período 2 – Segundo Dia:

- Comentários sobre a transição de governo
- Discussão de algumas leis e políticas municipais e federais
- Algumas dicas para um plano de ações imediatas
- A importância sobre o processo de participação social
- Alguns comentários sobre o Planejamento Estratégico Situacional (PES)
- Matriz de gerenciamento do tempo
- Processo de reflexão política de governância e governança
- Apresentação da estrutura do Núcleo do Empreendedor Popular

Oficina de Trabalho:

Para um plano de ação até o final do governo: “Quais ações políticas e sociais poderão ser geradas para o fortalecimento do modo petista de governar, legislar e se relacionar com a sociedade, frente aos problemas da conjuntura política, econômica e social atual”.

Duração: 20 horas

Público-alvo: Gestores, técnicos, servidores, conselheiros, vereadores, militantes políticos e lideranças comunitárias.

Tabela 2: Números do Curso Plano de Governo e Ações para Governar

Estado	2013	2014	2015	2016	2018	Total
Acre		1				1
Amazonas	1					1
Bahia	3		2			5
Ceará			1			1
Espírito Santo			2			2
Goiás		3				3
Maranhão			3			3
Mato Grosso	1	1				2
Minas Gerais		1	4	2		7
Pará		5				5
Paraná			1			1
Pernambuco			1		1	2
Piauí		1				1
Rio de Janeiro			4			4
Rio Grande do Norte		1				1
Rio Grande do Sul	2					2
Santa Catarina	1					1
São Paulo	9	7	12			28
Sergipe			1			1
Total	17	20	31	2	1	71

Empreendedorismo Social e Economia Solidária

Curso desenvolvido com o principal objetivo de iniciar a discussão a respeito de qual modelo de desenvolvimento econômico temos e qual modelo queremos, com a proposta de trazer o tema da Economia Solidária como uma forma alternativa de geração de trabalho e renda. Além de:

- Discutir o conceito de empreendedorismo social e solidário como resistência ao processo de exclusão econômica e social;

- Refletir sobre a importância da formalização, através da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e da organização da Economia Solidária, através dos Grupos Associativos, Associações ou Cooperativas ;
- Abordar a evolução dos negócios solidários no Brasil e os desafios;
- Abordar a abrangência dos negócios solidários e a resistência de alguns governos em reconhecer essa nova forma de geração de trabalho e renda;
- Trabalhar a estrutura de um Plano de Negócios Solidários.

Duração: 15 horas

Público-alvo: gestores, técnicos, servidores, conselheiros, vereadores, militantes políticos e lideranças comunitárias e pessoas ligadas à Economia Solidária.

Tabela 3: Números do Curso Empreendedorismo Social e Economia Solidária

Estado	2013	2014	2015	2016	2018	Total
Acre		1				1
Amazonas						
Bahia						
Ceará						
Espírito Santo						
Goiás						
Maranhão						
Mato Grosso		1				1
Minas Gerais						
Pará						
Paraná						
Pernambuco						
Piauí						
Rio de Janeiro						
Rio Grande do Norte						
Rio Grande do Sul						
Santa Catarina						
São Paulo		2				2
Sergipe						
Total		4				4

Plano de Desenvolvimento Econômico e Social

O curso abordou a aplicação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), abrindo discussão sobre o desenvolvimento econômico a partir do desenvolvimento humano e trabalhou a ideia da implantação de um sistema de desenvolvimento econômico e social, a partir de seus instrumentos participativos.

Programa do curso:

Módulo 1 – O modelo de desenvolvimento que temos e o modelo que queremos

- O que é desenvolvimento?
- O desenvolvimento existente construído a partir de duas ilusões
- Painel sobre as desigualdades sociais expondo as veias do capitalismo e os governos petistas mudando o desenho da pirâmide social
- O que é Desenvolvimento Humano
- Direito ao desenvolvimento e sintomas sobre o mercado
- Reflexões – debate

Módulo 2 – A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e a Construção do Sistema Integrado

- Objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
- A Importância do Plano Diretor para o Desenvolvimento Municipal
- Política Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – Sistema
- Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico e Social – Proposta de Roteiro de Criação e Implantação
- A Comissão Municipal de Emprego como um Sistema Público de Emprego
 - Apresentação dos Eixos do Desenvolvimento: Mercado Formal / Lei Geral da Micro e Pequena Empresa / Economia Solidária e Desenvolvimento Rural
- O Diagnóstico Socioeconômico
 - Alguns Elementos para a Elaboração / Alguns Instrumentos Nacionais / Algumas Ferramentas / Proposta de Estrutura do Diagnóstico Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

- Apresentação do Catálogo Nacional de Programas do Governo Federal

Módulo 3 – O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

- Metodologia de Construção
- Estrutura de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social
- Apresentação do Sistema de Convênios (SICONV) do Governo Federal
- Dicas SEBRAE sobre a elaboração de um Plano de Negócios
- Trabalho em Grupo: Que ações políticas e sociais deverão ocorrer entre partido, governo, legisladores e a população organizada para superarmos o atual momento e avançarmos no modo petista de governar, legislar e se relacionar com a sociedade.

Duração: 15 horas

Dinâmica: Apresentação ilustrada com diversos vídeos, debate sobre o modelo de desenvolvimento e trabalho em grupos.

Público-alvo: gestores, técnicos, servidores, conselheiros, vereadores, militantes políticos e lideranças comunitárias.

Tabela 4: Números do Curso Plano de desenvolvimento Econômico e Social

Estado	2013	2014	2015	2016	2018	Total
Acre						
Amazonas						
Bahia						
Ceará						
Espírito Santo						
Goiás						
Maranhão			1			1
Mato Grosso						
Minas Gerais				1		1
Pará						
Paraná			1			1
Pernambuco						
Piauí						
Rio de Janeiro			1			1
Rio Grande do Norte						

Estado	2013	2014	2015	2016	2018	Total
Rio Grande do Sul						
Santa Catarina						
São Paulo			1			1
Sergipe						
Total			4	1		5

Resultado geral do trabalho

A Fundação caminhou com esse trabalho por 19 estados nas cinco regiões do país, unificando a linguagem e oferecendo conteúdo aos participantes reforçando cada vez mais o Modo Petista de governar, legislar e se relacionar com a sociedade.

Tabela 5: Cursos Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública

Estado	2013	2014	2015	2016	2018	Total
Acre		2				2
Amazonas	1					1
Bahia	3		2			5
Ceará			1			1
Espírito Santo			2			2
Goiás		3				3
Maranhão			4			4
Mato Grosso	1	2				3
Minas Gerais		1	4	3		8
Pará		5				5
Paraná			2		1	3
Pernambuco			1			1
Piauí		1				1
Rio de Janeiro			5			5
Rio Grande do Norte		1				1
Rio Grande do Sul	2					2
Santa Catarina	1					1
São Paulo	9	9	13			31
Sergipe			1			1
Total	17	24	35	3	1	80

Tabela 6: Resumo geral

Cursos	Número de cursos	Cidades Sede	Cidades presentes	Estados	Número de participantes
Planos de Governo e Ações para Governar	71	71	355	19	2932
Empreendedorismo Social e Economia Solidária	4				
Desenvolvimento Econômico e Social	5	1	1		49
Total	80	72	356	19	2981

Trazendo o trabalho para o campo político e eleitoral, além de várias ações desenvolvidas a partir dos cursos, como a criação de grupos de estudo da gestão urbana em algumas localidades, há evidências de que de alguma forma o trabalho foi positivo eleitoralmente, numa parcela das cidades presentes nos cursos.

Ao analisar as 356 cidades que estiveram presentes nos cursos, observou-se que 40 delas participaram mais de uma vez. Em 33 delas, o PT não participou do processo eleitoral, teve 5 com candidaturas impugnadas e 1 com candidatura própria em segundo turno; chegamos a 30,54% de prefeitos e prefeitas eleitos, nas eleições de 2016, sendo 17 cidades com candidaturas próprias e 67 em coligações de outros partidos.

Proposta de governo e instrumentos a partir do Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública:

Plano de governo:

- Construído de forma participativa no processo eleitoral;
- Socializado e com garantias de implantação pelo Gabinete Dirigente Central;
- Atualizado de forma permanente a partir dos eventos (conferências, seminários, encontros, *workshops* etc.);
- Acatado como o maior instrumento a ser seguido por todos e todas.

Composição de governo:

- Composição política de governo a partir do Plano Estratégico de Governo, com a necessidade de integração de todas as áreas.

Relação com a máquina pública:

- Aplicação de pesquisa: “O governo quer ouvir você”;
- Criação de grupos de trabalho para reforma administrativa participativa;
- Envolvimento do funcionalismo público no governo nas diversas ações;
- Potencialização das funções gratificadas em diversos setores de governo ;
- Criação de uma Escola de Governo ou Gestão atuante.

Comunicação:

- Criação de um Núcleo de Comunicação Social;
- Criação de um Fórum Permanente de Comunicação Social;
- Criação de forma participativa de um Plano Municipal de Comunicação.

Gestão de governo:

- Estrutura política de governo
 - Gabinete Dirigente Central (Termo de Carlos Matus para designar o secretariado aberto com a participação de outros setores que tomam decisões estratégicas de governo);
 - Conselho Político de Governo;
 - Núcleo de Governança;
 - Gabinete Digital;
 - Grupo Gestor de Integração e Planejamento (Grupo ou Gabinete Tecnopolítico na visão de Carlos Matus).
- Instrumentos Tecnopolíticos de Governo
 - Laboratório e Observatório de Políticas Públicas;
 - Incubadora de Projetos;
 - Núcleo Integrado de Políticas de Participação Social com Fóruns Temáticos de Políticas Públicas;
 - Sala de Gestão de Governo.

- Relação com a sociedade visando o processo de organização e de controle sociais;
- Integração das Políticas Públicas e das Ações de Governo;
- Gestão Financeira Participativa;
- Criação e implantação de todas suas fases da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa;
- Criação de um Núcleo Integrado de Projetos e Convênios;
- Implantação do Processo de Transparência em todas as áreas;
- Criação, de forma participativa, do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

Há evidências de que o Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública tenha cumprido um papel relevante na abordagem das temáticas propostas, levando conhecimentos, provocando debates e fazendo alguns questionamentos para quem dele participou.

Pelos depoimentos dos prefeitos, prefeitas, gestores, gestoras e demais presentes nos cursos, e pelas avaliações escritas pelos participantes e colaboradores, os cursos, pelos seus conteúdos, trouxeram novas possibilidades do ato de governar, além do processo de integração interno entre secretarias e também integração com o diversificado público presente em cada um deles, que na prática poderia ou poderá compor um trabalho em rede. Além disso, a maioria do público presente avaliou que os cursos propiciaram uma excelente forma de integração, pois juntou gestores, servidores, lideranças políticas e comunitárias em busca de aprimorar a gestão e dar eficiência à máquina pública e às políticas públicas.

Uma percepção a partir do Programa é a de que ainda há muito a ser feito na maioria das prefeituras, para os ajustes necessários, visando o Modo Petista de Governar e de se relacionar com a sociedade, podendo ser incluído também o Modo Petista de Legislar, pois ainda há pouca conexão e integração entre governos e legisladores petistas e suas relações com o ato de governar, que tem como principal resultado um distanciamento ainda maior com os setores organizados da sociedade ou ainda com os setores sem organização e as diversas necessidades de organização, como suas possíveis contribuições

para a criação de Fóruns Temáticos específicos, que muito ajudariam na formulação e implantação das políticas públicas e serviriam de lastro para os diversos conselhos municipais.

Porém, mesmo alguns municípios com um avançado plano de governo participativo, elaborado no processo eleitoral e colocado em curso durante o governo, não possuem ferramentas de gestão que possibilitem a integração de governo e análise do comportamento em termos de resultados e eficiência das políticas públicas e das ações de governo.

Esses e outros fatores apresentam alguns elementos a serem observados, que vão segmentando os resultados de um governo, dificultando a avaliação das políticas públicas, assim como a compreensão, por parte dos colaboradores, servidores e principalmente da população interessada, de quais são seus papéis no processo de gestão, como:

- Falta de integração de governo (entendido aqui como a interação do ato de governar a partir de um plano estratégico de governo a ser transversalizado pelos diversos setores e atores, em busca de resultados comuns);
- Desconhecimento do plano de governo pelos diversos atores que o compõem;
- Desconhecimento total de que todas as políticas públicas são integradas e necessitam de interação constante e permanente;
- Falta de planos municipais em diversas políticas públicas;
- Distanciamento dos servidores públicos com a gestão e falta de planos de cargos e salários;
- Falta de um projeto de comunicação social que possibilitasse integração na comunicação interna e facilitasse a linguagem de governo com a população;
- Inexistência de acompanhamento do fluxo de uma política pública em busca de seus resultados, entre outros.

Há evidências de que a máquina pública funciona mesmo sem os gestores principais. Essa afirmação leva ao entendimento de que a maior tarefa dos gestores e gestoras em exercício de governo é o fortalecimento da máquina pública e a preparação dos servidores de carreira, no sentido de possibilitar a continuidade de projetos fundamentais para a população, mesmo quando estiver em exercício um governo com projeto político antagônico ao que o modo petista se propõe.

Nesse sentido, a implantação de uma escola de governo, de gestão ou ainda de uma universidade corporativa consolidaria o processo de compreensão, conhecimento e interação, entre gestores, servidores, conselheiros e lideranças comunitárias, através de novos conhecimentos e novas visões do ato de governar.

A partir dessa breve análise, algumas perguntas ficam no ar: os servidores públicos de carreira são acomodados e desinteressados ou falta uma política clara de investimento em suas carreiras, capacitação e, principalmente, o esclarecimento de qual seja a função do cargo que desempenham? Os gestores e legisladores têm pleno entendimento do Modo Petista de governar, legislar e se relacionar com a sociedade? Governantes e legisladores medem, de alguma forma, a eficiência das políticas públicas e seus projetos? Qual papel deve ser desempenhado para que o PT obtenha os melhores resultados quando em exercício de mandatos e tenha continuidade, tanto no plano de sucessão ou mesmo após as derrotas?

Esses questionamentos nos remetem à necessidade de pesquisas, observações e criação de ferramentas que sejam capazes de transformar as ações produzidas em novas formas de governar, legislar e se relacionar com a sociedade.

A criação de um laboratório e observatório, assim como a área do conhecimento na principal entidade do PT, em primeiro lugar, coloca a Fundação Perseu Abramo à frente no processo de qualificação e capacitação de novos e velhos gestores, a partir de um viés técnico e profissional e não apenas de resultados. Em segundo, é importante ressaltar que ao criar um espaço de estudos, observação, pesquisas e criação de novas ferramentas de gestão pública, assim como de aprimoramento de mecanismos já em desenvolvimento, além de ampliar as possibilidades de uma boa governança, possibilita o avanço na compreensão dos Modos Petistas de governar, legislar e se relacionar com a sociedade.

Se por um lado não dá para afirmar que o Programa de Capacitação Continuada foi decisivo em algumas vitórias eleitorais, também não dá para negar a aceitação que os gestores receberam no trabalho e expressaram isso em suas avaliações.

Uma coisa é certa: o Programa de Capacitação Continuada contribuiu e contribui para o fortalecimento da área de conhecimento da Fundação, composta também pelos cursos de mestrado, especialização e difusão do conhecimento que, de forma integrada, uma área contribui, se relaciona e gera

atores preparados para as diversas ações futuras, como gestores, legisladores e base da sociedade.

Como dizia Paulo Freire em *Pedagogia da Autonomia* (2001, p.94): “Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar e há sempre o que aprender”.

Produção e difusão do conhecimento para a nova classe trabalhadora de serviços

Acreditamos que a educação, entendida como interação de saberes que contempla conhecimentos e problematização dos fatos do passado e do presente, é fundamental para o nosso reposicionamento social e político. Acreditamos, ainda, que o projeto “Difusão do Conhecimento” é uma ferramenta para a militância do PT e dos movimentos sociais na luta pela construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Neste sentido, a formação política para a participação nas discussões da sociedade é um aspecto decisivo da luta pela efetivação de direitos, num processo em que a própria formação política deve ser percebida como um direito da militância na dinâmica de construção de seu pensamento crítico, permitindo superar as fraturas e fragmentações das relações sociais.

O projeto Difusão do Conhecimento buscou chegar ao maior número de instâncias locais e estaduais do Partido, assim como aos diversos movimentos sociais parceiros, em todo o Brasil, para contribuir na organização, resistência e luta política, entendendo as especificidades e realidades locais, promovendo debates e atualização de saberes. Criado em 2014, o projeto seguiu uma trajetória de ampliação no número de cursistas, de territórios atendidos e eixos temáticos. Entre 2014 e 2019, mais de 28,5 mil companheiras(os) foram inscritas(os) em nossos cursos. Em 2019, buscamos dialogar com mais pessoas por meio de nossos programas educacionais, adequados às demandas atuais, considerando o contexto político que vivemos e as novas necessidades de organização e formulação do Partido e dos movimentos sociais alinhados à nossa proposta.

Tivemos dois objetivos principais: 1) congrega a militância de esquerda (organizada partidariamente ou não) para um debate político sobre o Estado brasileiro, políticas públicas, pensadores clássicos, movimentos sociais, sindicá-

lismo, análise de conjuntura e planejamento; e 2) refletir sobre as estratégias de organização da militância. Para alcançar militantes por todo o Brasil, os cursos foram estruturados no formato semipresencial, com duração de três meses, em média. Realizamos encontros presenciais entre participantes, professores, lideranças políticas e tutoria combinados com atividades em uma plataforma de Formação de Alcance (Educação a Distância – EaD). Nosso público foi composto pela militância petista, ativistas do campo da esquerda e membros dos movimentos sociais organizados sem a necessidade de filiação ao nosso Partido. Não houve exigência de formação universitária, sendo que os critérios para participação em nossos programas foram: 1) inscrição no site da FPA; 2) participação na aula inaugural e oficinas presenciais (quando a modalidade de curso permitiu); e 3) acesso e conhecimentos básicos das ferramentas de internet.

No momento em que os efeitos de uma onda conservadora globalizada desencadeiam cenários de risco e intolerância, a ampliação dos cursos de formação política torna-se urgente. Os cursos de Difusão do Conhecimento, tanto em encontros presenciais como mediados pela plataforma EaD, constituíram-se em ambiente profícuo para os debates e sinalizaram a necessidade de rearticular saberes sistemáticos com as experiências localizadas de resistência para a produção de alternativas.

Trajetórias, tessituras e interações: da ampliação

A FORMAÇÃO POLÍTICA – UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO E TAREFA COLETIVA REVOLUCIONARIA!

Em 2019 iniciamos uma experiência inovadora para o MAB. Com a Fundação Perseu Abramo, estamos desenvolvendo via plataforma *on-line* – EaD – no programa Difusão do Conhecimento, um programa de formação para lideranças do Movimento, que até dezembro/2019 irá envolver em torno de 1.000 pessoas, organizados nas turmas de formação do MAB em 18 Estados do território nacional. Estudando “Realidade brasileira e os desafios da atualidade: O pensamento de Florestan Fernandes”. Com este conteúdo, pretendemos estimular estudo e debate em torno das seguintes questões: *Compreender a realidade que vivemos; Identificar quem são as forças que propõem e mantêm a realidade atual; o que devemos propor e fazer para transformar esta realidade; Quem poderá fazer as mudanças almejadas;*

e, Como fazer? Inicialmente tínhamos certo receio, porém, podemos afirmar que a experiência nos colocou novos desafios e aponta para bons resultados. Para o MAB, as inovações tecnológicas são produto do trabalho dos trabalhadores, e a eles têm que servir. Assim, o uso da plataforma *on-line* EaD não deve substituir a formação presencial. Mas se feito com intencionalidade, pode contribuir para qualificar e tornar ágil um processo de formação. Para nós, tem servido para dar agilidade ao desenvolvimento do conteúdo pensado de forma unificada com qualidade técnica, e nisso a parceria tem se mostrado positiva. No atual contexto, avançar no processo de formação que possa ajudar a militância a fazer a leitura correta da realidade com o propósito de transformá-la, é uma tarefa que cabe a todas as organizações que se propõem fazer a luta para transformar a sociedade (Ivanei Farina Dalla Costa, Coordenação nacional do MAB).

A Formação de Alcance (Educação à Distância – EaD), criticada por alguns, principalmente pelo caráter mercadológico presente em instituições particulares de ensino, quando bem empregada apresenta-se como recurso importante para atender grandes contingentes de alunos que buscam um método de conhecimento. A crescente utilização de mídias digitais e a expansão da *internet* viabilizaram a construção de ferramentas de interação à distância a serviço da educação, ampliando o acesso a informações relevantes, e a proliferação da oferta de cursos de formação.

Um dos objetivos da educação à distância consiste em alcançar, de forma inclusiva, pessoas que estão isoladas e impossibilitadas de participar de atividades formativas em virtude de barreiras de distância geográfica, econômica e social; visa, também, alcançar comunidades tradicionais que podem usufruir muito da EaD; em suma, busca o desenvolvimento da igualdade de oportunidades por parte de todos no acesso ao saber.

A internet amplia a capilaridade das relações, rompendo barreiras de tempo e espaço, permitindo a colaboração entre pessoas distantes geograficamente. Por meio da educação a distância, com o uso de instrumentos tecnológicos, variam-se os métodos, processos e instrumentos educacionais, mas busca-se preservar as necessidades fundamentais da educação, que neste caso são o desenvolvimento autônomo do ser humano e a potencialização de suas capacidades intelectuais. Paulo Freire, em sua obra *Política e Educação*, afirma:

Os conteúdos, os objetivos, os métodos, os processos, os instrumentos tecnológicos a serviço da educação permanente, estes sim, não apenas podem mas devem variar de espaço tempo a espaço tempo. A ontológica necessidade da educação, da formação a que a Cidade, que se torna educativa em função desta mesma necessidade, se obriga a responder, esta é universal. A forma como esta necessidade de saber, de aprender, de ensinar é atendida é que não é universal. A curiosidade, a necessidade de saber são universais, repitamos, a resposta é histórica, político-ideológica, cultural (FREIRE, 1993, p. 13).

Desse modo, o acesso às tecnologias para a difusão do conhecimento tem como perspectiva instrumentalizar a militância petista e a classe trabalhadora para que assumam consciência das próprias histórias e do protagonismo político. A educação a distância adquire, assim, uma função social e política.

Dos meios e modos

O Curso Difusão do Conhecimento é de excelente qualidade, gratuito, aberto e por ser a distância, cada estudante organiza seu tempo de estudo de acordo com sua disponibilidade. Não trata somente de questões políticas da atualidade e nem de discussões de opiniões políticas divergentes, mas sim de um estudo mais aprofundando e de forma científica, que capacita a entender as relações de poder e toda a hierarquia existente nelas. Aprendi sobre assuntos até então desconhecidos para mim. Tive a oportunidade de estudar política de maneira ampla, como partidos políticos, instituições e governo, políticas públicas, história política do Brasil e muito mais. São temas presentes na vida de todas as pessoas, porém é importante que se tenha gosto pela leitura, pois são textos que nos levam a pensar criticamente na sociedade buscando a autonomia intelectual. O curso proporcionou momentos importantes de reflexão acerca de políticas públicas, pois as mesmas garantem a qualidade de vida das pessoas no sentido de promover sua participação e autonomia. (Aluna Sueli Cunha dos Santos Muniz, Leopoldina-MG)

A inovação proporcionada pela educação a distância (Formação de Alcance), e implementada pelos cursos do projeto Difusão do Conhecimento, permite novas formas de comunicação, o acesso a novos saberes, a aquisição de diversos estilos de aprendizagem, em suma, a cooperação entre os militantes

do espectro político da esquerda. Há ainda outras vantagens para os vários agentes envolvidos: a diminuição no tempo e no custo das locomoções exigidas para a educação presencial; e a diminuição dos custos na construção de grandes infraestruturas educacionais, evitando gastos desnecessários, assim como evita a produção em excesso de materiais impressos.

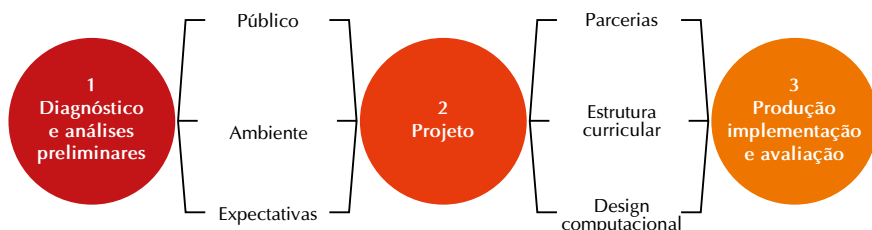
Ainda assim, essa ferramenta inovadora não substitui ou diminui a importância do papel desempenhado pelos tutores no que se refere a desenvolver as competências necessárias para a formação política da militância e estimular a aprendizagem, permitindo o surgimento de uma nova estrutura orientadora, facilitando a transmissão de informação e o relacionamento entre os educandos, enquanto a estes se exige um novo tipo de participação formativa.

Na educação a distância, com o uso da internet, o planejamento político-pedagógico não tem limites. Nas plataformas EaD predominam conteúdos customizados, turmas flexíveis, grupos autônomos, fóruns de debate, que configuram oportunidade de trocas e de construção coletiva de conhecimento. Essa diversificação de maneiras de estimular a aprendizagem contrasta profundamente com a homogeneização da formação estritamente presencial, que implementa a mesma aula, a mesma prova, o mesmo conteúdo, muitas vezes já defasado.

As experiências dos Cursos de Difusão do Conhecimento realizados pela Fundação Perseu Abramo aqui no Estado do Pará foram muito boas. Em 2104 realizamos em várias regiões do Estado, umas das grandes dificuldades relatadas pelos alunos foi o acesso à plataforma, em diálogo com a FPA, ela foi melhorando, o que fez com que em 2018 e 2019 ela ficasse mais próxima a nossa realidade. Nesta conjuntura difícil pela qual atravessa nosso país, precisamos cada vez mais estarmos bem informados, aprimorando a narrativa na disputa da sociedade contra a ofensiva da ultradireita conservadora, que vem avançando na América Latina. A parceria da Fundação com a Secretaria de Formação Política tem sido muito boa, esperamos continuar desenvolvendo atividades juntos, espero que possamos desenvolver outros cursos com olhares sobre a Amazônia, compreender os desafios do que é atuar na política nos campos, nas águas e na floresta. (Aluna, tutora da Secretaria Estadual de Formação Política, Nazaré Cruz, Belém-PA)

Para além da customização, a gestão de cursos implementada pela equipe do Projeto Difusão do Conhecimento pressupõem três grandes etapas: 1)

diagnósticos e análises preliminares; 2) projeto; e 3) produção, implementação e avaliação.



A primeira etapa, ou seja, os diagnósticos e análises preliminares têm como objetivos principais: delinear o perfil do público-alvo, suas necessidades de capacitação, suas expectativas e identificar o contexto social, geográfico e tecnológico deste público. A esse respeito, salienta-se a necessidade de levantar alguns aspectos, tais como: a dispersão geográfica, o tipo de tecnologia a que os participantes têm acesso, a faixa etária dos alunos, o grau de escolaridade/conhecimento do tema e todos os contextos envolvidos. As informações resultantes dessa atividade são de grande valia para subsidiar as etapas seguintes da gestão, pois certamente norteiam mudanças no projeto pedagógico assim como na produção e implementação de novos programas. Também envolve o compartilhamento de conhecimentos entre os membros da equipe, por meio de reuniões semanais voltadas a problematizações e encaminhamentos.

A segunda etapa do processo é a formulação do projeto. Tal formulação se faz a partir dos objetivos educacionais, formação de parcerias, quando então se projeta a estrutura curricular, os conteúdos e os programas do curso, especificação de materiais, recursos educacionais, sistemas de apoio ao desempenho do aluno e as avaliações. Essa construção de um projeto de curso em EaD (Formação de Alcance) envolve outras duas subetapas, sendo a primeira, o *design* educativo que consiste na modelagem da arquitetura pedagógica do ambiente por meio do plano de ensino das disciplinas e de pressupostos pedagógicos; e a segunda, o *design* computacional que consiste na organização das atividades e dos recursos necessários à implementação do conteúdo que proporcione um ambiente à autonomia e reflexão crítica da militância.

A terceira etapa engloba a produção, a implementação e a avaliação do curso EaD. A produção do curso é a operacionalização daquilo que foi previsto

no projeto. Tais atividades vão desde o estabelecimento de um cronograma de execução para verificação de prazos, como a elaboração de mídias até a avaliação e aprovação do material didático elaborado. Durante a etapa da produção também há a preocupação com o treinamento de tutores, planejamento da logística de aulas e oficinas presenciais, definição de metodologia e critérios de avaliação. Constitui-se em momento importante para a socialização do conhecimento entre equipe e tutores, que acontece frequentemente, e principalmente, por meio de recursos tecnológicos.

A implementação é o momento em que é feita a definição da infraestrutura de *software*, devidamente acompanhada por profissionais de computação, requerendo uma logística própria e uma série de procedimentos didáticos, tecnológicos e administrativos, como o apoio à tutoria, que deve ser monitorada constantemente. Finalmente, a avaliação do programa e aplicabilidade das atividades propostas, a estrutura da equipe de suporte à plataforma e à tutoria, o tempo de retorno das respostas às questões acadêmicas e administrativas e avaliação de indicadores como total de concluintes e evadidos.

Ressalta-se que novas tecnologias pedagógicas envolvem novos desafios, principalmente no que se refere ao fato de não se exigir a presença física do educando. O desafio consiste em criar interfaces que estimulem a participação e impacte positivamente os indicadores de evasão de alunos. Essa participação/evasão é determinante para sua certificação. Aliás, a certificação é o instrumento que confere valor científico e pedagógico ao curso de formação e ao uso das tecnologias pelo militante, bem como a percepção de que os novos conhecimentos lhe capacitaram para ser um militante mais ativo na sociedade de que fazem parte.

Das relações e parcerias: secretarias de formação, diretórios estaduais e municipais do partido

Temos trabalhado com o Projeto Difusão do Conhecimento, da FPA. Fui monitora do curso Organização e desafios para a ação política de esquerda e agora estou inscrita e acompanho o andamento do curso Comunicação e Política, que estamos iniciando no estado. No primeiro curso, tivemos 52 inscritos e 31 concluíram. Neste segundo, já começamos com quase 90 inscritos. Este é o resultado de

um trabalho sério e dedicado da equipe do Projeto Difusão do Conhecimento. A experiência desta nova metodologia para a Formação Política é uma oportunidade que precisa ser abraçada pelos diretórios municipais e estaduais do PT em todo o país. Trata-se da difusão de conhecimentos teóricos, formulações de ideias que nos ajudam na compreensão da atualidade. Como se diz na formação: Quem sabe faz melhor... E, em momentos como estes de instabilidades e retrocessos, nossa ação política precisa estar qualificada para as intervenções assertivas (Maria Rosana, Secr. de Formação Política do DR-MS).

Nossa principal “porta” de entrada para levar o projeto Difusão do Conhecimento seguiu um caminho, uma estratégia, cujos meios foram a “Escuta”, o “Acolhimento” e o “Aprendizado”, um aprendizado mútuo.

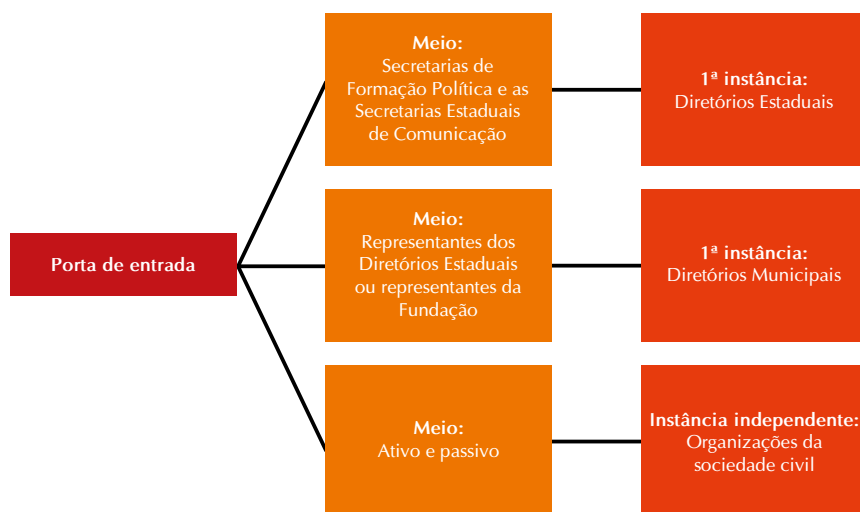


No primeiro momento, participaram os diretórios estaduais, via secretarias de Formação Política e secretarias estaduais de Comunicação. A próxima instância com a qual buscamos parceria foi a dos Diretórios Municipais, quer seja caminhando com os representantes dos Diretórios Estaduais ou como representantes da Fundação. Um terceiro parceiro, e não menos importante, ao qual recorreremos foram as Organizações da Sociedade Civil. A proposta era chegar ao maior número de localidades com nossa missão.

Esse caminho foi necessário, uma vez que o Projeto tinha como objetivos principais congrega a militância de esquerda (organizada partidariamente ou não) para um debate político sobre o Estado brasileiro, políticas públicas, pensadores clássicos, movimentos sociais, sindicalismo, análise de conjuntura e planejamento e levar os mesmos a refletir sobre as estratégias de organização da militância, principalmente, no contexto pós-golpe de 2016 e do novo governo que assumiu em 2019.

Ao desenhar esse caminho, nossa proposta foi o respeito pelas instâncias locais do PT. Buscamos entender o momento que cada um estava vivendo, respeitando as dificuldades e expectativas para aderir à parceria, também ouvindo muito.

Durante a caminhada, o que mais fizemos foi ouvir. Ouvir os relatos de angústia, de solidão, da falta de ferramentas para enfrentar o momento em que o país atravessa, sobre a distância que separa os grandes centros e quem está distante dos mesmos. Foi um processo de grande aprendizado, uma grande oportunidade de reconhecer as dificuldades e, ao mesmo tempo, estar disposto a fazer a caminhada junto com quem está na ponta.



Nem sempre a primeira porta, as Instâncias Estaduais, estava em condições de aderir à parceria, ou seja, ao Projeto, ou porque vivenciava um momento de reestruturação, dificuldades operacionais, incapacidade naquele momento

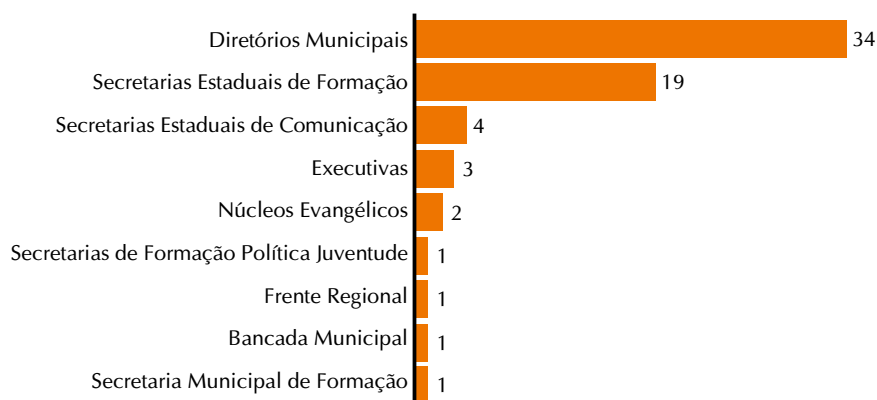
de levar a proposta adiante ou até porque não acreditava na proposta. Mesmo diante deste quadro, não deixamos de dialogar. Vez ou outra retomávamos contato, seja para apresentar uma nova proposta de formação ou fazer relatos de como estavam andando as parcerias e atividades de formação com os diretórios municipais.

Quando as secretarias estaduais de Formação não estavam em condições de organizar e/ou levar a parceria para a “ponta”, eram aos diretórios municipais que recorriamos. Nossa determinação foi estar presente no maior número de municípios possíveis. Embora soubéssemos que em determinadas localidades nossa proposta de formação semipresencial poderia ser barrada pelas dificuldades tecnológicas, buscamos resolver as barreiras com diálogo e criatividade.

A experiência de utilizar a ferramenta da plataforma a partir da educação a distância foi uma novidade para nós do MAB no segundo semestre de 2019. Nos desafiamos a realizar esse processo em três níveis (nacional, estadual e regional). Para garantirmos os objetivos propostos tivemos que fazer algumas adaptações no desenvolvimento da experiência, em especial, com os grupos regionais nos estados, pois muitos atingidos e atingidas não sabiam manusear o computador ou tinham dificuldade de acesso à internet. Esses relatos começaram a aparecer quando os grupos estaduais foram planejar as atividades nas regiões. Para superar esses obstáculos e garantir que o maior número de pessoas tivesse acesso aos conteúdos que construímos, a forma encontrada por nós, foi baixar as aulas nos computadores e imprimir os questionários e ir até as comunidades. Dessa forma, o maior número de pessoas teve acesso ao conteúdo. Cada participante pode responder as questões e posteriormente o tutor ou o responsável pelo estado inseria as informações no sistema. Com certeza, essa forma garantiu que aproximadamente 50% do nosso público no nível regional tivessem acesso às aulas. Os relatos que chegavam até nós “ficamos impressionados como os atingidos se identificaram com o Florestan Fernandes. As pessoas se identificaram muito com ele. Eles se viram na vida do Florestan, trabalho desde muito cedo, exploração, papel da mãe na criação.” Na nossa avaliação este ajuste na metodologia foi essencial para garantir o sucesso do planejamento e assim garantir que mais pessoas tivessem acesso ao conteúdo. Estamos muito felizes com o resultado dessa parceria (Daiane Hohn, tutora e integrante do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens).

Em 2019 dialogamos com mais firmeza com nossos parceiros da Sociedade Civil Organizada. Foram experiências alvissareiras. Foi possível cumprir um dos objetivos do projeto de Difusão do Conhecimento: ampliar nosso diálogo com quem está alinhado com as nossas propostas de esquerda, mas não está nas instâncias partidárias.

Parcerias e Quantidades (ver relação detalhada no Anexo 1)



Secretarias Setoriais (Partido)

Trabalhar com a Equipe de Difusão foi muito gratificante. Fomos acolhidos com muito respeito e carinho. Cada detalhe do curso foi acordado entre as equipes com o objetivo de apresentar o melhor para os futuros alunos. Os quadros políticos que foram convidados a contribuir gravando a videoaula o fizeram com muita alegria. Trabalhar um universo nacional de pessoas preocupadas e ativas na defesa dos direitos humanos está sendo uma experiência única e motivadora. A Fundação Perseu Abramo se revelou para mim enquanto um poderoso instrumento de difusão de saberes e que deve ser apropriado por todos e todas que tem como missão de vida a construção de um país justo e fraterno. Muita gratidão por ter vivido a alegria de uma jornada tão intensa e gratificante. A acolhida respeitosa, solidária e muito carinhosa que tive é revolucionária. A esquerda precisa aprender com vocês. Abraços com muito carinho (Tutora Teca Notari, São Paulo-SP).

A Fundação Perseu Abramo (FPA), estimulada pela presidência do Partido no que diz respeito ao fortalecimento de laços com as demais instâncias

partidárias, somada ao reconhecimento do projeto Difusão do Conhecimento quanto à necessidade de ampliar seus saberes para além da produção da FPA, iniciou em 2018, com a articulação da Secretaria Nacional de Formação, contatos com as secretarias setoriais. Naquele ano, realizou três parcerias: 1) Secretaria Nacional Sindical, 2) Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, e 3) Secretaria Nacional Agrária, que resultaram em formações básicas disponibilizadas para 1.020 cursistas.

Em 2019 retomamos os contatos com a experiência adquirida em 2018, na qual identificamos a necessidade de maior apoio no planejamento dos cursos, principalmente na elaboração de cronogramas (Anexo 2) e treinamento de tutorias. Realizamos cinco parcerias: 1) Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2) Setorial Nacional de Direitos Humanos, 3) Secretaria Nacional de Mulheres, 4) Secretaria Nacional de Cultura e 5) Secretaria Nacional LGBT, que resultaram em formações mais elaboradas para cada setor, disponibilizadas para 3.630 cursistas.

O processo de construção das parcerias envolveu adaptações de linguagem e dinâmica, uma vez que as dimensões de significação da formação para a FPA e para as setoriais possuem especificidades, assim como a dinâmica de trabalho e produção. Se de um lado a FPA, representada pelo projeto Difusão do Conhecimento, possuía uma equipe especializada em formação e respectivo planejamento, de outro, as secretarias setoriais possuíam em suas agendas demandas diversas, nas quais a formação, enquanto ideia e vontade, era apenas uma delas. Do nosso lado, afirmamos que foi um processo de considerável aprendizagem. Ao longo do período fomos sofisticando os planejamentos e dinâmicas de trabalho, de modo a deixar as secretarias setoriais à vontade conosco, significando-nos como parceiras, desmistificando a FPA como uma instância superior, uma vez que nosso principal argumento de abordagem foi “estamos aqui para contribuir e somar”.

Foram quatro meses, em média, entre primeiro contato e abertura dos cursos e mais quatro meses, em média, entre abertura do curso e respectivo encerramento. Diversas reuniões de alinhamentos foram realizadas assim como trocas de e-mails, ligações telefônicas e mensagens via *WhatsApp*, para ajustes de entendimentos relativos ao papel da tutoria (trabalho a ser executado *versus* papel no Setorial), plataforma EaD e programas; agendamento de gravações

de videoaulas; envios de textos de apoio e atividades para avaliação de cursistas; contratação e treinamento de tutoria; envio de controle de inscrições (dados *versus* segurança); coordenação de infraestrutura para a abertura dos cursos e respectivas transmissões ao vivo; abertura do sistema EaD e respectivo suporte aos cursistas; coordenação de tutoria; e finalmente a emissão dos certificados.

Destacamos o curso “Direitos Humanos em Tempos de Barbárie”, parceria com o Setorial Nacional de Direitos Humanos. Um setorial, segundo seu secretário Adriano Diogo, que tomou a oportunidade da parceria como sua principal atividade em 2019.

Além da honra de trabalhar com a Fundação Perseu Abramo, com essa equipe sensível, disposta e excelente, sem falar no meu querido Adriano Diogo, e de pessoas tão maravilhosas que conseguimos trazer para o projeto, tornou todo o processo um incrível aprendizado para nós também. Vamos falando, quem sabe um plano de novos cursos (Joana Brasileiro, Setorial Nacional de Direitos Humanos).

O curso reuniu, como docentes, ativistas, ícones da história da luta pela democracia, como Maria Victoria Benevides, Jessé Souza, José Genoino, Amelinha Teles, Ivan Seixas, José Luiz Del Roio, Paulo Vannuchi, Celso Amorim, Emiliano José, entre outros. Trata-se de um curso para a história do projeto Difusão do Conhecimento e, conseqüentemente, para a Fundação Perseu Abramo e para o Partido dos Trabalhadores. Entra também para a nossa história a construção da confiança e respeito como elementos fundadores das parcerias de sucesso. A tutora, Teca Notari, aos 71 anos de idade, não poupou esforços no incansável estímulo aos cursistas, por meio de suas mensagens periódicas via plataforma EaD, e-mails, *WhatsApp* e até mesmo, ligações telefônicas. A produtora de vídeos, Joana Brasileira, desenvolveu cuidadosas pesquisas, layouts e trilhas sonoras para a edição de mais de 15 videoaulas. Por fim, no entanto, com destaque, o secretário Adriano Diogo, com grande entusiasmo e crença na garantia dos Direitos Humanos, articulou sua rede para que o curso se tornasse uma realidade.

Como o nome Direitos Humanos em Tempos de Barbárie, Adriano Diogo, coordenador-geral do Setorial, junto com Teca Notari e Julian Rodrigues esboçaram no começo do ano a estrutura geral do curso, e apresentaram para a Fundação

Perseu Abramo. Dulce Helena Cazzuni e Alê Almeida, da FPA, abraçaram a ideia com muito carinho e o curso passou a ser produzido. [...] A oportunidade de produzir tal formação pela plataforma on-line da Fundação Perseu Abramo, a primeira iniciativa desta natureza feita pelo Setorial Nacional dos Direitos Humanos do PT, também possibilitou ampliar o alcance da proposta para uma formação de âmbito nacional. [...] A equipe da Fundação Perseu Abramo foi fundamental para a execução do curso, disponibilizando local, e equipamento para as gravações, assim como a assistência total a produção. O Setorial tem a certeza de que foi uma atividade de extrema importância, com alcance e mobilização nacional, e que ainda agregou novas linguagens e processos tecnológicos na construção de diálogos com a militância, pois a plataforma on-line permite que o aluno assista e faça a formação com autonomia e nos seus próprios horários. O Setorial tem certeza que o tema é fundamental para as lutas e o momento que estamos vivendo, e também para os que virão. Que todo investimento que for feito nesse sentido vai gerar um enorme impacto na estruturação das futuras ações da militância e do partido (Adriano Diogo, secretário nacional do Setorial de Direitos Humanos).

Destacamos ainda, como caso de sucesso, a parceria com a Secretaria Nacional de Cultura, que, por meio do tutor Tony Teófilo, foi fluída, respeitosa e comprometida.

Agradecemos todo apoio e ajuda de vocês, de cada uma e cada um na Fundação Perseu Abramo. Estamos contentes que a experiência tenha sido possível. Adquirimos um bom curso de formação em cultura (Tutor Tony Teófilo, Salvador-BA).

Por outro lado, a significação da Fundação Perseu Abramo como uma prestadora de serviços, marcou as relações com as Secretarias Nacionais de Desenvolvimento e Meio Ambiente, assim como a LGBT. Já a parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres, resultou em um importante curso para o setor, sem destaques para as relações que o viabilizaram.

Movimentos Sociais Organizados

Para nós, a Fundação Perseu Abramo sempre foi uma referência, que nos chegava mais diretamente através dos livros e alguns debates de temas candentes difundidos por vídeos. Mas foi em 2019 que pudemos atuar lado a lado com a Fundação,

numa parceria para a realização de cursos de formação de base - as Escolas Regionais de Formação Política nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. A parceria foi bem importante e motivadora e podemos dizer que o processo de organização dos cursos foi construído a muitas mãos. Desde a preparação, convite às pessoas, ornamentação do espaço, preparo das refeições, ajuste dos equipamentos, até a chegada das cartilhas de estudo, a vinda dos assessores e dos tutores, bem como todo processo de avaliação e estabelecimento das tarefas de cada um. Ao final de cada Escola de Formação, trabalhamos uma mística de encerramento, trazendo símbolos sobre o que significa fazer formação em tempos de resistência e de prenúncio permanente de guerra do capital contra os pobres. Esta provocação resultou em mudas de árvores plantadas, livros distribuídos para cada participante com embalagens cheias de frases de compromissos, muros construídos por palavras de luta e esperança em cada tijolo depositado, e rodas em torno de chás das poderosas ervas medicinais que nos curam pelo aroma e perfume que exalam. Os símbolos na luta são importantes e também expressam a dor das perdas de vidas militantes, e por isso, trouxemos a memória de tantos e tantas que tombaram, com seus ensinamentos e coragem. Gente que “não teve tempo para ter medo” (Marighela). Com a Fundação, nos abrimos para a perspectiva de formação de alcance, que nada tem a ver com as descompromissadas EaD. Aprendemos que os meios digitais nos possibilitam chegar a mais gente e fomentar estudos em um grande mutirão de compreender melhor a realidade para transformá-la. Acreditamos que a formação de base é processo implicado na organicidade da luta de classes, e que a consciência é correspondente ao movimento real da vida e como nos organizamos para viver essa vida. Os cursos são momentos preciosos de incentivo ao estudo, à escolarização, mas também de reflexão sobre os fundamentos da ação prática. Quem só atua e não reflete teoricamente sobre o movimento coletivo da luta de classes, vai se esvaziando de sentido, e caindo no pragmatismo. Contra isso, precisamos nos armar, de livros, meios digitais, poesias, símbolos e pessoas em movimento. Que as parcerias em torno da formação se multipliquem pela esquerda e que nunca nos apartemos do nosso povo e da nossa classe. É com as massas que lutamos e com elas, é que construímos uma teoria revolucionária (Kelli Mafort, Setor de Formação do MST/SP).

Movimentos sociais (da cidade e do campo), pastorais vinculadas à igreja católica, núcleos evangélicos de esquerda, entre outros, têm se preocupado em

oferecer uma formação política aos seus militantes. A parceria da Fundação Perseu Abramo (FPA) com alguns desses movimentos, como Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra; dos Sem Tetos; dos Atingidos por Barragens (Anexo 4), para a construção de cursos de formação política, tem se mostrado uma experiência extremamente interessante no sentido de apresentar uma forma compartilhada de formação e defesa de interesses coletivos, contrariando o modo pluralista de reivindicar conquistas por e para categorias.

Da necessidade de somar esforços para chegar a um maior número de pessoas e também no maior número de lugares do Brasil, nasceu a proposta de desenvolver cursos de formação para a militância desses movimentos sociais. Nesse processo, observam-se lutas e interesses coletivos, com potencial para construção de uma unidade nacional.

Os movimentos sociais e a FPA têm sido chamados a construir uma nova sociedade, a partir do acúmulo histórico que construíram como partícipes de mudanças na vida de trabalhadores brasileiros e militantes de esquerda. E uma parte das mais importantes desse processo de mudança é a formação dos trabalhadores, em todas as suas instâncias organizativas, fornecendo os elementos para a reflexão política e ideológica, promoção de debates, estudos e pesquisas, dentro dos temas como o Estado brasileiro, políticas públicas e transformações sociais, as lutas sindicais e de movimentos sociais, assim como recuperar a história da esquerda, a fim de refletir criticamente acerca das suas conquistas e acúmulos.

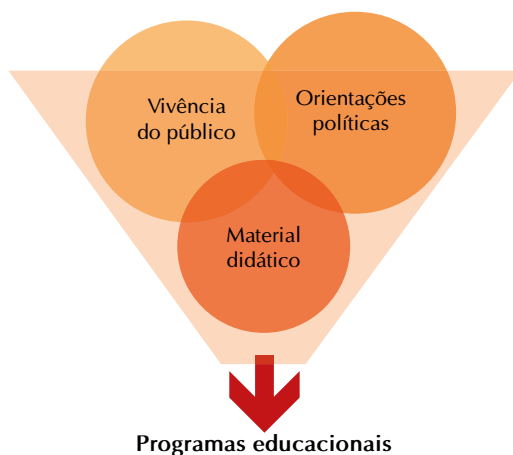
Os movimentos sociais, sindicatos, associações de trabalhadores e demais formas de organização política dos trabalhadores são essenciais na luta pela emancipação humana. E, articulados ao partido constituem-se instituições políticas capazes de dar voz a vontade nacional popular para a construção de uma nova sociedade, tal como recomendara Gramsci.

Dos Conhecimentos

O curso ajudou muito na compreensão do processo histórico que gerou a desigualdade social na sociedade brasileira onde nunca se realizou reformas profundas para superação dos graves problemas da desigualdade, racismo, machismo etc. Além de ajudar no empoderamento da militância, com conteúdos que esclarecem a complexidade da disputa política dos projetos neoliberal x Democrático Popular; sobre a

gestão pública, o planejamento, a comunicação e como fazer análise de conjuntura. Foi capaz de prover novas narrativas para ajudar no enfrentamento do momento que estamos atravessando, na medida em que municiou as turmas de participantes com dados sobre os absurdos que possibilitaram o golpe, com o conluio das elites, contra os inúmeros avanços dos governos petistas. É importante a presença da Fundação nos territórios, mas carece de algo mais do ponto de vista metodológico, no que se refere a um meio de formação continuada, com acompanhamento das pessoas participantes. Quando isto não acontece podemos ficar no estilo da metodologia da academia, onde se tem acesso a conteúdo, sem o compromisso de engajamento para valer na sociedade. A forma desse acompanhamento precisa ser construída porque o Brasil é um país continental. Foram 5 anos de muita produção e socialização de conteúdo, no Brasil inteiro, com narrativas que favorecem as classes populares. Parabéns à Fundação Perseu Abramo (Aluna, tutora [2018] e mestre pela 1ª turma do mestrado FPA/Flacso, Maria Antonia Silva de Arcanjo. – Belém-PA).

Ao desenhar nossos programas educacionais, tivemos como princípios as orientações políticas de nosso Partido e a valorização das experiências vividas por nosso público, companheiras/os do campo da esquerda; e como objetivos, organizar tais experiências por meio de videoaulas, textos e atividades, de modo que nossas/os cursistas tivessem acesso a referências bibliográficas, testemunhos e análises temáticas de nossas/os docentes, assim como entrevistas, filmes e documentários que fundamentam, sustentam e fortalecem o quê cada uma/um já tem como valores, princípios e/ou atividades.



Nossos programas educacionais foram ajustados de acordo com as mudanças sociais, assim como com a nossa problematização sobre os limites de nossos saberes e com as demandas recebidas pelas instâncias de nosso partido.

O projeto Difusão do Conhecimento é inaugurado com o curso Difusão do Conhecimento em Gestão e Políticas Públicas, com o seguinte conteúdo programático:

Aula	Professor
1. Política, Poder e Liderança em Maquiavel	Luis Vitagliano
2. Poder, Estado, Democracia e Participação	Reginaldo Moraes
3. Poder, Estado, Democracia e Participação	Elói Pietá
4. Armadilhas da Política e da Comunicação	Reginaldo Moraes
5. Análise de Conjuntura I	Guilherme Mello
6. Análise de Conjuntura II	Guilherme Mello
7. Planejamento de Projetos e Ações	Greiner Costa
8. Avaliação de Governo e Opinião Pública	Greiner Costa
9. Neoliberalismo e Neoliberalismo no Brasil	Eduardo Tadeu Pereira
10. Políticas Econômicas aplicadas às questões sociais	Marcio Pochmann
11. Os trabalhadores e suas perspectivas de ação	Luis Vitagliano
12. Um salto para o Futuro	Luiz Dulci
13. Consórcios Públicos	Vicente Trevas
14. Políticas Sociais	Eduardo Fagnani
15. Violência e Segurança Pública	Guaracy Mingardi

O programa acima foi executado entre 2014 e 2015. Em 2016 tivemos uma considerável reformulação, resultando na proposta de aulas descrita abaixo:

Aula	Professora/or
1. História do Estado Brasileiro	Andrea Azevedo
2. Partidos Políticos	José Genoio
3. Sindicatos e movimentos sociais no pós-64	Kjeld Jakobsen
4. Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento	Guilherme Mello
5. Sérgio Buarque e a formação social do Brasil	Andréa Azevedo
6. Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil	William Nozaki
7. Milton Santos e a geopolítica urbana	Ronnie Aldrin Silva

Aula	Professora/or
8. Nísia Floresta e a questão das mulheres	Mariana Mazzini Marcondes
9. Poder, Estado, Democracia e Participação: uma introdução	Reginaldo Moraes
10. Federalismo e participação social	Vicente Trevas
11. Armadilhas da comunicação	Reginaldo Moraes
12. Brasil em contexto internacional	Terra Friedrich Budini
13. Nova estrutura de classes no Brasil	William Nozaki
14. Políticas Públicas	Alexandre Guerra
15. Políticas Sociais	Ana Luíza Matos de Oliveira
16. Políticas transversais	Mariana Mazzini Marcondes
17. Planejamento	Greiner Costa
18. Um salto para o futuro	Entrevista com Luiz Dulci
19. Análise de conjuntura	Denise Dau
20. Organização da agenda	Greiner Costa
21. A disputa da opinião pública contra a hegemonia política	Vilma Bokany

Como base na proposta acima, o curso “Capacitação Governar e se Organizar a partir da crise” foi criado para atender às localidades governadas por gestões do nosso Partido:

Aula	Professora/or
História do Estado Brasileiro	Andrea Azevedo
Partidos Políticos	José Genoio
Sindicatos e movimentos sociais no pós-64	Kjeld Jakobsen
Análise de conjuntura	Denise Dau
Organização da Agenda Política	Greiner Costa
Políticas transversais	Mariana Mazzini
Celso Furtado – A Teoria Econômica e o Subdesenvolvimento	Guilherme Mello
Sérgio Buarque e a Formação Social do Brasil	Andrea Azevedo
Florestan Fernandes e a Revolução Burguesa no Brasil	William Nozaki
Milton Santos e a Geopolítica Urbana	Ronnie Aldrin Silva
Armadilhas da comunicação	Reginaldo Moraes
Planejamento	Greiner Costa
Integração de governo e ferramentas de gestão	Tony Cordeiro
O golpe de 2016 e a reação do campo democrático popular	Luis Vitagliano

No mesmo ano (2016), foi criado o “Curso de Formação para pré-candidaturas a Vereador e Vereadora”:

Aula	Professora/or
Carta Compromisso do Candidato e da Candidata Petista	Rui Falcão e Carlos Henrique Árabe
Conhecer a Cidade	Marcio Pochmann
O direito à Cidade	Erminia Maricato
A vereadora e o vereador petista: estrutura e campanha	Paulo Fiorilo
As etapas da campanha, a agenda e o planejamento de campanha	Angela Perugini e Mauro Zeuri
Mudança na Lei Eleitoral de 2016	Antonio Alves Cony
Comunicação e Redes Sociais	Nina Santos

Ainda em 2016, nosso querido e saudoso companheiro Gustavo Codas, então coordenador da área de Conhecimento da FPA, criou e executou o curso “Formação Política e Relações Internacionais: Nossa América Nuestra”:

Aula	Professora/or e/ou autora/or
Cuba e Venezuela	Valter Pomar e Iván González
Uruguai e Chile	Maria Sílvia Portella de Castro e José Renato Vieira Martins
Bolívia e Equador	Igor Fuser e Pedro Bocca
Nicarágua e El Salvador	Marco Piva e Valter Pomar
Argentina e EUA	Gonzalo Berrón e Kjeld Jakobsen
Brasil	Samuel Pinheiro Guimarães
Esquerdas e direitas na região	Breno Altman e Sebastião Velasco
Estratégia da esquerda na região, balanço e perspectivas	Terra Budini
Política Externa e Integração Regional	Kjeld Jakobsen
Programas de Desenvolvimento da Esquerda na Região	Marcos Chiliatto

Em 2017, o curso que inaugurou o projeto Difusão do Conhecimento, passou por ajustes, teve seu título alterado para “Gestão e Resistência de Movimentos Populares” e as aulas ocorreram até 2018:

Aula	Professora/or
O que é Política	Valter Pomar
História do Estado Brasileiro	Andrea Azevedo
Sindicatos e movimentos sociais no pós-64	Kjeld Jakobsen
Partidos Políticos	José Genoio
Nova estrutura de classes no Brasil	William Nozaki
Análise de conjuntura	Denise Dau
Planejamento da Ação Política	Greiner Costa
Organização da Agenda Política	Greiner Costa
Armadilhas da comunicação	Reginaldo Moraes
Comunicação e Militância Política	Otávio Antunes
O golpe de 2016 e a reação do campo democrático popular	Luis Vitagliano
A judicialização da Política	Antonio Carlos Carvalho
Neoliberalismo e Neoliberalismo no Brasil	Eduardo Tadeu
Desigualdade e desenvolvimento no Brasil	Marcio Pochmann
O direito à Cidade	Ermínia Maricato

No mesmo ano (2018), em acentuada conjuntura de crise política, econômica e social, o projeto Difusão do Conhecimento iniciou articulações com as secretarias setoriais do PT: Sindical, Meio Ambiente e Agrária, resultando em cursos iniciais, cujas aulas foram mescladas com nosso acúmulo e aulas específicas de cada setor:

Setorial Sindical - Aulas	Professora/or
História e Formação do PT	Selma Rocha e José Genoio
Estrutura e Meios de Participação no PT	Selma Rocha
O que é Política	Valter Pomar
Partidos Políticos	José Genoio
Nova estrutura de classes no Brasil	William Nozaki
Classes Sociais e Capitalismo no Brasil	Márcio Pochmann
A disputa da opinião pública contra a hegemonia política	Vilma Bokany
Comunicação e Militância Política	Otávio Antunes
História do Movimento Sindical - CUT/FPA	Artur Henrique
História do Movimento Sindical: O Novo Sindicalismo	Artur Henrique
História do Movimento Sindical: da década de 1990 a 2018	Artur Henrique

Setorial Meio Ambiente - Aulas	Professora/or
Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil	William Nozaki
História do Estado Brasileiro	Andrea Azevedo
Partidos Políticos	José Genoino
Políticas Públicas	Alexandre Guerra
Neoliberalismo e Neoliberalismo no Brasil	Eduardo Tadeu
Desigualdade e desenvolvimento no Brasil	Márcio Pochmann
O direito à Cidade	Erminia Maricato
Povos indígenas e populações tradicionais	Givânia Maria da Silva
Mudanças Climáticas	Márcio Santilli
Agroecologia	João Dagoberto
O sistema Nacional de Unidade de Conservação	Adriana Margutti
Economia Solidária	Renato Dagnino

Setorial Agrário - Aulas	Professora/or
História do Estado Brasileiro	Andrea Azevedo
Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil	William Nozaki
Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento	Guilherme Mello
Sérgio Buarque e a Formação Social do Brasil	Andrea Azevedo
Nísia Floresta e a questão das mulheres	Mariana Mazzini Marcondes
Partidos Políticos	José Genoino
Desigualdade e desenvolvimento no Brasil	Marcio Pochmann
Agroecologia	João Dagoberto
Aula Juventude Rural	Luiza Dulci
História da Terra e da Propriedade no Brasil e Direito Agrário	João Paulo Santos
A Função Social da Terra e a Luta pela Reforma Agrária	José do Carmo Alves Siqueira
Organização da produção, comercialização e industrialização	Celso Lacerda
A Dimensão Política da Agroecologia	Denis Monteiro
Educação no Campo - Acesso e geração de Ciência e Tecnologia	Clarice dos Santos

Em 2019 tivemos mudanças em nossa equipe, nova coordenação e novas/os integrantes. A conjuntura de crise política, social e econômica, iniciada em 2015/2016, ganhou novos contornos ao final de 2018, quando do resultado

das eleições para Presidência da República, que elegeu presidente do campo da ultradireita. Como resultado, intensificamos nossa movimentação em torno de nossos princípios e objetivos. A seguir estão relacionados os programas educacionais construídos em 2019.

Programas Educacionais 2019

Olá meu nome é Marcus Vinicius, sou de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e tenho 61 anos. [...] Como sou portador da Doença de Parkinson, na realidade quando me matriculei foi para me manter ocupado, o cérebro funcionando, mas adorei o curso. Vocês acertaram na veia e já estou esperando o próximo. Meus parabéns, gostei muito. Um abraço para vocês e LULA LIVRE (Aluno Marcus Vinicius Anflor, Porto Alegre-RS).

ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS PARA A AÇÃO POLÍTICA DE ESQUERDA²⁶

Direcionado aos movimentos e organizações que estão na resistência ao fascismo e retrocesso político e enfrentando governos opressores e antidemocráticos.

Aula	Professora/or
O que é Política?	Valter Pomar
História do Estado brasileiro	Andréa Azevedo
Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil	William Nozaki
Classes sociais e capitalismo no Brasil	Marcio Pochmann
O golpe e o paradoxo neoliberal: a democracia mundial em xeque	Luis Vitagliano
Sindicatos e movimentos sociais no pós-1964; e Movimento sindical: 1990 a 2018	Kjeld Jakobsen e Artur Henrique
Partidos políticos	José Genoio
A disputa da opinião pública contra a hegemonia política	Vilma Bokany
Ferramentas de comunicação social e o desafio da esquerda	Elida Miranda
Comunicação e mídias sociais	Otávio Antunes
Ódio como política	Esther Solano

²⁶ Seu conteúdo é composto pelo acúmulo do Projeto, 3 novas aulas (nºs 5, 10 e 11), ajustes de módulos e mudança de título.

Aula	Professora/or
Políticas públicas afirmativas e demandas da sociedade civil	Silmara Conchão
Análise de conjuntura	Denise Dau
Planejamento da ação política	Greiner Costa
Trabalho de base	Anderson Pedrini

GOVERNAR E ORGANIZAR A PARTIR DA CRISE

Direcionado para as prefeituras em que o PT está presente; companheiras e companheiros, assim como parceiros e movimentos sociais envolvidos na gestão. Curso desenvolvido a partir da experiência do Programa de Capacitação Continuada em Gestão Pública, voltado às prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores, que percorreu 20 estados com 76 cursos, onde o carro chefe foi “Plano de Governo e Ações para Governar”. O curso traz matérias com algumas técnicas de gestão pública e melhores práticas da forma petista de governar.

Aula	Professora/or
O direito à cidade	Ermínia Maricato
Milton Santos e a geopolítica urbana	Ronnie Aldrin Silva
Sérgio Buarque e a formação social do Brasil	Andréa Azevedo
Poder, Estado, Democracia e Participação	Reginaldo Moraes
Integração de governo e ferramentas de gestão	Toni Cordeiro
Desigualdade e desenvolvimento no Brasil	Marcio Pochmann
Políticas públicas afirmativas e demandas da sociedade	Silmara Conchão
O ciclo das políticas públicas	Alexandre Guerra
Políticas sociais	Ana Luíza Matos de Oliveira
Políticas transversais	Mariana Mazzini
Organização da agenda política	Greiner Costa
História da terra e da propriedade no Brasil e Direito Agrário	João Paulo Santos
Educação prioridade estratégica	Fernando Haddad
Armadilhas da comunicação	Reginaldo Moraes
Planejamento da ação política	Greiner Costa

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Parceria entre Secretaria Nacional de Comunicação e Núcleo de Comunicação FPA

Curso destinado para a formação de militantes petistas (e do campo petista) interessados em compreender o cenário atual e atuar em frentes de comunicação. Objetiva-se, ainda, reunir percepções e avaliações dos militantes de diferentes perfis em relação aos desafios da organização política e da comunicação no cenário atual; e apoiar os Diretórios Estaduais e Municipais na estruturação de Núcleos Digitais e em outras estratégias de organização a partir das mídias digitais.

Aula	Professora/or
O novo cenário político e o lugar da comunicação	Carlos Henrique Árabe
Comunicação e democracia	Luís Felipe Miguel
Os valores da direita e suas estratégias de mobilização em rede	Esther Solano
Os valores da esquerda e os desafios de mobilização em rede	Otávio Antunes e Paulo Pimenta
A centralidade das questões de gênero, raça e orientação sexual no debate digital	Natália Neris
A governança das plataformas digitais e a disputa sobre suas regras de funcionamento	Bia Barbosa e Jonas Valente
Facebook, Twitter e Instagram – melhores práticas e integração com estratégia nacional	Léo Casalinho
O Whatsapp e outros mensageiros – melhores práticas e integração com estratégia nacional	Diego Dorgam
O YouTube – melhores práticas e integração com estratégia nacional	Hilário Júnior
Monitoramento, análise de redes e algoritmos	Pedro Barciela
O papel dos veículos tradicionais e a relação com a imprensa	Laurindo Leal Filho
Desafios para a comunicação de esquerda	Rosemary Segurado e Francisco Fonseca

OS DESAFIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Direcionado para os interessados em compreender as desigualdades sociais e econômicas por meio da análise da história da terra e do direito agrário, com o objetivo de fomentar estratégias de enfrentamento a partir de novas metodologias e processos.

Aula	Professora/or
O que é Política?	Valter Pomar
Sérgio Buarque e a Formação Social do Brasil	Andréa Azevedo
Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil	William Nozaki
Classes sociais e capitalismo no Brasil	Marcio Pochmann
O golpe e o paradoxo neoliberal: a democracia mundial em xeque	Luis Vitagliano
Povos indígenas e populações tradicionais	Givânia Maria da Silva
História da Terra e da Propriedade no Brasil e Direito Agrário	João Paulo Santos
A Função Social da Terra e a Luta pela Reforma Agrária	José do Carmo Alves Siqueira
O sistema Nacional de Unidade de Conservação	Adriana Margutti
Mudanças Climáticas	Márcio Santilli
Agroecologia	João Dagoberto
A Dimensão Política da Agroecologia	Denis Monteiro
Organização da produção, comercialização e industrialização	Celso Lacerda
Educação no Campo - Acesso e geração de Ciência e Tecnologia	Clarice dos Santos
Juventude Rural	Luiza Dulci

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Parceria com Núcleo Análise de Conjuntura FPA

O curso “Como fazer Análise de Conjuntura”, tem como objetivo apresentar à militância do PT e dos movimentos sociais elementos que permitam analisar as conjunturas nas quais se insere a luta cotidiana. Oferece conhecimentos, conceitos e aplicações práticas sobre como fazer análise de conjuntura: Conceitos básicos essenciais à análise de conjuntura: Classes sociais, forças sociais e forças políticas; Estado e controle social; Hegemonia e dominação; Globalização e análise de política externa; Prática de análise de conjuntura: Utilização de indicadores aplicados à análise de conjuntura; e Prática de análise de conjuntura.

Aula	Professora/or
O que é (e o que não é) análise de conjuntura	(sessão de abertura – presencial)
Análise de Conjuntura	Eduardo Tadeu Pereira
Classes sociais, forças sociais e forças políticas	Sarah de Roure
Estado e controle social	William Nozaki
Hegemonia e Dominação	José Genoino

Aula	Professora/or
A economia na análise de conjuntura	Marcelo Manzano
Globalização e análise de política externa	Kjeld Jakobsen
Utilização de indicadores aplicados à análise de conjuntura	Ana Luiza Matos Oliveira
Metodologia de análise de conjuntura	Eduardo Tadeu Pereira

DESENVOLVIMENTO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Parceria com Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Meio Ambiente

A transição ecológica representa nossa visão sobre o Brasil e a nova sociedade do século XXI. Um país em que as práticas, tecnologias e inovações verdes vão ajudar a criar mais e melhores possibilidades de trabalho e renda e serão novos motores de crescimento inclusivo. O Brasil precisa pensar no longo prazo e criar políticas de adaptação às mudanças climáticas. Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o viver bem do povo brasileiro e de toda humanidade. Esta transição ecológica só será plena se estiver ancorada na democracia, na soberania nacional e na efetividade dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de todos, sobretudo dos povos do campo e da cidade, das florestas e das águas, e na igualdade plena das mulheres, da juventude e das negras e negros em todos os aspectos da vida.

Aula	Professora/or
Meio ambiente e transição ecológica	Fernando Haddad
A luta de classes sob a perspectiva da transição ecológica	Gilmar Mauro
Agenda global para o desenvolvimento sustentável	Gilney Viana
Inserção do Brasil na economia global e conflitos ambientais	Marcio Pochmann
Processos de expropriação e apropriação dos recursos naturais	Ubiratã de Souza Dias
Conflitos e convergências das questões agrária e ambiental	Luiz Zarref e Kelli Mafort
Urbanidades, saneamento e saúde	Luciana Travassos
Desenvolvimento urbano e mobilidade	Jilmar Tatto
Desenvolvimento regional e a transição ecológica	Moisés Savian
Resistência ao ataque do governo Bolsonaro ao legado dos governos do PT	Claudia Calório
Reforma Fiscal Verde	Isabelle Meunier
A organização de base e formação política como pedagogia para a transição ecológica	Doné Kika de Bessem

DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Parceria com Setorial Nacional de Direitos Humanos

A realização desse curso se insere no contexto do esforço que vem sendo empreendido pelas direções do PT e da FPA no sentido de espraiar nossas iniciativas formativas por todo o território nacional. E, simultaneamente, atender às demandas específicas do conjunto de setoriais e secretarias temáticas do PT, contribuindo para o fortalecimento/qualificação da atuação partidária na pluralidade de movimentos sociais. O fio condutor do curso é a apresentação da história do PT, de Lula e do Brasil em paralelo com a luta pelos direitos humanos e pela democracia. Em cada uma das aulas estarão presentes grandes lideranças, estudiosos, figuras emblemáticas. Dinamismo, empatia, fluidez e conteúdo acessível estruturam cada uma das 15 aulas.

Aula	Professora/or
A importância da Revolução Francesa e da Independência Americana para a afirmação histórica dos Direitos Humanos	Maria Victoria Benevides
Brasil, 500 anos de violações	Jessé de Souza
A expressão das lutas e dos movimentos sociais na Constituição Cidadã de 1988	José Genoio
Violações de Direitos Humanos; e Resistência à ditadura	Adriano Diogo e Amelinha Teles
Resistências	Ivan Seixas e José Luiz Del Roio
A fundação do PT: Não há barbárie que dure para sempre	Valter Pomar
Resistência à ditadura, a luta pelos Direitos Humanos, dos movimentos sociais e as políticas públicas dos governos do PT	Paulo Vannuchi
Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos governo Lula e Dilma	Tereza Campello
As políticas internacionais do governo Lula	Celso Amorim
Envolvimento dos Estados Unidos nos ataques às democracias latino americanas	Igor Fuser
O golpe midiático contra o Brasil e contra o PT	Emiliano José
Não fizemos a regulação da mídia, mas é possível virar o jogo	Juca Kfourri
As alternativas ao golpe midiático – mídia livre e mídia negra	Laura Capriglione e Pedro Borges

Aula	Professora/or
Prevenção e combate à tortura: histórico, ações e desafios	Sheila de Carvalho
A politização das mortes no Brasil a partir do racismo estrutural	Uvanderson Victor da Silva

MULHERES NA RESISTÊNCIA – Feminismos com raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual e recorte geracional

Parceria com Secretaria Nacional de Mulheres

A regressão dos direitos das mulheres é central para o projeto de superexploração da classe trabalhadora e da natureza do nosso país, por multinacionais e elites globais. O combate à “ideologia de gênero”, a perseguição de professoras/es com o movimento “Escola Sem Partido”, de articulação internacional e capilaridade local, demonstram que o avanço das mulheres está no centro do projeto da direita. É fundamental que as mulheres se insiram nos debates em dois sentidos: compreendam a centralidade do papel que a regressão dos direitos das mulheres para o projeto da extrema direita que emerge no Brasil; se apropriem de temas fundamentais do feminismo que diz respeito a elas mesmas, interseccionando-o com questões de raça, classe, sexualidade e identidade de gênero e geracional. A partir da compreensão de si e do projeto que o inimigo tem para as mulheres, é possível despertar para organizar uma resistência coletiva.

Aula	Professora
Mulheres como sujeitos políticos: avanços e retrocessos nas conquistas de direitos	Eleonora Menicucci
Um breve histórico dos Feminismos	Tatau Godinho
O Patriarcado, o capitalismo e as ameaças aos nossos corpos	Nalu Faria e Wilma dos Reis
De onde vem a “ideologia de gênero”? Um projeto reacionário internacional	Selma Rocha
Ocupar a política para transformar a vida das Mulheres! A importância da luta coletiva	Layse Moriere
As mulheres querem se aposentar! O risco do desmonte golpista da previdência	Marilane Teixeira
Somos trabalhadoras e temos direitos! A precarização do trabalho e o desemprego no golpe	Carmen Foro

Aula	Professora
Resistência! Saúde integral da mulher: saúde mental, física e emocional	Denise Dau e Karina Kalife
A economia solidária e criativa e o papel da cultura na emancipação das mulheres	Regilane Fernandes e Mariana Janeiro
Mulheres das águas, do campo e das florestas	Luiza Dulce e Iza Tapuia
Mulheres Diversas têm Direitos específicos! Lésbicas, bissexuais e transexuais na resistência	Simmy Larrat e Carla Ayres
Mulheres negras e o racismo estrutural na sociedade capitalista	Benedita da Silva
Feminismos - uma nova geração para lutar	Thatiane Nicácio, Laura Sito e Natália Bonavides
Mulheres e Direitos Humanos no Brasil, todas as violências	Maria do Rosário
Projeto Democrático e Popular	Dilma Rousseff

FORMAÇÃO CULTURA

Parceria com Secretaria Nacional de Cultura

O curso oferece conhecimentos da formação cultural brasileira, das artes e a cultura na sociedade contemporânea, dos conceitos e mecanismos das políticas culturais, bem como, da relação existente entre cultura e política na conjuntura e na democracia brasileira. Objetivos: Aprimorar o conhecimento da militância petista da cultura e simpatizantes, como: O papel da cultura na formação da sociedade brasileira; Acionar o potencial do campo cultural para a mobilização, a organização e a transformação da realidade sociopolítica e econômica; Desenvolver com a militância, presente nas organizações sociais, nas instituições e nos governos, noções e capacidades para a gestão de políticas culturais.

Aula	Professora/or
O que é cultura?	Márcio Tavares
A cultura brasileira	Miguel Jost
O neoliberalismo e o pós-neoliberalismo	Eduardo Tadeu
Análise de Conjuntura	Denise Dau
Políticas transversais	Mariana Mazzini
A cultura e o território	Eliane Costa
A arte e a sociedade	Gaudêncio Fidelis

Aula	Professora/or
A cultura popular	Jackson Raymundo
A cidadania cultural	Marilena Chaui
Diversidade cultural e políticas públicas	Sérgio Mamberti
As políticas culturais no Brasil	Lia Baron
Sistema Nacional de Cultura	Bernardo Novais da Mata Machado
Plano Nacional de Cultura	Guilherme Varella
O financiamento da cultura	João Brant
Cultura e Política no velho Brasil Atual	Albino Rubim

CIDADANIA LGBT E O RESPEITO À DIVERSIDADE

Parceria com Secretaria Nacional LGBT

A construção do Movimento LGBT envolve um compromisso político de cada orientação sexual e identidade de gênero com toda essa comunidade. Para isso, se faz necessário conhecer a história, as demandas e as reivindicações específicas de cada identidade constituinte da sigla e buscar estratégias adequadas para sua inclusão radical na sociedade e na política, seja institucional ou informal. A proposta desse curso é fortalecer esse entendimento de comunidade, as interseccionalidades presentes, oferecer ferramentas de articulação e promover o crescimento da representação LGBT na política partidária.

Aula	Professora/or
Educação, gênero e diversidade	Amélia Maraux
O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta	Renan Quinalha
Movimento lésbico e mulheres bissexuais. Defesa da pauta e estratégias de esquerda, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e contra a LGBTfobia	Heliana Hemeter e Danielle Brigida
As identidades de gênero e sua subversão da lógica elitista, machista e patriarcal	Symmy Larrat
Acesso à justiça da população negra LGBT, através dos mecanismos de denúncia	Alessandra Ramos, Cesar Gomes e Washington Dias
Políticas públicas para a juventude LGBT	Emerson Santos
A conjuntura social e a efervescência dos movimentos sociais: um olhar sobre as novas formas de diálogos	Carla Ayres
As conquistas e os desafios para o movimento LGBT após 50 anos de Stonewall	Azilton Viana

Aula	Professora/or
Advocacy e as estratégias de organização	Carlos Magno
Os meios de comunicação como forma de resistência	William de Lucca
Movimento LGBT e os partidos políticos	Cleyton Feitosa
A atuação parlamentar e cidadania LGBT: é possível um caminho?	Luisa Stern e Paulo Mariante

REALIDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS DA ATUALIDADE: O pensamento de Florestan Fernandes

Parceria com Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

A FPA e o MAB produziram conteúdos para subsidiar o trabalho formativo em 17 estados brasileiros para que os participantes tivessem acesso em qualquer lugar e qualquer momento. Além do desenvolvimento de videoaulas (detalhadas abaixo) disponibilizadas em ambiente on-line, foi elaborada a cartilha “Realidade Brasileira: O Pensamento de Florestan e os Desafios da Atualidade²⁷”. Essa cartilha aborda a biografia de Florestan Fernandes, enfatizando seu artigo “O que é Revolução”. Também apresenta textos complementares de Mao Tsé-Tung sobre a “importância de compreender os problemas do povo”, e Plínio de Arruba Sampaio sobre a “construção da luta popular”.

Aula	Professora/or
História do MAB	Membros do MAB
História da FPA e do Curso de Difusão do Conhecimento	Artur Henrique
Legado do pensamento de Florestan Fernandes (2 aulas)	Miguel Yoshida
As ideias centrais do pensamento de Florestan Fernandes	Miguel Yoshida
Análise de conjuntura	Marcio Pochmann
Conceitos centrais do texto “A importância de compreender os problemas do povo” Mao Tse-Tung	Gilberto Cervinski
Panorama das disputas e conflitos na geopolítica	Igor Fuser
Como está organizado o modelo energético brasileiro	Gilberto Cervinski
Características do atual modelo energético	Gilberto Cervinski
O momento histórico: Tendências e consequências para a classe trabalhadora	Fabiola Latino Antezana

²⁷ Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/realidade-brasileira-o-pensamento-de-florestan-e-os-desafios-da-actualidade-3/>

Aula	Professora/or
Os desafios da luta por um projeto energético popular	Luiz Alencar Dalla Costa
As barragens e as violações dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas	Sonia Mara Maranhão
Um breve histórico do feminismo	Tatau Godinho

FORMAÇÃO POLÍTICA DE BASE – MST (Módulo SP)

Parceria Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Além das videoaulas disponibilizadas em ambiente on-line, a FPA e o MST elaboraram o Caderno de Formação Política de Base – nº 1²⁸, com o objetivo de complementar o trabalho formativo e estimular os processos de formação de base dos acampados e assentados. Este Caderno apresenta textos de formação básica sobre os temas da questão e reforma agrária, das relações de gênero, de organicidade, e da história do Movimento.

Aula	Professora/or
História do MST e a luta pela terra	Gilmar Mauro
Formação e organicidade do MST	Simone Magalhães
Gênero, diversidade sexual, feminismo e questão racial	Kelli Mafort
Questão Agrária	Frederico Firminiano

Suporte EaD | Moodle

Utilizamos o sistema o Moodle – uma plataforma livre, própria para atividades de ensino e aprendizagem, orientada para a educação à distância, que vem sendo utilizado por diversas instituições e universidades. O suporte ao sistema opera 24 x 7, através do e-mail suporte.ead@fpabramo.org.br, que as/os cursistas têm acesso via plataforma e demais softwares e/ou aplicativos de mensageria.

De maneira geral, as solicitações de suporte são intensificadas nos primeiros dias após a aula inaugural de cada turma, e são relativas a dúvidas sobre dados de acesso (número de usuário e senha), que uma vez enviados, os cursistas passam a ter acesso sem demais problemas.

²⁸ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/caderno-de-formacao-politica-de-bases-1/>



Dúvidas relativas à navegação no sistema e ao conteúdo dos cursos são pouco frequentes e, quando ocorrem, são rapidamente resolvidas via suporte ou encaminhadas à tutoria responsável. Também as reclamações são pouco frequentes, em geral são frutos da não inserção do reclamante na plataforma, essa não inserção se dá pela ausência de uma das duas únicas exigências colocadas pelo projeto Difusão do Conhecimento: 1) inscrição no site da FPA; e 2) participação na aula inaugural com assinatura na lista de presença; temos ainda os casos de dados preenchidos incorretamente quando da inscrição *online*.

Tutoria

A experiência de ser tutor num curso de difusão do conhecimento da Fundação Perseu Abramo é incrível. No curso de Comunicação e Política tivemos a audácia de nos reinventarmos e criarmos uma nova ideia de fazer política através das redes sociais e formas de comunicação, ver companheiros e companheiras aprendendo as novas ferramentas de comunicação. Foi sem igual, ainda mais na Amazônia, a grande periferia do mundo, onde em muitos locais a internet não funciona. Mas conseguimos concluir e aprender de que forma devemos nos organizar a partir de agora nas redes sociais. Foram muitos desafios, desafios estes que nos deram um gás para seguir e contribuimos no avanço da política nacional (Tutor Richard Paiva, estudante, Belém-PA).

A função da tutoria é a de acompanhar constantemente o acesso dos participantes na plataforma EaD (Moodle), acompanhar a realização das atividades *online*, organizar as oficinas presenciais e a aula inaugural, motivar os partici-

pantes, entregar relatórios informando o plano de trabalho e acompanhamento dos participantes e evitar ao máximo a evasão.

A construção da relação com a tutoria é realizada em etapas. Após a definição de abertura da turma e início das mobilizações para as inscrições, o parceiro local indica um(a) tutor(a) para cumprir essa função de acompanhamento durante toda a duração do curso, segundo critérios estabelecidos na política do projeto. Em seguida, a equipe de coordenação de tutoria entra em contato com a pessoa indicada para:

1. Solicitar os dados para a contratação formal e remunerada de três meses;
2. Enviar um manual de tutoria com as orientações gerais do curso e instruções de uso na plataforma online;
3. Realizar treinamento via videoconferência para esclarecer dúvidas e explicar todos os detalhes da função da tutoria e, dessa forma, buscar estreitar a relação entre equipe e tutoria;
4. Encaminhar listas de inscritos para acompanhamento da mobilização para a Aula Inaugural;

Após esse primeiro momento, a equipe acompanha o tutor durante todo o curso, conferindo possíveis ajustes de inserção na plataforma após a Aula Inaugural, esclarecendo dúvidas sobre a plataforma e coordenando o cumprimento das tarefas dos tutores e tutoras. Esse acompanhamento é realizado através de:

1. Envio de e-mails a cada 15 dias, informando como estão os acessos dos participantes na plataforma;
2. Envio de e-mails lembrando o prazo estipulado para a entrega dos relatórios;
3. Esclarecimento de dúvidas via e-mail e via WhatsApp;
4. Contato direto também com os parceiros locais para a garantia da realização das tarefas dos tutores indicados por eles.

Entre os grandes êxitos dessa relação está a possibilidade de termos na figura desses tutores o crescimento de liderança local, que a partir da experiência com o curso, acabam aperfeiçoando seu trabalho de organização local e se tornando referências para aqueles grupos políticos dessas localidades, além de dar autonomia para a parceria local organizar o curso adaptado ao que melhor funciona para aquele grupo específico.

A indicação de tutoria, portanto, tem o papel de compartilhar conosco a responsabilidade pela boa mobilização e bons resultados, além de permitir que os militantes locais tenham liberdade e autonomia no processo de formação.

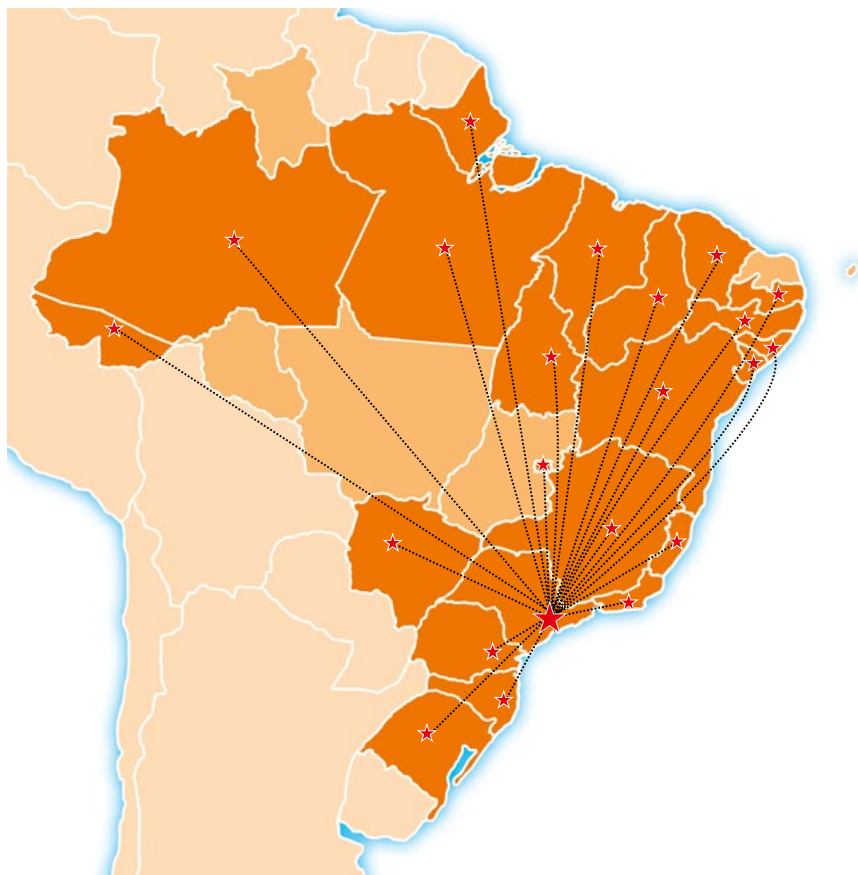
Os problemas que encontramos nessa relação se deram muitas vezes pela dificuldade de encontrar pessoas com o perfil adequado, ou ainda pela situação de termos na figura da tutoria uma pessoa que também cumpre muitas outras funções simultâneas em seus diretórios e/ou movimentos organizados e acaba sendo atropelado pelo calendário cheio que a militância exige.

Além disso, há ainda muitas dificuldades em relação ao método EaD (Formação de Alcance), que ao mesmo tempo que nos permite alcançar muitos públicos, ainda não é uma modalidade de formação totalmente absorvida pela militância. Por isso, nossos esforços têm se direcionado a tornar a plataforma o mais didática possível, e tentar facilitar os processos de inscrição e de interação *online*, além de buscar sempre fazer dos encontros presenciais um momento de esclarecimento e engajamento da turma.

Alcance do projeto

No ano de 2018 a cidade de Macapá, Amapá, entrou no circuito de formação através do Projeto Difusão do Conhecimento da Fundação Perseu Abramo. Para nós do extremo norte do Brasil esta modalidade de formação por meio de EaD ainda é algo muito novo, digo no sentido de você poder se programar para assistir às videoaulas, ler os textos e poder interagir na sala ambiente. Foi importante a presença da FPA com sua responsabilidade e credibilidade, pois contribuiu muito com a nossa formação intelectual através dos textos, das videoaulas e de todo o material produzido para o curso. A metodologia da Aula Inaugural, com a presença de uma pessoa da FPA e as oficinas regionais do curso conseguem diminuir o distanciamento entre as realidades das cidades e a grande metrópole, São Paulo, onde fica a Fundação. Outra coisa importante na metodologia é que a tutoria acaba transferindo parte da responsabilidade para nós, pois como a FPA está distante, isso gera um compromisso local de dar continuidade e concluir os cursos para utiliza-los como instrumento de transformação e empoderamento para nosso debate com a sociedade. O fato de eu ter participado como cursista, articuladora e tutora local da primeira turma da Difusão do Conhecimento foi muito importante para fortalecer meu trabalho

enquanto militante. Esse tipo de atividade confere a nós essa capacidade de articulação, organicidade, planejamento e dedicação para a conclusão da formação. Nada do que sabemos significa que não possa existir outros acessos e formações para potencializar nossa capacidade como militante, como agente público. O tema Comunicação e Política já nos trouxe a experiência para articular e sensibilizar as pessoas sobre a importância e a seriedade da Fundação em nos oferecer um curso EaD nos dando a possibilidade de conferir a cor local e promover as oficinas locais usando as experiências das cidades brasileiras (Aluna, tutora e articuladora Maria Raimunda dos Santos Nascimento, Macapá-PA).



Perfil quantitativo do alcance do curso

Trata-se de um estudo quantitativo quanto à abordagem e comparativo quanto ao seu formato e estruturação. O universo pesquisado compreendeu os inscritos nos cursos de difusão do conhecimento. Na lista de cadastros fornecida pela FPA, constaram 30.478 pessoas inscritas até dezembro de 2019, excluindo-se os registros duplicados.

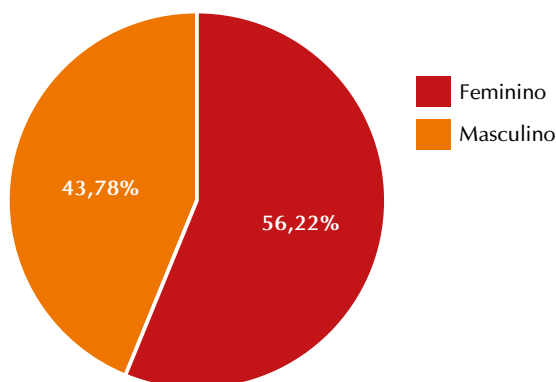
Os dados levantados foram tratados, tabulados e analisados pelo software estatístico IBM SPSS 19, que resultaram em tabelas e gráficos sobre gênero, faixa etária, raça/cor, grau de instrução, filiação partidária, entre outros.

Esse levantamento de dados permitiu comparações que refletem aspectos territoriais e temporais, mas também abre perspectiva para outras análises por meio de recortes específicos.

Caracterização geral – inscritos 2014-2019

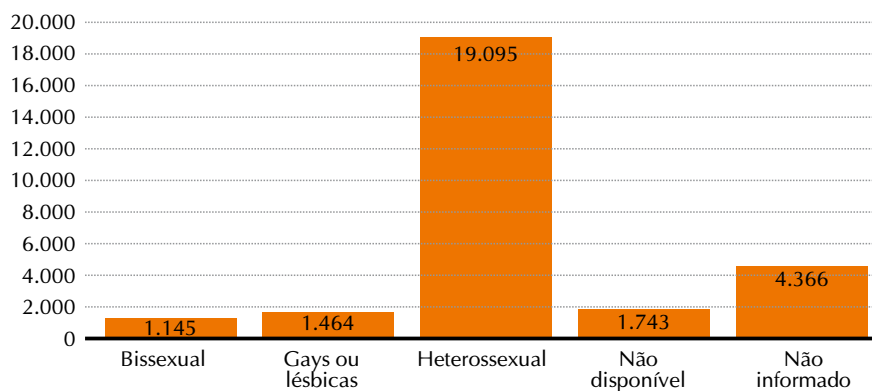
Do total de inscritos, entre 2014 e 2019, os dados por gênero apontam uma composição de 56% de mulheres e 44% de homens. Consequentemente, tem-se uma razão de sexo de 78 homens para cada 100 mulheres. Como comparação, no país, de acordo com o censo demográfico de 2010, a razão de sexo é de 96 homens para cada 100 mulheres. Ou seja, observa-se uma significativa predominância feminina nos cursos oferecidos para difusão do conhecimento.

Gênero



Considerando a orientação sexual dos inscritos nos cursos de difusão do conhecimento, 69% se declararam heterossexuais, e outros 9% informaram que eram bissexuais/gays ou lésbicas.

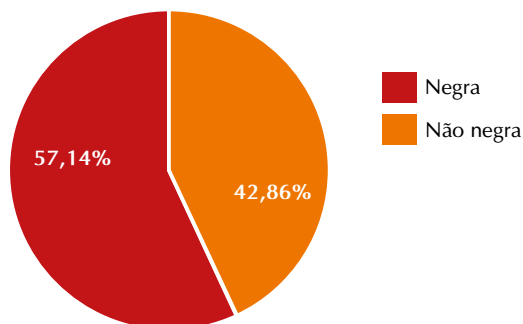
Orientação sexual



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Ao analisar as características dos inscritos, também é relevante observar sua configuração segundo a raça declarada. Assim, do total de inscritos entre 2014 e 2019, 57% se declararam pessoas negras (soma de pretos e pardos). No comparativo, o Censo Demográfico de 2010 apontava uma população negra de 51% dos brasileiros.

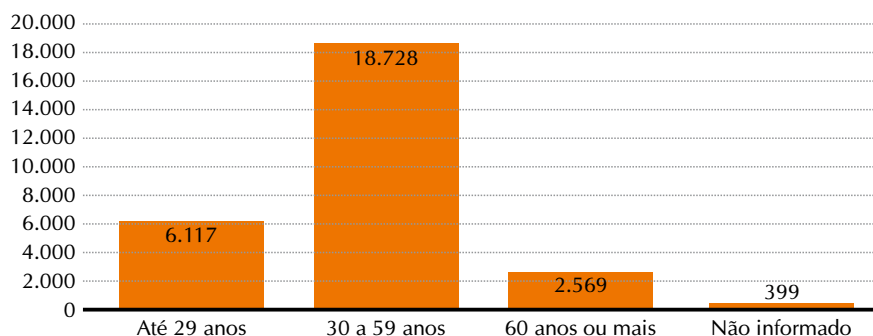
Raça



Fonte: Fundação Perseu Abramo

A estrutura por faixa etária dos companheiros e companheiras inscritas nos cursos de difusão do conhecimento apresentou o resultado de 22% de jovens (entre 16 e 29 anos de idade), 67% de adultos (30 a 59 anos de idade), enquanto as pessoas acima de 60 anos eram 9% do total de inscritos. Comparativamente, no país, o censo demográfico de 2010 mostrava que 25% da população brasileira eram jovens entre 16 e 29 anos de idade, enquanto que quase 11% eram idosos, com 60 anos de idade ou mais.

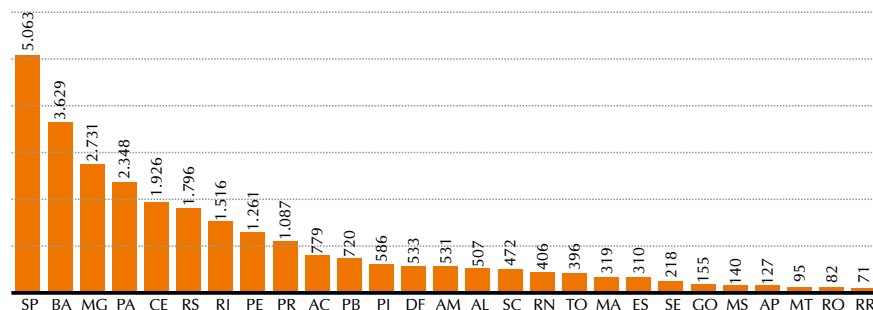
Faixa etária



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Pouco mais de 18% dos inscritos residiam no estado de São Paulo, seguido por Bahia (13,1%), e Minas Gerais (9,8%). Por outro lado, os estados brasileiros com menos inscritos eram Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

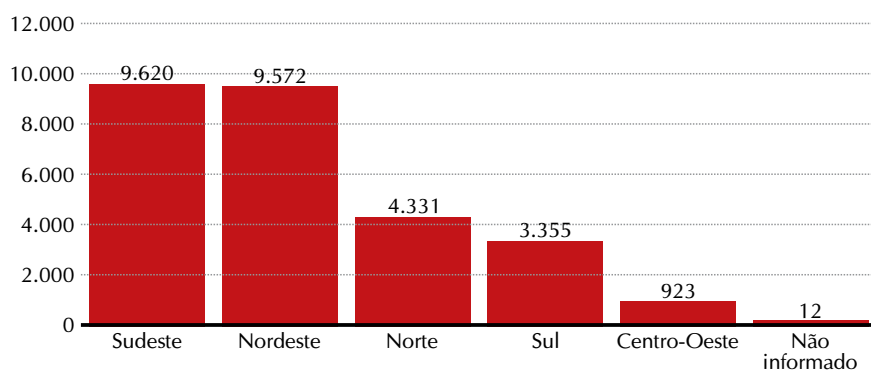
UF de residência



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Considerando as regiões brasileiras, observa-se um equilíbrio entre o número de inscritos do sudeste e nordeste, com 35% e 34% respectivamente. Em seguida, temos a região norte que foi influenciada pelo número de inscritos do estado do Pará. Destaca-se, ainda, o pequeno número de inscritos na região Centro-Oeste.

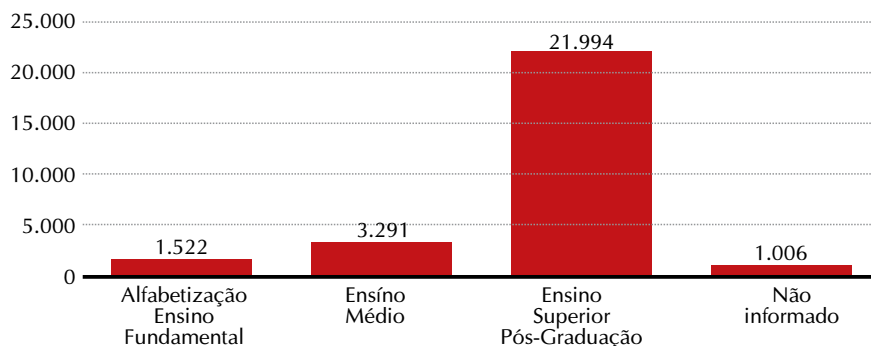
Regiões brasileiras



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Entre 2014 e 2019, a distribuição dos inscritos por nível de instrução mostrou que a parcela que tinha o curso superior ou pós-graduação foi de 79% e, no outro extremo, a constituída pelos inscritos com alfabetização ou o ensino fundamental abarcou apenas 5%.

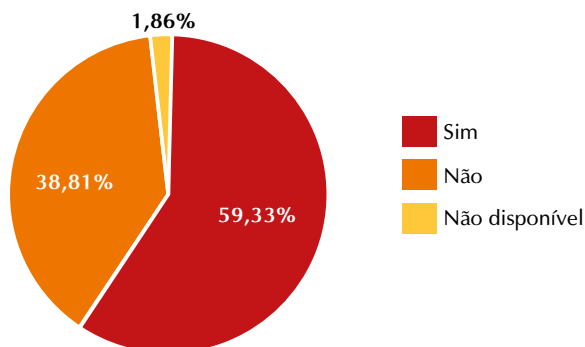
Grau de instrução



Fonte: Fundação Perseu Abramo

De cada dez inscritos, cerca de seis pessoas declararam que tinham filiação partidária, enquanto outras quatro pessoas afirmaram não pertencer a nenhum partido.

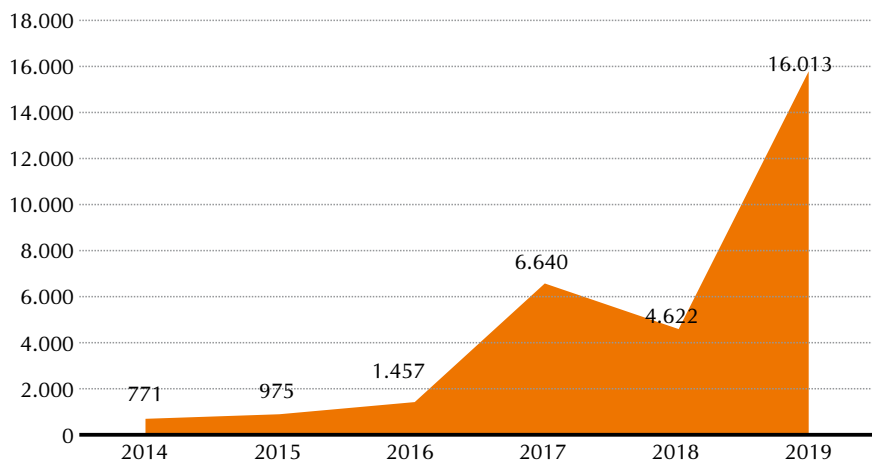
Filiação partidária



Fonte: Fundação Perseu Abramo

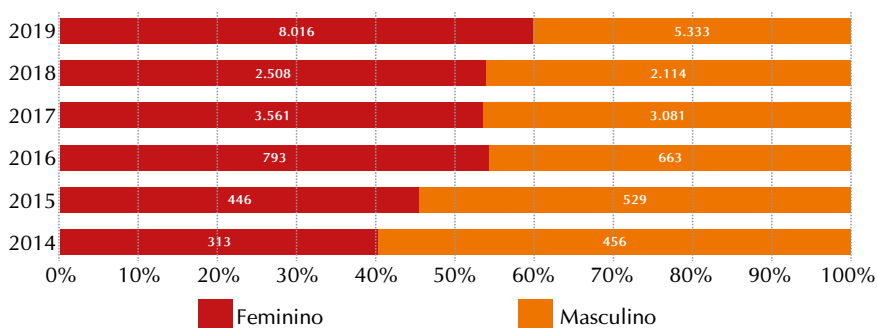
Evolução 2014-2019

Número de inscritos



Fonte: Fundação Perseu Abramo

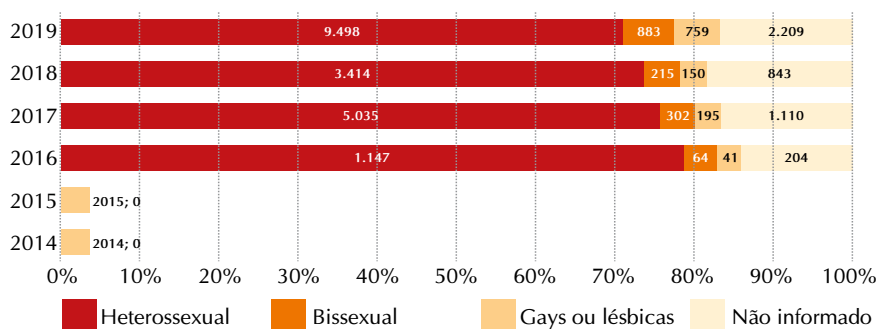
Gênero



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Em 2014 e 2015, observa-se que os homens eram predominantes entre os inscritos nos cursos de difusão do conhecimento. Esse resultado inverte-se a partir do ano 2016, quando as mulheres passam a representar 54% dos inscritos, número que se repetiria nos dois anos seguintes. Em 2019, constata-se o aumento do interesse das mulheres, com 60% de inscritos.

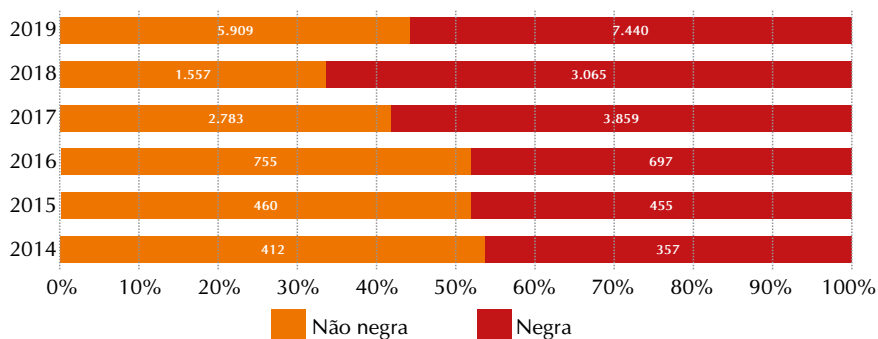
Orientação sexual



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Até 2015, os dados sobre a orientação sexual não eram solicitados. A partir da inclusão dessa questão no formulário de inscrição, o percentual de pessoas que se declararam bissexuais ou gays/lésbicas quase dobrou, passando de 7% em 2016 para 13% em 2019.

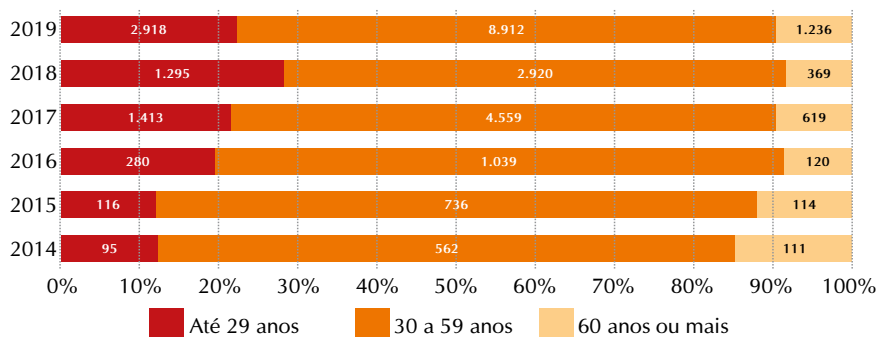
Raça



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Até 2016, as pessoas negras (que se declararam pretas ou pardas) representavam entre 46% e 48% dos inscritos. Porém, a partir de 2017 observa-se uma inversão nesse quadro racial. Em 2019, as pessoas negras já eram 56% do total de inscritos.

Faixa Etária

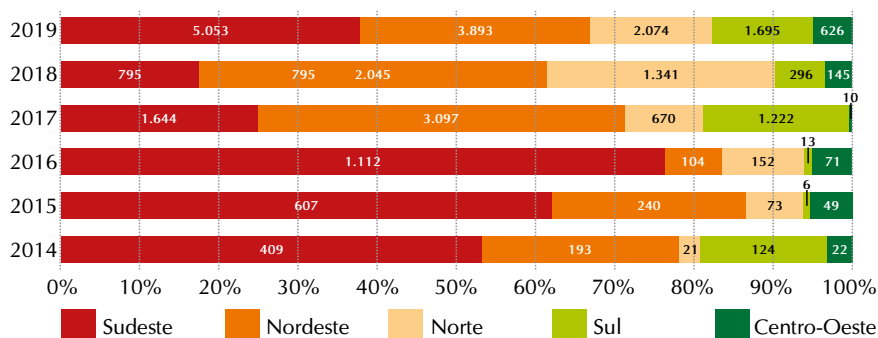


Fonte: Fundação Perseu Abramo

A composição etária dos inscritos passa por um processo de rejuvenescimento. A proporção de pessoas até 29 anos de idade aumentou de 12% em 2014, para 22% em 2019, enquanto o número de pessoas com 60 anos de idade ou mais decresceu de 14% para 9% no mesmo período.

Fonte: Fundação Perseu Abramo

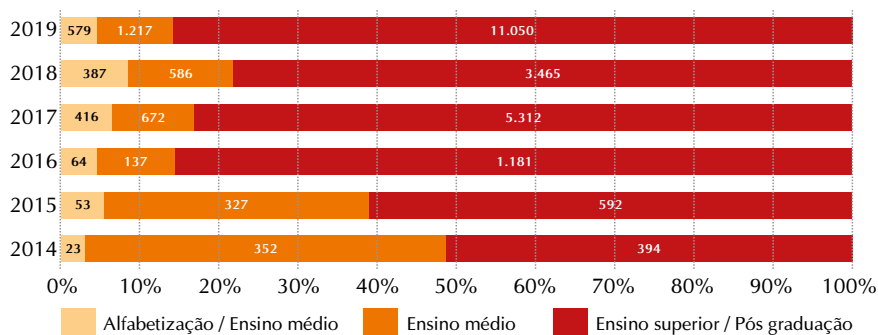
Regiões brasileiras



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Observa-se, uma tendência por uma melhor distribuição de inscritos no decorrer desses últimos seis anos. A região sudeste, que já apresentou uma participação de 77% dos inscritos em 2016, não ultrapassou 38% em 2019. Ainda assim, a região centro-oeste ostenta a pior participação de inscritos nos cursos de difusão do conhecimento, com média de apenas 3,5% do total entre 2014 e 2019.

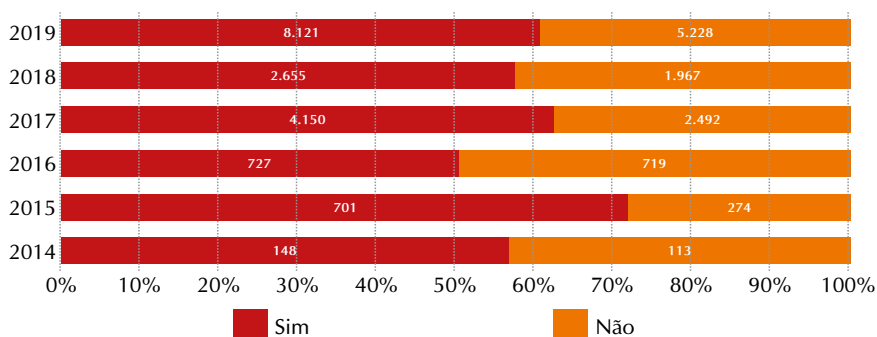
Grau de instrução



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Com relação ao grau de instrução dos inscritos nos cursos de difusão do conhecimento, entre 2014 e 2019, o número de pessoas com ensino superior passou de 51% para 86% do total.

Filiação partidária

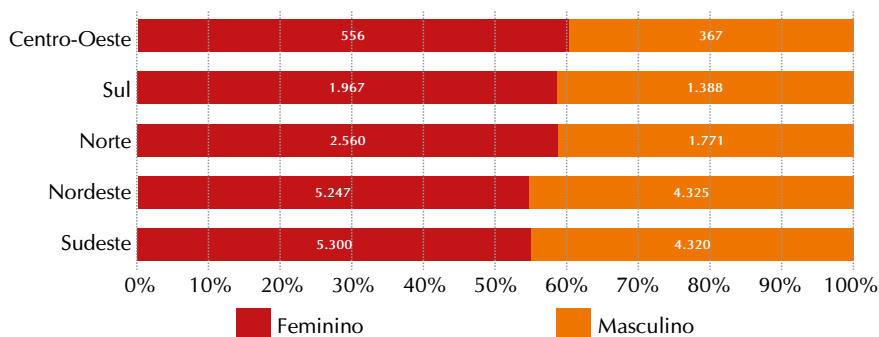


Fonte: Fundação Perseu Abramo

Em média, entre 2014 e 2019, de cada dez inscritos, seis possuíam filiação partidária. O ano de 2015 apresentou a maior participação de filiados (72%). Por outro lado, em 2016 ocorreu a maior procura por cursos entre não filiados (50%).

Análise territorial – inscritos 2014-2019

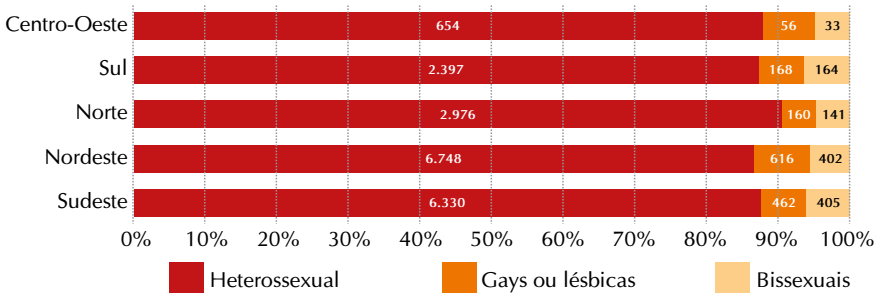
Gênero



Fonte: Fundação Perseu Abramo

A distribuição das pessoas no território é um aspecto relevante e mostra, entre 2014 e 2019, uma maior procura das mulheres pelos cursos de difusão do conhecimento nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste (59% a 60%). Por sua vez, as regiões Nordeste e Sudeste contavam com participação de 55% de mulheres.

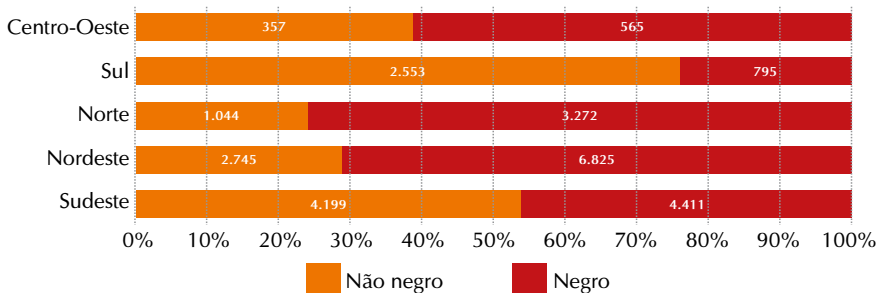
Orientação sexual



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Considerando os dados sobre orientação sexual, a região Norte apresenta o menor percentual de inscritos (9%) que se declararam bissexuais ou gays/lésbicas, e o Nordeste aparece como a região com mais pessoas que informaram sua bissexualidade/homossexualidade (13%).

Raça

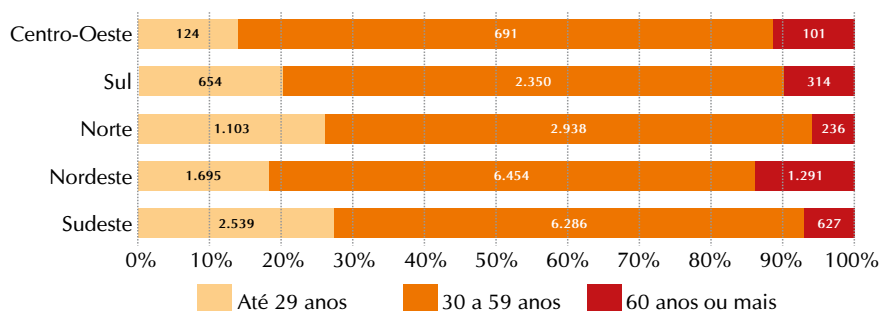


Fonte: Fundação Perseu Abramo

A distribuição por raça nas regiões brasileiras reflete padrões históricos de ocupação e movimentos relacionados à dinâmica econômica. O gráfico acima mostra maior proporção de não negros na região Sul (76%) entre 2014 e 2019. As maiores proporções de negros (soma de pardos e pretos) estão nas

regiões Norte e Nordeste (76% e 71%, respectivamente). A região Sudeste apresenta uma distribuição um pouco mais equilibrada, com 54% de não negros e 46% de negros.

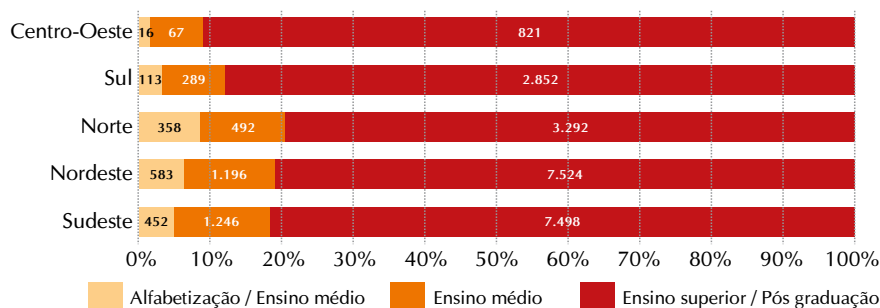
Faixa etária



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Nos cursos de difusão do conhecimento, as regiões Nordeste (27%) e Norte (26%) apresentaram maior proporção de jovens de 16 a 29 anos de idade em relação ao total de inscritos, entre 2014 e 2019. Por outro lado, a região Sudeste contava com o maior percentual de pessoas acima de 60 anos de idade (14%) entre os inscritos nos cursos.

Grau de instrução

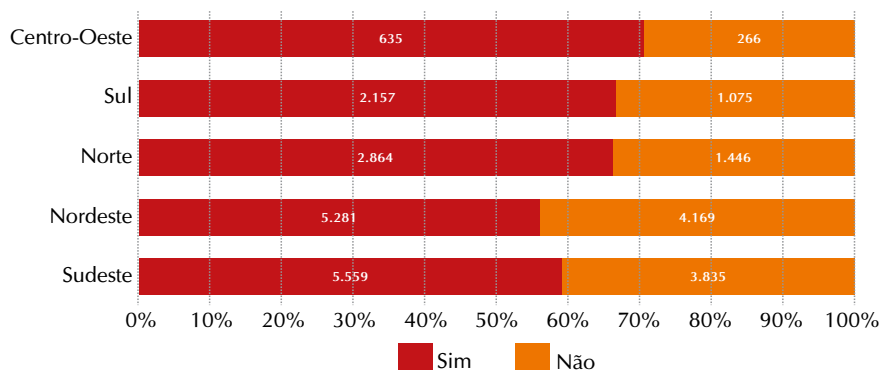


Fonte: Fundação Perseu Abramo

Entre os inscritos nos cursos de difusão que responderam o grau de instrução, a região Centro-Oeste apresentou a maior proporção de pessoas com ensino superior ou pós-graduação (91%). No outro extremo, o Norte contava com maior percentual de pessoas com alfabetização/ensino fundamental, com 9% dos inscritos daquela região.

Finalmente, de acordo com o levantamento de dados, 70% dos inscritos da região Centro-Oeste tinham filiação partidária. Já a procura pelos cursos de difusão do conhecimento na região Nordeste atraíram 44% de pessoas sem nenhuma filiação partidária.

Filiação partidária



Fonte: Fundação Perseu Abramo

4. Especialização em gestão de políticas públicas

No primeiro trimestre de 2013 a nova direção da Fundação Perseu Abramo iniciou seus trabalhos com um quadro de projetos bem delineados. Entre os diversos desafios que estavam colocados deve-se destacar um conjunto de demandas por formação de quadros no momento pós-eleição de 2012. Em síntese, as vitórias eleitorais e a consequente participação nos governos municipais ocorreram em cerca de 650 cidades para o cargo de prefeito(a) e outras mais de 500 cidades em que PT estava como vice ou compondo a aliança de governo vitoriosa. Esse quadro somado ao início do 11º ano de gestão Federal, grandes bancadas parlamentares no Senado, Câmara Federal, Assembleias

Legislativas, a presença em seis governos estaduais e mais de 2.000 vereadores recém-eleitos, conferiram prioridade ao desenvolvimento de um esforço de formação de quadros.

Para responder a esta situação a FPA optou por priorizar programas de formação técnico-política para militantes buscando ampliar e qualificar os quadros gestores, novas lideranças e a militância petista de forma geral. Para isso, foi constituído o Laboratório de Capacitação em Políticas e Gestão Pública integrado por três frentes de atuação.

Uma primeira frente foi a implantação de ciclos de formação com o objetivo de apresentar à militância e aos gestores municipais petistas a importância do conhecimento sobre o Estado, sobre as classes sociais, sobre história do Brasil, e sobre os modelos de desenvolvimento socioeconômico democráticos e de transformação social. Buscava-se também desenvolver conhecimentos e capacidades sobre planejamento público, construção do plano de governo, capaz de possibilitar um processo de alianças e a formação das equipes de governo com base nas orientações e ações programáticas. E ainda a definição de estratégias de longo prazo com a adoção das marcas e eixos estratégicos de um governo, que em regras gerais definem o modelo de gestão. Este primeiro conjunto de iniciativas de formação foi definido como o programa de Formação – Curso de Difusão do Conhecimento.

Uma segunda frente de atuação de capacitação de gestores e novos quadros petistas foi iniciada no segundo semestre de 2013, com a implantação pela FPA do primeiro curso de especialização em política e gestão pública. Com uma programação multidisciplinar e carga horária de 360 horas, o CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, em nível de pós-graduação e estrutura semipresencial, turmas para até 300 participantes, foi idealizado em parceria com instituições de Ensino Superior, a partir da construção conjunta e dialogada sobre programação, metodologia e conteúdo programático inovador, atualizado e com viés para que a militância, parlamentares e gestores públicos petistas pudessem renovar conhecimentos, trocar experiências e lograssem ampliar a qualidade de sua atuação política.

A terceira frente de capacitação foi orientada pela implementação de um curso de mestrado (com programa equivalente a um mestrado profissional) em Estado e políticas públicas. O objetivo era qualificar e aprofundar a formação

de quadros dirigentes petistas para governança pública, com rigor teórico e, ao mesmo tempo, capacidade de ação e reflexão crítica no âmbito das políticas públicas. As linhas de pesquisa propostas inicialmente foram Economia e políticas públicas; Políticas públicas e intervenção do Estado e Políticas públicas para o território, regiões e urbanização.

No período 2013-2017 foram iniciadas e concluídas 11 turmas do Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, como foco de formação em temas relacionados ao estado, à Gestão Pública democrática, gestão estratégica e de políticas públicas, para filiados e filiações com graduação, com metodologia semipresencial com apoio de ferramentas para educação a distância. Na seção 2.6 são detalhados os quantitativos atingidos por esta experiência de formação técnica e política pelo Partido dos Trabalhadores.

Apresentamos a seguir o detalhamento de informações sobre a experiência com a segunda frente de atuação realizada – o curso de especialização da Fundação Perseu Abramo.

Um primeiro ponto a destacar é especificamente a novidade representada pela oferta de formação técnico-política de qualidade e em larga escala, com certificação por instituições de ensino superior reconhecidas como a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Universidade estadual de Campinas (Unicamp), por meio de sua Escola de Extensão (EXTECAMP), e Centro Universitário Fundação Santo André.

Um segundo ponto a realçar é o desenvolvimento de uma experiência inovadora de formação direcionada a militantes de um partido político com apoio em ferramentas para Educação a Distância, metodologia semipresencial, em arranjos integrados de atividades individuais e em grupos, e elaboração final de Trabalhos de Conclusão de Curso respeitando-se as normas acadêmicas.

Como resultado da estrutura organizacional e mecanismos de acompanhamento e apoio cognitivo aos participantes deve-se enfatizar que ao final das 11 turmas podemos contabilizar centenas de trabalhos de conclusão de curso elaborados e aprovados. A cada parceria com as diferentes instituições de ensino superior parceiras foram definidas as regras de funcionamento e certificação, sendo obrigatórios trabalhos individuais ou produzidos por meio de parcerias

de dois ou três alunos, abordando e propondo políticas públicas com origem em problemas socialmente relevantes de todas as regiões do país.

Um desdobramento de qualidade do esforço feito foi hoje estar disponível um total de 369 destes trabalhos para acesso e consulta por meio da biblioteca digital da Fundação Perseu Abramo por meio do endereço <https://biblioteca-digital.fpabramo.org.br/xmlui/>.

Devemos ainda descrever o resultado conseguido a partir da diretriz definida pela diretoria da FPA para que a oferta de turmas fosse descentralizada, com a realização de encontros presenciais nas cidades de Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Teresina, Santarém e em Santo André. Ver a Seção 2.1, a seguir, onde é apresentado o detalhamento das cidades e as datas onde foram abertas as turmas.

Essa orientação para distribuição de oportunidades por todos o país levou a que tenham sido certificados participantes concluintes com aprovação e entrega de TCC na maioria dos estados do país. Desta forma a experiência logrou bom resultado na descentralização de atividades, ampliação de acesso e de oportunidades para os filiados ao PT.

Outro ponto que deve ser destacado é a busca da pluralidade de conteúdos trabalhados, a troca de experiências e o desenvolvimento de conhecimentos e abertura ao apoio e participação colaborativa de mais de uma centena de profissionais de todo o país. O que é demonstrado nesse relatório de atividades nas Seções 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6, onde são listados todos os docentes, palestrantes e profissionais que participaram nas diversas turmas do curso, sejam aulas presenciais, seja nas atividades de aprendizagem em EaD, seja por meio de palestras e entrevistas online.

Todas estas características permitem afirmar que a proposição, organização e realização de 11 turmas do curso de especialização, recebendo cerca de 3.100 pedidos de inscrição e concretizando cerca de 1.200 participantes concluintes com aprovação e entrega de trabalhos de conclusão de curso, representou um esforço coletivo de construção participativa, cooperação e inovação em relação às experiências anteriores de formação política experimentadas por organizações de esquerda no Brasil.

Finalmente, o processo de aprendizagem institucional propiciado pela experiência de realização do Curso de Especialização apresenta alguns pontos de

preocupação que exigirão aprimoramento em programas de formação semelhantes no futuro.

Um primeiro ponto, apontado como aspecto qualitativo que precisa ser corrigido, é a dificuldade de acesso à internet em diversas regiões do território nacional. Dada a abrangência proposta para o curso, as possibilidades de acesso à internet em banda larga para atividades em EaD não são as mesmas em algumas regiões do país, o que se revelou como uma limitação para essa modalidade. Obviamente com o passar do tempo e a expansão do acesso à tecnologia essa restrição tende a ser reduzida.

Outro ponto de aprendizagem e para redirecionamento da proposição de programas e conteúdo para os cursos diz respeito à parceria com instituições de ensino superior. Em próximas oportunidades a busca de parcerias com instituições de ensino superior de diferentes regiões do Brasil poderá superar uma limitação cognitiva percebida na experiência realizada.

Deve ser adotada como diretriz para situações futuras o desenvolvimento de temas, problemas públicos e experiências de políticas públicas mais representativas das desigualdades regionais, e alinhadas com conhecimento aplicado relativo à sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional na região amazônica ou para o semiárido nordestino, como exemplos.

Apesar de o curso ser oferecido sem custos para os participantes, a necessidade de deslocamento para encontros presenciais foram dificultadas, com o passar do tempo, pelo agravamento da crise econômica e desemprego após 2015, golpe de 2016 e com a saída do PT do governo. A consequência da crise em meio a esses fatores passou a inibir o número de inscritos para cursos de média duração, como foi o caso do Curso de Especialização da FPA, com duração de 9 a 12 meses. No período após 2016 passou a haver menor procura e principalmente passou a cair o percentual dos ingressantes que chegavam ao final dos trabalhos com aproveitamento. Nesse momento a direção da FPA decidiu pela descontinuidade desse programa de formação, passando a dar maior ênfase aos cursos de Difusão de curta duração, 3 a 4 meses, e ampliando a oferta do curso de maestria, de mais longo prazo e critérios de seleção mais estritos.

SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO, PALESTRANTES, CONVIDADOS, DOCENTES E EQUIPES DE MONITORIA DAS 11 TURMAS DO CURSO (2013-2017)

Turma 1 – São Paulo (em parceria com FESP-SP) período de realização: 30/08/2013 a 27/04/2014

Turma 2 – São Paulo (em parceria com FESP-SP) período de realização: 25/10/2013 a 01/06/2014

Turma 3 – São Paulo (em parceria com EXTECAMP) período: 10/04/2014 a 28/02/2015

Turma 4 – São Paulo (em parceria com EXTECAMP) período: 31/07 a 02/08/2014

Turma 5 – Belo Horizonte (em parceria com EXTECAMP) período: 12/12/2014 a 29/11/2015

Turma 6 – Santo André (em parceria com o Centro Universitário Fundação Santo André) período: 26/06/2015 a 19/06/2016

Turma 7 – Salvador (em parceria com EXTECAMP) período: 10/07/2015 a 26/06/2016

Turma 8 – Santarém, PA (em parceria com EXTECAMP) período: 14/08/2015 a 30/07/2016

Turma 9 – Porto Alegre (em parceria com EXTECAMP) período: 04/03/2016 a 12/03/2017.

Turma 10 – Teresina, PI / Fortaleza, CE (em parceria com EXTECAMP) período: 18/03/2016 a 26/03/2017.

Turma 11 – Belo Horizonte (em parceria com EXTECAMP) período: 04/03/2016 a 12/03/2017.

Obs.: após o encerramento de cada turma há um prazo de três a quatro meses para finalização do curso, definição de aprovados, notas e entregas de versões finais dos trabalhos de conclusão.

RELAÇÃO DE PALESTRANTES E CONVIDADOS PARA AULAS E MESAS DE DISCUSSÃO EM ENCONTROS PRESENCIAIS (relação geral das 11 turmas)

Adrielle Manjabosco – Secretária Estadual de Juventude do PT/RS.

Alfredo Pessoa, Prof. UFCeará – Desafios presentes para a gestão pública no Brasil.

Ana Julia Carepa, ex-governadora do Pará – A experiência de gestão no governo do Pará.

Ana Paula Malfitano, Prof^a Dr^a UFSCar – Direitos e políticas públicas: proteção social e integração em rede de ações de governo.

Ana Paula Paes de Paula, Prof^a Dr^a UFMG – Por uma nova gestão pública: a questão da participação social.

Ana Paula Siqueira, Secretária Estadual Formação Política – PT/MG.

Angelo Palmisano, Pró-Reitor de Graduação FMU.

Antônio Alves Filho, Secretário de Formação Política PT/CE.

Antônio José Medeiros, presidente Fundação CEPRO (representante do governador Wellington Dias)

Ary Vanazzi, presidente PT/RS.

Artur Henrique da Silva Santos, Secretário de Trabalho, Solidariedade e Empreendedorismo da Prefeitura de SP – Experiências em gestão pública em prefeituras petistas.

Bernadete Konzen, Prof^a Faculdade Equipe de Sapucaia do Sul (RS); foi secretária estadual de Habitação no governo Olívio Dutra.

Carlos Árabe, Secretário Nacional de Formação do PT.

César Cristiano de Lima, Sub-secretário de Gestão Governamental do Governo de MG. Estratégia de desenvolvimento regional e territorial do Estado de MG.

Daniel Calbino, Prof. Dr. UFMG. Formação de Gestores Públicos: situação atual em Minas Gerais e na universidade pública brasileira.

Danilo Vieira, Prof. Dr. Fundação João Pinheiro-MG. A formação que se está oferecendo aos gestores públicos é coerente com a gestão democrática necessária para alavancar a mudança social?

Deolindo Moura, vereador recém-eleito em Teresina. Foi coordenador de Juventude do Estado do PI.

Eduardo Antônio Modena, reitor do Instituto Federal de São Paulo – Relato de experiência de gestão pública democrática.

Eduardo Storopoli, reitor da Universidade Nove de Julho.

Eduardo Tadeu Pereira, ex-prefeito de Várzea Paulista e colaborador da Escola Nacional de Formação - Crítica ao Estado moderno: desafios para a gestão pública democrática.

Elaene Rodrigues, Prof^a UNB – Crise política, perplexidade e ações necessárias.

Eliane Silveira, Coord. Assessoria de Comunicação da Bancada do PT na AL-RS.

Ellen Coutinho – Secretária Estadual Formação Política – PT/BA.

Elói Pietá, ex-prefeito de Guarulhos e ex-vice-presidente da Fundação Perseu Abramo – Quando ideologia, economia e política transformam ou imobilizam o Estado.

Emir Sader – Desconstruindo mitos do período neoliberal: exigências colocadas para uma gestão pública democrática brasileira.

Fátima Cleide, diretora da Fundação Perseu Abramo.

Geraldo Pastana, Secretário Estadual Formação Política – PT/PA

Gilberto de Carvalho, ex-ministro, presidente do Conselho do SESI Nacional – Gestão Pública Democrática – desafios presentes e perspectivas para 2016/18.

Greiner Costa – Desafios da comunicação para gestores públicos.

Gustavo Codas, coordenador da Área de Produção do Conhecimento da Fundação Perseu Abramo.

Haldaci Regina da Silva, Coordenadora de Políticas para Mulheres do Governo do PI.

Iole Ilíada, vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo.

Irene Nogueira Costa, Secretária Formação Política – PT/PI.

Iris de Carvalho, dirigente do CEPERS Sindicato.

Jackson De Toni, Ministério da Indústria e do Comércio – Desconstruindo mitos do período neoliberal: desafios colocados para uma gestão pública democrática brasileira.

Jerônimo Rodrigues, Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia – Gestão Pública de esquerda, desafios e perspectivas futuras.

- Joaquim Soriano, diretor da Fundação Perseu Abramo.
- Jorge Coelho, diretor da Escola Nacional de Formação.
- José Amilton de Souza, reitor da Fundação Santo André.
- José Pimentel, senador PT/CE.
- Josefa Francisca de Lima, Secretária de Movimentos Populares do PT/PI.
- Josefina Carazzato, prof^a e consultora em políticas públicas – Análise de problemas e planejamento de projetos.
- Juarez Guimarães, prof. da UFMG, colaborador da Fundação Perseu Abramo.
- Juca Pimentel, presidente do PT/Santarém.
- Juçara de Quadros – Debatendo uma proposta de formação em Gestão Pública de esquerda.
- Kjeld Jackobsen, diretor da Fundação Perseu Abramo.
- Leila Modanez, vice-reitora da Fundação Santo André.
- Letícia Godinho de Sousa, diretora da Escola de Governo. Fundação João Pinheiro/MG.
- Liana Maria da Frota Carleial, diretora do Instituto Municipal de Administração Pública. IMAP/Curitiba.
- Lilian Abreu, Secretária de Formação Política – PT/ MG.
- Luciana Mandelli, diretora da Fundação Perseu Abramo.
- Luciano Fonseca, prefeito de Bertolândia/ PI.
- Luiz Dulci – Planejamento de uma gestão; como ouvir a sociedade, como receber as demandas na gestão pública, modernização e mudança estrutural da administração pública.
- Luis F. Vitagliano, coordenador do Curso Difusão em Gestão e Políticas Públicas da FPA.
- Luisiane Lins, ex-prefeita de Fortaleza. Experiência de gestão como prefeita: desafios para fazer um bom governo. Como transformar o programa eleitoral em ações e projetos na gestão.
- Luiz Fernando Mainardi, deputado estadual PT/RS.
- Marcelino Fontelles, professor do IFPI – Formação em Gestão Pública de esquerda.

Márcia Lopes – Desafios para fazer um bom governo e ser um bom gestor ou gestora.

Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo – Gestão do Estado no capitalismo.

Maria do Carmo Lara, ex-prefeita e deputada federal PT/MG – Desafios presentes para o projeto de desenvolvimento e mudança social em andamento.

Maria do Rosário, deputada federal/RS – Crise política, perplexidade e ações necessárias.

Marília Campos, deputada estadual PT/MG.

Marta Rodrigues, presidenta do PT/Salvador.

Mauricio Magro, pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Fund. Santo André.

Mauro Borges Lemos, ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – desafios colocados para uma gestão pública petista no Brasil.

Milena Serafim, Prof^a Dr^a GAPI-Unicamp – Metodologia de Análise de Políticas.

Milton Zimmer, presidente do PT/Pará.

Miriam Belchior – Desafios da gestão governamental em um país em mudança. Que Estado, que modelo de gestão pública estamos desenvolvendo e é coerente com nosso projeto de país? Modernização e mudança estrutural da administração pública.

Nelson Machado – O que significa ser um gestor público em um país em mudança; referenciais e riscos, desafios, recomendações.

Nildon Pitombo, diretor-geral do Instituto Anísio Teixeira – Salvador/BA.

Nilmário Miranda, Secretário Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do Governo MG; membro do Conselho Curador e ex-presidente da Fundação Perseu Abramo.

Nilza Aparecida de Oliveira, Secretária de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de São Bernardo do Campo – Reflexões sobre Gestão Pública e Gestão Privada – impactos sobre os governos de esquerda.

- Odair Cunha, presidente do PT/MG e deputado federal.
- Olívio Dutra – Crise política, perplexidade e ações necessárias.
- Paulo Miotto, ex-prefeito de Amparo/SP – Relato sobre experiências de planejamento e coordenação de governo.
- Patrus Ananias – Desafios da gestão pública para um país em mudança: experiência de gestão em programas sociais.
- Paula Cavalcanti, prof^a da Univ. Estadual da Bahia – Instrumentos metodológico-operacionais para a Gestão Estratégica Pública.
- Rafael Dias, prof. do GAPI-Unicamp – Exemplos de aplicação da MDP e MEP e de TCCs - Cursos de Gestão Estratégica Pública.
- Raimunda Monteiro, reitoria da UFOPA – Desafios colocados para a gestão pública democrática: o contexto amazônico.
- Raul Pont – A proposta de formação em Gestão Pública de esquerda.
- Regina Reis, prefeitura municipal de Santo André/SP – Cooperação Intergovernamental e Planejamento Regional Estratégico.
- Regina Souza, senadora PT/Piauí – Desafios presentes para o projeto petista: golpe, crise política e ações necessárias.
- Reginaldo Moraes, prof. da Unicamp – Política, sociedade e meios de comunicação de massa – armadilhas e ilusões.
- Reginaldo Souza Santos, prof. da UFBA – Administração Política e Gestão Pública Democrática: O que a conjuntura aponta para o futuro da gestão pública brasileira.
- Renato Dagnino, prof. da Unicamp – O Cenário da Democratização e os desafios para a Gestão Pública.
- Roberto Nascimento, presidente da Fundação João Pinheiro, MG.
- Rosemary Segurado, prof^a da PUC-SP e FESP-SP – Metodologia da Pesquisa.
- Sérgio Godoy, prof. da Fundação Santo André – Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais: a construção de uma relação estado-sociedade sustentável e democrática
- Sônia Braga – Diretório Nacional.
- Stela Farias, vice-líder da Bancada do PT na AL-RS e ex-prefeita de Alvorada.

Swedenberger Barbosa, secretário-chefe da Casa Civil do GDF – Desafios da gestão pública democrática.

Tiago Pimentel – Comunicação Pública, transparência, acesso à informação, redes sociais: limites e possibilidades para a Gestão Democrática.

Ubiratan de Souza, Secretário de Formação do PT de Porto Alegre/RS.

Valéria Vieira de Moraes – Desafios para a gestão pública de esquerda, modo petista de gestão?

Vera Machado, Secretária de Formação do Diretório Municipal do PT/São Paulo – Políticas públicas setoriais e transversalidade.

Vladimir Oganaukas, prof. da UFBA – Corrupção e impostos: reflexões sobre Gestão Pública e Gestão Privada.

Docentes e equipes de monitoria EaD, por turma:

TURMAS 1 e 2 – Curso Gestão Pública Fundação Perseu Abramo – FESP-SP

Coordenação FESP: professores doutores Cecília de Almeida Gomes, Marcos Florindo e Henrique Ferreira.

Corpo docente das Disciplinas:

Prof. Dr. Eduardo Pereira – Estado, administração pública e a gestão democrática e popular.

Prof. Dr. Moisés Marques – Políticas Públicas, Planejamento Governamental.

Prof. Dr. Fernando Burgos – Políticas públicas: análise e relato de experiências.

Prof^a Dr^a Elza Emi Itani – Gestão de receitas e despesas no setor público.

Prof. Dr. José Antônio Fernandes – Modernização e aperfeiçoamento dos serviços públicos

Corpo docente – Aulas e videoaulas (Ver Anexo A).

Equipe monitoria EaD: Prof^a MSc. Milena de Senne Ranzini, Prof^a Dr^a Maria Cristina Briani, Prof. MSc. Claudio Barroso, Prof. MSc. Rafael Balzeiro Zim, Prof. MSc. Eduardo Grim, Prof. MSc. Luis Fernando Vitagliano, Alessandra Atti, Prof^a MSc. Alessandra Almeida, Marcelo Soares.

TURMAS 3 e 4 (São Paulo), 5 e 11 (Belo Horizonte), 7 (Salvador), 8 (Santarém), 9 (Porto Alegre) e 10 (Teresina e Fortaleza)

Docente da Unicamp responsável pelo Curso: Prof. Dr. Renato Dagnino.

Equipe docente – Prof. Dr.: Milena Serafim, Rafael Dias, Greiner T. M.

Costa, Reginaldo Moraes, Ana Paula Malfitano, Valeriano Mendes

Costa, Eduardo Tadeu Pereira, José Antonio Fernandes; Prof. MSc.: Luis Fernando Vitagliano e Paulo Turato Miotta.

Equipe de monitoria EaD – Alessandra Atti, Alessandra Félix de Almeida

(Prof^a MSc.), Alina Lins (Prof^a Dr^a), Ana Carolina Guerra Lins (Prof^a

Dr^a), Andréa Almeida, Clarisse Goulart Paradis (Prof^a MSc.), Cyntia de

Sousa Godinho (Prof^a Dr^a), Daniel Calbino Pinheiro (Prof. Dr.), Denise

Antônia de Paulo Pacheco (Prof. MSc.), Dircenara Sanger, Édna Gomes,

Edson Valadares, Eduardo José Grin (Prof. MSc.), Eliane Silveira,

Elielson Soares Farias, Eratóstenes Lima (Prof. MSc.), Fabio de Andrade

(Prof. MSc.), Fabíola Paulino da Silva (Prof^a MSc.), Fabrício Santana,

Flávia de Paula Corrêa Pavan, Gianna Dias, Glaucilene Nogueira

Lima, Isabella Jinkings, Josefina Carazzato (Prof^a MSc.), Karoline Reis

Cavalcante, Leonardo Fialho, Lúcia Maria Bertini, Madalena Noronha

(Prof^a MSc.), Marcelo Soares, Maria Cristina Briani (Prof^a Dr^a),

Marinalva Soares Murça (Prof^a MSc.), Nagela Raposo Alves (Prof^a Dr^a),

Otavio de Souza (Prof. MSc.), Ottmar Teske (Prof. MSc.), Rafael Balseiro

Zin (Prof. MSc.), Sanyo Drummond Pires (Prof. MSc.), Tali Pires de

Almeida (Prof^a MSc.), Tatiana Scalco (Prof^a MSc.), Tereza Dantas de

Moura (Prof. MSc.), Vicente Silva.

Supervisão de monitoria: Prof^a MSc. Alessandra Félix de Almeida, Prof^a Dr^a

Maria Cristina Briani, Prof^a MSc. Andrea Azevedo, Prof^a Dr^a Natália

Fingermann, Prof^a Dr^a Paula Arcoverde Cavalcanti.

TURMA 6 – Convênio de Cooperação com o Centro Universitário Fundação Santo André

Coordenação do Curso: Prof. MSc. Eliel Waldvogel.

Equipe docente – Prof. Dr. Jean Tible, José Antonio Fernandes, Prof. Dr.

Kjeld Jacobsen, Prof. MSc. Eliel W. Cardoso, Prof^a Dr^a Iole Ilíada, Carlos

Maldonado, Prof. Dr. Reginaldo Moraes, Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira, Josefina Carazzato, Greiner Costa, Luis Fernando Vitagliano, Prof^a MSc. Maria Antônia Dias Martins, Prof. Dr. Jeroen Klink, Prof^a Dr^a Milena Serafim, Prof. Dr. Antonio Carlos Aguiar, Prof. Dr. Salomão Jovino da Silva, Prof^a Dr^a Daniela Cardoso Pinto, Prof. Dr. Jesus Carlos, Prof. MSc. Sérgio Godóy, Prof^a Dr^a Silmara Conchão, Prof^a Dr^a Nalu de Faria da Silva, Prof. Msc. Fernando Bruno, Prof. Dr. Renato Rovai, Prof. Dr. Eduardo Fagnani, Paulo Turato Miotta, Prof. MSc. José Celso de Oliveira, Prof. MSc. Wladimir Camilo.

Equipe de monitoria EaD - Alessandra Atti; Andrea Azevedo; Isabella Jinkings; Maria Cristina Briani; Natalia Fingermann; e Táli Pires de Almeida.

Supervisão: Alessandra Felix de Almeida.

Fundação Perseu Abramo

Diretoria Executiva período 2013-2017: Marcio Pochmann, presidente; Iole Ilíada, vice-presidenta; Kjeld Jakobsen, diretor financeiro; Luciana Mandelli, Fátima Cleide e Joaquim Soriano, diretores

Coordenação do Curso de Especialização: Greiner Costa - greinercurso@yahoo.com.br

Secretária do Curso: Roberta Coimbra - roberta.secretaria@fpabramo.org.br

Convidados para entrevistas TVFPA e web-aulas que fizeram parte da programação do curso de especialização:

- Entrevistada: Prof^a Dr^a Ana Fonseca – Desafios para a ação da esquerda e a transformação do Estado brasileiro. Entrevistadora: Prof^a Dr^a Natalia Fingermann.
- Entrevistada: Prof^a Dr^a Magda Lima Lúcio – Gestão Pública para o Desenvolvimento – mudança e inclusão social. Entrevistador: Joaquim Soriano.
- Entrevistados: Prof^a Dr^a Beá Tibiriça, Otávio Antunes e Prof. Dr. Renato Rovai – Democracia, mídias e mobilização social. Entrevistadoras: Fernanda Estima e Prof^a Dr^a Isabella Jinkings. (4 edições).

- Prof. Dr. Eduardo Fagnani – Balanço sobre governos do PT: uma visão sobre resultados e desafios. Entrevistador: Joaquim Soriano, Alessandra Almeida e Natalia Fingermann (5 edições).
- Prof. Dr. Gabriel Medina – Desafios para a ação da esquerda e a transformação do Estado brasileiro. Entrevistadora: Fernanda Estima (2 edições).
- Prof^a Dr^a Iole Ilíada – Desafios colocados para a ação da esquerda e a transformação do Estado brasileiro. Entrevistadores: Prof. Dr. José Antonio Fernandes e Prof^a MSc. Andrea Azevedo (4 edições).
- Prof. Dr. Jean Tible – Desafios para a ação da esquerda. Entrevistador – Prof. Dr. William Nozaki.
- Carlos Maldonado e Prof. Dr. Clovis Bueno de Azevedo – Políticas públicas para gestão de pessoal e relacionamento com o servidor público. Entrevistadores: Prof. Dr. José A. Fernandes, Alessandra Atti e Prof^a Dr^a Natalia Fingermann (4 edições).
- Prof^a Dr^a Nalu Farias – Gênero, políticas públicas e atuação dos movimentos sociais. Entrevistadora: Prof^a MSc. Mariana Mazzini.
- Prof^a Dr^a Nilza de Oliveira – Democracia, participação popular e gestão participativa. Entrevistadora: Alessandra Almeida.
- Otávio Antunes e Prof^a Dr^a Rose Segurado – Comunicação pública, acesso e direito à informação, transparência na gestão pública. Entrevistadora: Prof^a Dr^a Natalia Fingermann.
- Pedro Pontual – Democracia, participação popular e cidadania. Entrevistadoras: Prof^a Dr^a Natalia Fingermann e Prof^a Dr^a Milena Serafim (2 edições).
- Prof. Dr. Valeriano Mendes Costa – Opinião Pública e Avaliação Governamental. Entrevistadora: Prof^a MSc. Andrea Azevedo.

Corpo docente das turmas 1 e 2 do Curso de Especialização: Aulas e videoaulas

Nome do(a) Docente: / Nome da Disciplina:

Prof^a Dr^a Ana Paula Malfitano – Integração de Políticas de Proteção Social.

Prof. Dr. Artur Scatolini – Outras formas de contratação no setor público: concessões, parceria público-privado e contratos de gestão.

Áurea Regina de Sá – Gestão de imagem.

Profª Drª Catarina Ianni Segatto – Planejamento regional no Brasil, políticas públicas e planos setoriais

Prof. Celso José de Oliveira – Planejamento de comunicação.

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira – Democracia participativa, participação popular, gestão participativa.

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira – Estado, Economia e Reforma de Estado no projeto neoliberal.

Prof. Dr. Fernando Burgos – Políticas para Mulheres, Juventude, Igualdade Racial, Pessoa Idosa, Pessoas com Deficiência, LGBT, conceitos e estudos de casos.

Prof. Dr. Fernando Burgos – Indicadores socioeconômicos: leituras sobre avanços e desafios.

Prof. Dr. Fernando Burgos – Políticas públicas sociais tradicionais e políticas para a gestão urbana: requisitos, desafios e experiências.

Profª Drª Elza Emi Itani – Receitas Públicas e repartição das Receitas Tributárias.

Profª Drª Elza Emi Itani – O aparato normativo que regula as contas públicas, controle interno e externo.

Prof. Dr. Greiner Costa – Gestão de Crises.

Prof. Dr. Greiner Costa – Avaliação Governamental e Opinião Pública.

Prof. Dr. José Antônio Fernandes – Estado como novíssimo movimento social.

Prof. Dr. José Antônio Fernandes – Programas de formação e desenvolvimento profissional e para a gestão de pessoal no setor público.

Prof. Dr. José Antônio Fernandes – Qualidade de vida no trabalho: normas, incidentes e medidas preventivas, (assédio moral e outras doenças do trabalho).

Prof. Dr. José Ferraz - Relacionamento governo-cidadão: atendimento ao público e de Ouvidorias.

Profª MSc. Marcela Belic Chierubine – Experiências e legislação: consórcios públicos e agências.

Prof. Dr. Marcio Pochmann – Funcionamento das finanças públicas na economia.

Mario Realli – Integração de Políticas Públicas.

Prof. Dr. Moisés Marques – Planejamento de projetos e de programas econômicos e sociais, políticas de estado e participação social.

Prof^ª MSc. Patrícia Laczynski – Modelos de governança regional e metropolitana.

Prof^ª MSc. Paula Ravanelli – Federalismo no Brasil.

Prof. MSc. Paulo Turato Miotta – Integração e Articulação Regional e/ou metropolitana.

Pedro Reis Galindo – Progressividade tributária e arrecadação dos municípios.

Pedro Reis Galindo – Políticas para ampliação de receitas municipais.

Prof^ª Dr^a Rosemary Segurado – Metodologia da Pesquisa.

Prof. Dr. Rui Maluf – Relações institucionais e sindicais.

Toni Cordeiro – Planejamento integrado.

Quadro Geral de Inscrições e Concluintes nas 11 turmas do Curso de Especialização

Turma	Inscrições	Matrículas	Concluintes
Turma 1 (São Paulo)	314	247	208
Turma 2 (São Paulo)	280	230	194
Turma 3 (São Paulo)	322	293	149
Turma 4 (São Paulo)	264	223	126
Turma 5 (Belo Horizonte)	308	268	123
Turma 6 (Santo André)	273	229	120
Turma 7 (Salvador)	310	285	74
Turma 8 (Santarém)	220	193	68
Turma 9 (Porto Alegre)	294	239	72
Turma 10 (Teresina/Fortaleza)	228	194	68
Turma 11 (Belo Horizonte)	212	186	67
Total	2.745	2.587	1.269

(*) Concluintes: pressupõe APROVAÇÃO E ENTREGA da versão final do TCC.

5. Maestría: cinco anos de programa de Bolsas da Fundação Perseu Abramo

Desde 2015, a Fundação Perseu Abramo vem oferecendo bolsas para formação em nível de pós-graduação (*stricto sensu*) para filiados do Partido dos Trabalhadores. A iniciativa se deu a partir da constatação de que, diante das profundas transformações que se processaram na sociedade brasileira e no partido desde a sua fundação no início da década de 1980, parecia importante ofertar aos militantes uma formação acadêmica de fulcro que abordasse as temáticas da formação do Estado e da gestão de políticas públicas. Além disso, entendia-se que dadas as especificidades do público – pessoas que vinham de experiências em governos, de movimentos sociais ou de organizações sindicais – seria de grande relevância desenvolver um programa de pós-graduação que conjugasse pesquisa e práxis, capaz não apenas de contribuir para a formação de quadros do partido, mas também de consolidar investigações acadêmicas sobre diversos temas que orbitam a vida partidária e da prática política, mas que nem sempre recebem a devida atenção dos programas tradicionais de pós-graduação.

Deste modo, depois de um rico processo de debate e formulação, comandado pelo professor Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, cientista político aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi construído um programa no campo da Ciência Política que primava pelo ineditismo e pela abordagem diversificada na área de Gestão de Políticas Públicas em parceria com a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso/Brasil). A Flacso é um organismo internacional, autônomo e intergovernamental fundado em 1957 a partir de uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Composta hoje por 19 Estados-membros, a Flacso desenvolve atividades de pesquisa e cooperação acadêmica em 14 países da América Latina e Caribe, além da Espanha. No Brasil, sua atuação, que teve início com convênio assinado em 1990 para a abertura de sede acadêmica, hoje se dá principalmente na formação e pesquisa em educação, direitos humanos, juventude e violência, sob direção de Salete Sirlei Valesan Camba.

A primeira turma do mestrado teve início na cidade de São Paulo no primeiro semestre de 2015. Seguiram-se então outras seis turmas presenciais que foram

sendo iniciadas de forma consecutiva a cada novo semestre, todas elas formatadas para uma média de 35 alunos, oriundos de todas as regiões do Brasil. No conjunto das disciplinas obrigatórias, além de um bloco de disciplinas instrumentais (Ferramentas Analíticas das Ciências Sociais; Metodologia da Pesquisa Científica e Técnicas de Redação e Pesquisa Científica) e duas disciplinas de Seminário de Pesquisa, são oferecidas outras duas disciplinas teóricas que compõem a espinha dorsal do programa: Estado Brasileiro e Desenvolvimento Capitalista e Teoria e Prática em Políticas Públicas. Complementarmente, exige-se aos estudantes cursar três disciplinas eletivas, a maior parte delas dedicada a temas específicos das políticas públicas ou de gestão (veja a relação de disciplinas no Anexo II) que possam não ter sido abordadas a fundo durante o ciclo de disciplinas obrigatórias.

Ao longo do primeiro ano de atividades do curso, então chamado de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, uma série de diálogos e debates se deram em torno da percepção de que – diante do contexto que nosso país passava a vivenciar – a produção de conhecimento, pesquisa e análise no âmbito do curso precisava ampliar seu alcance para além da dimensão apenas da elaboração e análise de políticas públicas, procurando também incorporar dimensões profundas de compreensão da constituição do Estado brasileiro. Desde 2016, então, a Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas se propôs a explorar as condições e especificidades estruturais do governo e do Estado no Brasil e na América Latina, tendo em vista, cada vez mais, a necessidade do campo progressista não apenas de compreender os anos de governo Lula e Dilma, como também os processos históricos que contribuíram para conjuntura na qual a população brasileira se encontra hoje.

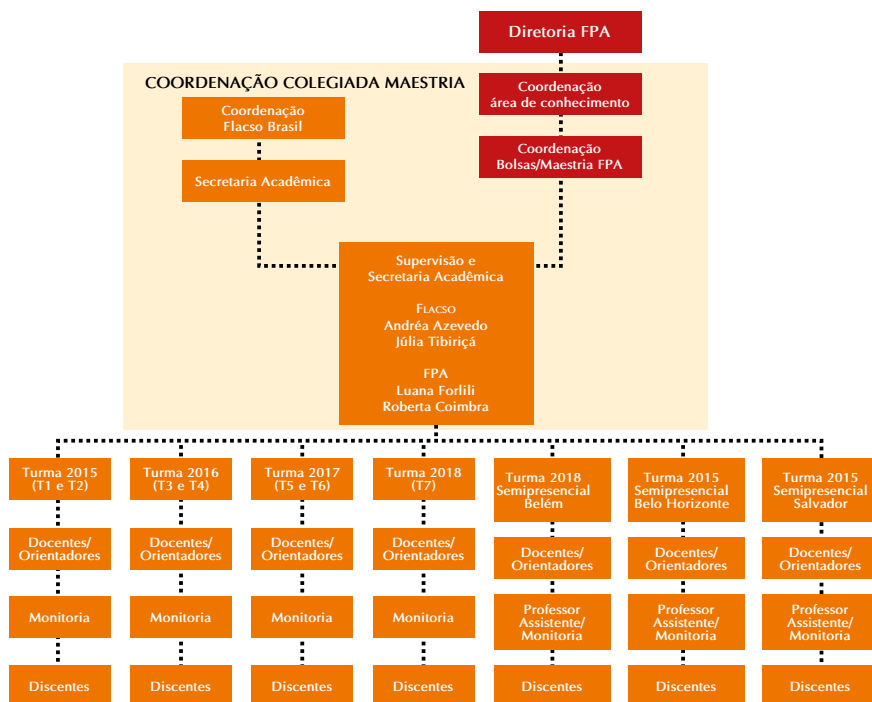
A Maestría, de acordo com as normativas do Sistema Flaco, oferece a seus concluintes um diploma internacional de nível de mestrado *stricto sensu* que pode ser reconhecido por instituições de pós-graduação brasileiras que oferecem curso de grau e área temática equivalente, desde que essas disponibilizem vagas no sistema da Plataforma Carolina Bori, mantido pela CAPES.

Organizado a partir de duas linhas de pesquisa - *políticas públicas e intervenção do Estado no Brasil e na América Latina* e *políticas públicas para o território, regiões e urbanização no Brasil e na América Latina* -, até sua terceira edição (2017) já tinham passado pelo curso 210 estudantes de diversas regiões e diversas áreas de formação. Em 2018, então, um importante avanço no projeto se deu com

a sétima turma presencial que se iniciava na cidade de São Paulo, ao passo que se procurava ampliar o alcance regional do *Maestria*. As três primeiras turmas semipresenciais, cada uma contando com cerca de 100 vagas, foram abertas concomitantemente nas cidades-polo de Belém (PA), Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG), inaugurando uma iniciativa pioneira em *pós-graduação stricto sensu* oferecida em modalidade de Ensino à Distância (EaD) na área de gestão pública.,

Compreendendo, portanto, cerca de 335 novos estudantes para o ano de 2018, a *Maestria* passou a se organizar de acordo com uma equipe expandida, colaborando desde as cidade-polo de realização do curso. No organograma abaixo, pode-se ver a estrutura geral de gestão do curso entre os anos de 2015 e 2018.

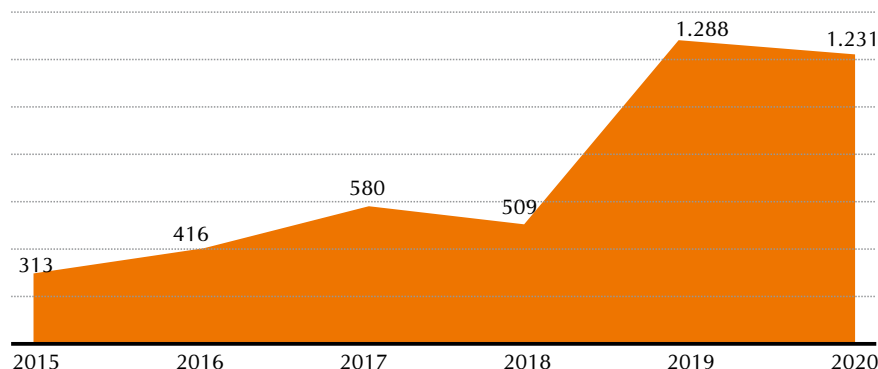
Organograma Maestria Flacso/FPA



Aproveitando-se do aperfeiçoamento das tecnologias de ensino à distância, a modalidade semipresencial foi concebida para oferecer três encontros presenciais – dedicados a aulas expositivas, realização de provas e oficinas – entremeados por uma série de atividades realizadas remotamente por meio da

plataforma Moodle. De tal forma, ampliou-se significativamente a escala do programa de pós-graduação, tendo-se conseguido um resultado excepcional em termos de aproveitamento. Encerrado o período inicial de dois anos de aulas, dos quase 300 alunos que iniciaram na modalidade semipresencial no primeiro semestre de 2018, mais de dois terços (209) concluíram todos os créditos obrigatórios e tiveram seus projetos de pesquisa aprovados para seguirem à etapa de pesquisa e elaboração da dissertação final. Além disso, do ponto de vista financeiro, a versatilidade e a economia de recursos associadas a esse formato de ensino permitiram que o custo mensal por aluno fosse reduzido para apenas 118 reais, o que representa uma despesa total per capita, ao longo dos 36 meses de vigência do curso, de 4.248 reais.

Inscritos nos processos seletivos



Fonte: Fundação Perseu Abramo

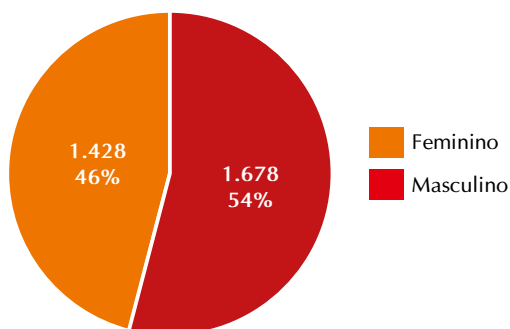
Assim, ao longo destes cinco primeiros anos de operação do programa de bolsas de pós-graduação da FPA, em parceria com a Flacso/Brasil, tivemos 4.337 filiados inscritos nos processos seletivos, dos quais 544 foram aprovados e efetivamente matriculados, 86 concluíram suas dissertações de mestrado, 34 estão em fase de conclusão, enquanto outros 209 deverão começar a preparar suas dissertações a partir de março de 2020. Para dar conta desse ambicioso projeto, além das pessoas diretamente envolvidas na coordenação, supervisão e secretaria acadêmica, na orientação das dissertações e nas bancas de defesa, o

programa contou até aqui com a colaboração de 43 docentes de todo o país, os quais ministraram aulas presenciais ou por vídeo.

Perfil dos alunos

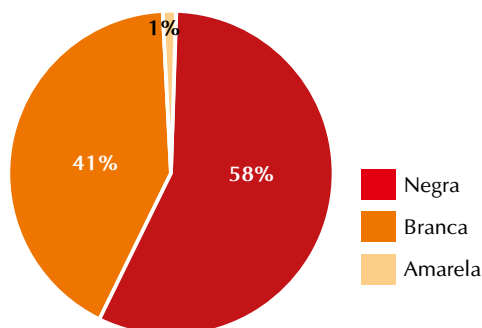
Considerando o total de alunos inscritos nos processos seletivos até 2018²⁹, isto é, um contingente de 3.106 filiados ao PT, um pouco mais da metade era do sexo masculino (54%), cerca de 58% se declararam negros e quase dois terços (62%) tinham entre 30 e 49 anos de idade (veja nas figuras abaixo).

Gênero



Fonte: Fundação Perseu Abramo

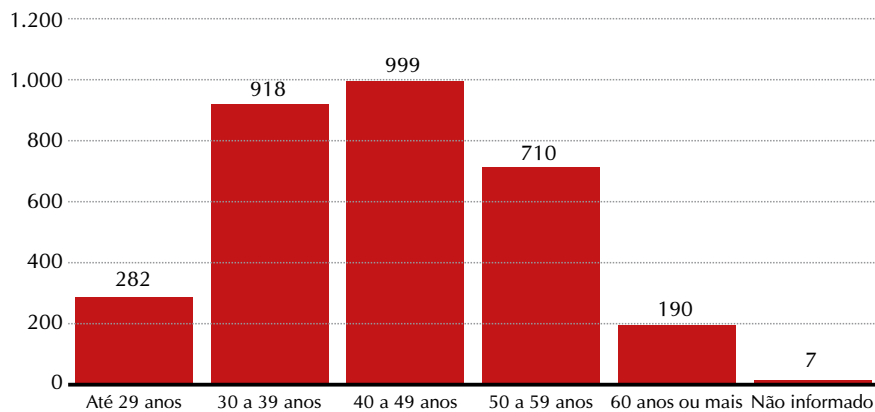
Raça/Cor



Fonte: Fundação Perseu Abramo

²⁹ Até a conclusão do presente texto, os dados completos do perfil dos inscritos no processo seletivo para as turmas de 2020 ainda não estavam disponíveis.

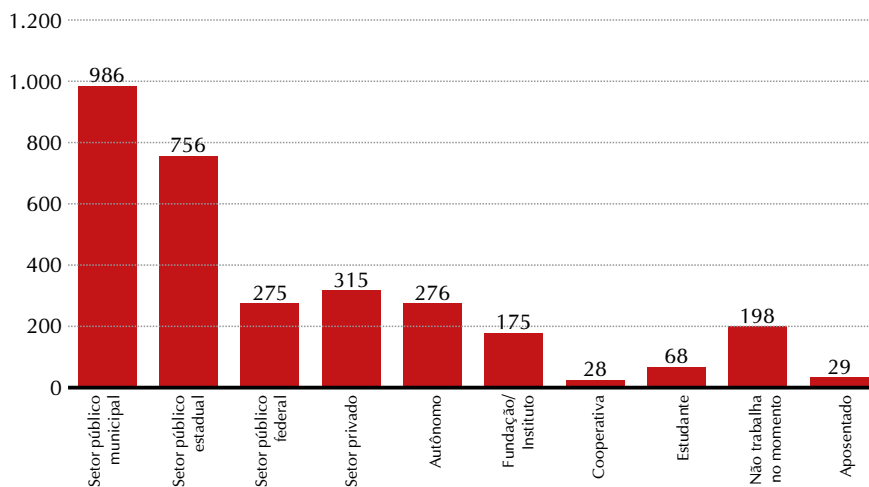
Faixa etária



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Além disso, as informações cadastrais fornecidas pelos próprios candidatos no momento das inscrições revelam que uma parcela expressiva trabalha no setor público (65%), sendo que desses, praticamente a metade – ou 32% do total – atua em governos municipais (veja abaixo).

Setor de atividade

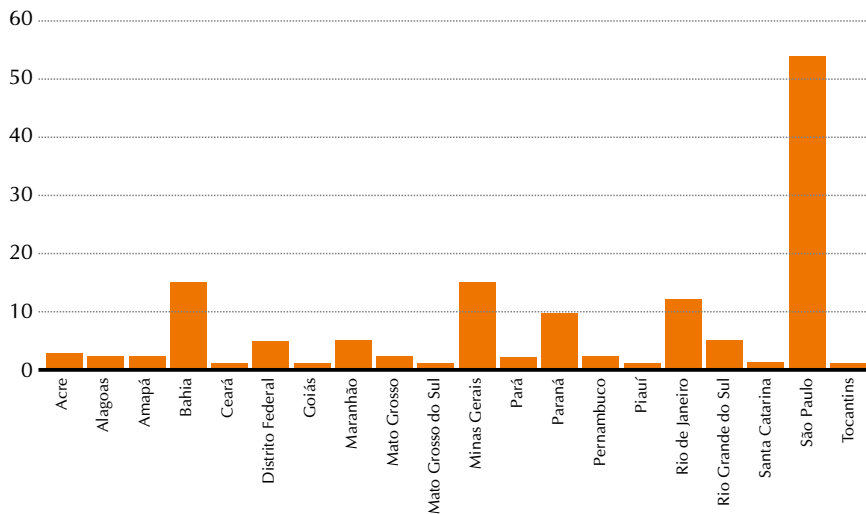


Fonte: Fundação Perseu Abramo

Já a análise da distribuição espacial dos alunos efetivamente matriculados entre 2015 e 2018 revela que, como era de se esperar, a decisão de levar a Maestria por meio da modalidade semipresencial a novas regiões do país permitiu uma significativa melhora na distribuição das oportunidades, dando acesso a um expressivo contingente de filiados de estados da federação que antes tinham presença muito reduzido nas turmas presenciais ofertadas na cidade de São Paulo.

Como se nota por meio da comparação entre os dois gráficos abaixo – o primeiro relativo apenas aos alunos matriculados nas sete primeiras turmas presenciais e o segundo já incluindo os matriculados nas três cidades-polo do edital de 2018 (Belém, Salvador e Belo Horizonte) – houve uma clara mudança na distribuição dos locais de residência dos alunos a partir do momento em que foi aberta a modalidade semipresencial, evidenciando o êxito do esforço de descentralização.

Distribuição regional dos discentes – Turmas 1-7 (modalidade presencial)

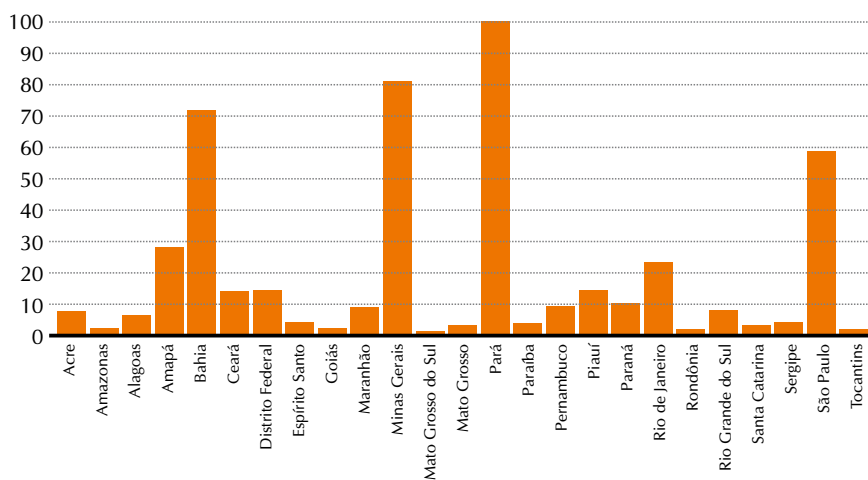


Fonte: Fundação Perseu Abramo

Por fim, antes de passar às perspectivas para o próximo ano, cabe salientar dois projetos associados à Maestria que tiveram início no último semestre

de 2019 e deverão permanecer na agenda em 2020. Primeiramente, desde setembro têm-se realizado a cada terceira terça-feira do mês uma sessão dos Seminários Avançados, atividade que conta créditos para os alunos da Maestria – mas também é aberta ao público e transmitida por streaming pelos canais da FPA, que consiste em palestras sobre temas da fronteira do pensamento, especialmente no campo das ciências humanas. Além disso, também em setembro de 2019 foi lançada a revista acadêmica *Cadernos Latino-Americanos de Políticas e Sociedade (Codas)*, que segue os padrões definidos pelo sistema Qualis (Capes) e, portanto, é aberta à publicação de artigos da comunidade acadêmica de um modo geral e pretende ser especialmente atrativa aos alunos concluintes da Maestria, que terão a oportunidade de publicar artigos relacionados ao tema de suas dissertações de mestrado.

Distribuição regional dos disidentes – Ambas as modalidades (2015 a 2018)



Fonte: Fundação Perseu Abramo

Perspectivas

Diante dos bons resultados percebidos a partir da introdução da modalidade semipresencial, especialmente no que tange à desconcentração da oferta, a democratização do acesso e a destacada adesão dos alunos, a diretoria da FPA, em comum acordo com a Flacso/Brasil, decidiu descentralizar ainda mais o

programa de bolsas ofertadas para a Maestria, abrindo bolsas no Edital de 2020 para cinco cidades-polo (uma para cada região do país) e transferindo a turma do curso presencial da capital paulista para a cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, para dar conta dessa maior abrangência regional e também para fins de ajustes pedagógicos que se mostraram necessários, optou-se por reduzir o número de alunos por turma para um máximo de 50 pessoas. Com isso, considerando-se as cinco turmas da modalidade semipresencial (Porto Alegre, Brasília, São Paulo, Salvador e Santarém) e a turma do Rio de Janeiro, serão 300 novos mestrandos que deverão iniciar no programa Maestria em fevereiro de 2020.

Diante do desafio de expansão do programa e dos constrangimentos financeiros que se delineavam no horizonte, a equipe de coordenação da Maestria remodelou as atividades da modalidade semipresencial, otimizando recursos humanos e reduzindo a necessidade de viagens de professores e equipes de apoio. Com isso, conseguiu-se quase dobrar o número total de discentes ativos (frequentando aulas ou em orientação). Foram de 318 em 2019 para prováveis 527 no início de 2020, sem que houvesse grande impacto sobre o orçamento total anual. A despeito da oferta estar sendo ampliada em 60% e da expansão do programa para outras regiões e cidades do país, os custos totais por ano deverão crescer apenas 14%.

A guisa de conclusão, a experiência destes cinco primeiros anos do programa de pós-graduação da FPA, reforçada pela parceria com a Flacso/Brasil, vai se revelando de grande acerto, sendo crescentemente reivindicada por membros do partido de diferentes posições e dos mais variados locais do país - como ficou claro no processo seletivo aberto no último mês de agosto de 2019 que contou com inscritos das 27 unidades da federação. Além disso, a despeito das dificuldades logísticas envolvidas no processo de gestão da modalidade semipresencial e dos ajustes que ainda deverão ser feitos, o saldo em termos de aderência ao programa – expresso pela baixa taxa de evasão, bem como a qualidade de parte significativa das dissertações finais reforçam o entendimento de que a Maestria supre uma lacuna do sistema de pós-graduação tradicional, na medida em que, ao modo preconizado por Gramsci, promove a fusão dos saberes práticos, da ação política e da reflexão crítica e sistemática dos processos sociais.

Relação de docentes:

Alexandre Freitas Barbosa; Alexandre Lalau Guerra; Alexandre Padilha; Ana Fonseca; Ana Luiza Matos de Oliveira; Andrea Bárbara Lopes de Azevedo; Antônio Almerico Biondi de Lima; Eduardo Fagnani; Eduardo Tadeu Pereira; Esther Dweck; Fernanda de Araújo Almeida; Flávio Arantes; Francisco Josué Medeiros de Freitas; Greiner Teixeira Marinho; Guilherme Melo; Isabel dos Anjos; Ivan Russef; Jacqueline Teixeira; José Trindade; Josefina Carazzato; Julio Jacobo; Laerte Fedrigo; Laura Tavares Soares; Lucas Baptista; Luis Fernando Vitagliano; Marcelo Manzano; Maria Aparecida Perez; Mariana Mazzini; Marilane Teixeira; Miriam Belchior; Nalu Farias; Natalia Fingermann; Patricia Valim; Raul Ventura Neto; Reginaldo Moraes; Rodrigo Coelho; Salete Valesan; Salomão Jovino da Silva; Tatau Godinho; Tereza Campello; Tereza Herling; Valter Pomar; William Nozaki

Disciplinas Obrigatórias

Disciplina	Carga horária	Créditos
Ferramentas analíticas das ciências humanas	80h	6 créditos
Estado brasileiro e desenvolvimento capitalista	80h	6 créditos
Metodologia da pesquisa científica	80h	6 créditos
Teoria e prática em políticas públicas	80h	6 créditos
Técnicas de redação e pesquisa científica	80h	6 créditos
Seminário de pesquisa I	40h	3 créditos
Seminário de pesquisa II	40h	3 créditos

Disciplinas Eletivas

Disciplina	Carga horária	Créditos
Instituições, regulação e desenvolvimento	40h	3 créditos
Instrumentos de política econômica	40h	3 créditos
Finanças públicas e política fiscal	40h	3 créditos
Leituras dirigidas em teoria de políticas públicas	40h	3 créditos
Leituras dirigidas e enfoques analíticos de políticas públicas	40h	3 créditos
Política urbana e habitação de interesse social	40h	3 créditos
Políticas de conhecimento: educação pesquisa e desenvolvimento	40h	3 créditos

Disciplina	Carga horária	Créditos
Políticas de desenvolvimento produtivo	40h	3 créditos
Políticas públicas de comunicação	40h	3 créditos
Tópicos especiais em políticas públicas no Brasil (I)	40h	3 créditos
Tópicos especiais em políticas públicas na América Latina (II)	40h	3 créditos
Políticas sociais e mercado de trabalho	40h	3 créditos
Saúde pública, trabalho e meio ambiente	40h	3 créditos

Referências bibliográficas

- ADUN, José Jamil e COELHO, Gelda Lhamas. O Planejamento Estratégico Situacional - PES, na Gestão Pública: O Caso da Prefeitura da Cidade de Juiz de Fora.
- AGAMBEN, Giorgio (2004). *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (2018). *O Privilégio da servidão - o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- ARTMANN, Elizabeth. O Planejamento Estratégico Situacional no Nível Local: um instrumento a favor da visão multissetorial. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/OPESNIVELOCALJavier.rtf>.
- BOBBIO, Norberto (1986). *O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BURKE, Edmund (2016). *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo, Edipro,
- CASTELLS, Manuel (2000). *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra.
- COELHO, Vera Schattan P. e NOBRE, Marcos. Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Editora 34, 2004.
- CRUZ, Sebastião V. KAYSEL, André e CODAS, André (orgs.) (2015). *Direita, volver! – o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- DARDOT, Pierre. e LAVAL, Crithian. (2016). *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- DOWBOR, Ladislau - A Comunidade Inteligente: visitando as experiências de gestão local. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 80 p.
- DOWBOR, Ladislau. (2017) *A era do capital improdutivo*. São Paulo, Autonomia Literária/ Outras Palavras.

- DROR, Yehezkel – A Capacidade Para Governar: Informe ao Clube de Roma. Edições FUN-DAP, São Paulo, 1999.
- FONSECA, Francisco (2013). “Dimensões críticas das políticas públicas” In *Cadernos Ebape*, v. 11, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set./Nov. 2013, p. 407-418 .
- FRIEDMAN, Milton (1977). *Capitalismo & liberdade*. São Paulo, Artnova.
- GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1990). *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge: Blackwell.
- HAYEK, Friedrich Von (1983). *Os fundamentos da liberdade*. Brasília, Unb, e São Paulo, Visão.
- HIRSCHMAN, A. (1985) *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Várias edições.
- KLEIN, Naomi (2015). *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. London, Picador.
- MATTOS, C. A. Estado, processos decisórios e planejamento na América Latina. In: Anais Seminário Internacional Estado e o Planejamento: os sonhos e a realidade. CENDEC/IPEA. BSB. mimeo.1986.
- MISES, L. Von (1987). *Liberalismo, segundo a tradição clássica*. R. de Janeiro, José Olympio/ Inst. Liberal.
- MORAES, Valéria Vieira de - Planejamento Participativo como Instrumento de Aprendizado – Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – 2006.
- OFFE, Claus (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- POPPER, Karl (1987). “A sociedade aberta e seus inimigos”, Belo Horizonte, Itatiaia.
- RIFKIN, Jeremy (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- SACHETE, Zenaide - A Formação dos dirigentes no centro da modernização dos governos públicos. VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003.
- SENNETT, Richard (1998). *The corrosion of character: the personal consequences of work in the new capitalism*. London: W.W. Norton.
- SILVA, Marcos José Pereira - Onze passos do planejamento estratégico participativo. In: Markus Brose (org) *Metodologia Participativa. Uma introdução a 20 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, p.161-176.
- ZAFFALON, Luciana (2018). *A política da Justiça: blindar as elites, criminalizar os pobres*. São Paulo, Hucitec.



ISBN 978-85-5708-055-3



9 788557 080553